

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO

90017/2026

CONTRATANTE (UASG)

980147 – Prefeitura Municipal de Tarauacá/AC

OBJETO

Registro de Preços, de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de insumos asfálticos e, quando necessário, para a execução de serviços de pavimentação, manutenção, recuperação, recomposição, drenagem e conservação viária, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos do Município de Tarauacá/AC.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 27.000.000,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 10/06/2026 às 10:30h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço por Lote

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1.	DO OBJETO.....	3
2.	DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4.	DO ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO.....	5
5.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
6.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
7.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES... 8	
8.	DA FASE DE JULGAMENTO.....	10
9.	DA FASE DE HABILITAÇÃO	11
10.	DO TERMO DE CONTRATO	12
11.	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	13
12.	DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	13
13.	DOS RECURSOS.....	14
14.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	16
15.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	16
16.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	16

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90017/2026

(Processo Administrativo nº 2105/2026)

Torna-se público que o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ, por meio do(a) Comissão Permanente de Licitações - CPL, sediado(a) Av. Cel. Juvêncio de Menezes, nº 395 CEP 69970-000, Centro, Tarauacá, AC, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, no Decreto Municipal nº 129/2023 e no que couber, e demais legislação aplicável.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação, mediante Sistema de Registro de Preços, de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de insumos asfálticos e, quando necessário, para a execução de serviços de pavimentação, manutenção, recuperação, recomposição, drenagem e conservação viária, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos do Município de Tarauacá/AC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será estruturada em LOTES, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, devendo o licitante apresentar proposta para a totalidade dos itens que compõem cada lote, sob pena de desclassificação, facultando-se a participação em quantos lotes forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes ao órgão gerenciador, aos órgãos participantes e às eventuais adesões por órgãos não participantes (carona), bem como os limites e condições aplicáveis, estão estabelecidas na minuta da Ata de Registro de Preços, observadas as disposições do Decreto nº 11.462/2023.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação na fase de habilitação, nos termos da legislação vigente.

3.6. Não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1 Não será aplicada, nesta licitação, a reserva de participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, prevista nos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, em razão da inviabilidade técnica e econômica devidamente justificada no Estudo Técnico Preliminar, nos termos do art. 49, inciso II, da referida Lei.

3.6.2 Permanecem assegurados às microempresas e empresas de pequeno porte os demais benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, especialmente quanto à regularização fiscal e trabalhista e às regras de desempate, quando aplicáveis.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2 Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3 Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração, desde que devidamente justificado e sem prejuízo à isonomia, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiros que auxiliem a condução da contratação, nos termos do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

4.1. *O orçamento estimado da presente contratação terá caráter sigiloso, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021.*

4.2. *O sigilo será mantido até o encerramento da fase de julgamento das propostas, com o objetivo de preservar a competitividade do certame e assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.*

4.3. *O orçamento estimado foi elaborado com base nos parâmetros estabelecidos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, observadas as diretrizes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, conforme detalhamento constante do processo administrativo.*

4.4. *Após o encerramento da fase de julgamento, o orçamento estimado será tornado público para fins de transparência e controle.*

4.5. *O caráter sigiloso do orçamento estimado não se aplica aos órgãos de controle interno e externo, que terão acesso irrestrito às informações, nos termos da legislação vigente.*

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

5.2. *Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.*

5.2.1. *A proposta deverá atender integralmente às especificações técnicas, requisitos de desempenho, qualidade e demais condições estabelecidas no Termo de Referência, bem como guardar compatibilidade com a solução definida no Estudo Técnico Preliminar, constituindo requisito de aceitabilidade da proposta.*

5.2.2. *É obrigatória, para fins de aceitabilidade da proposta, a apresentação de catálogo, ficha técnica, manual, prospecto, portfólio ou documento equivalente do fabricante, apto à verificação objetiva das especificações do produto ofertado, acompanhado do respectivo link oficial de consulta do produto, extraído do sítio eletrônico oficial do fabricante ou de seu representante oficial no Brasil, de modo a permitir a confrontação, autenticação e validação das informações técnicas apresentadas.*

5.2.3. *Não serão aceitos, em nenhuma hipótese, documentos técnicos ou endereços eletrônicos apócrifos,*

ilegítimos, adulterados, rasurados, manipulados, incompletos, genéricos, inativos, inválidos, oriundos de fontes não oficiais, marketplaces, revendedores não autorizados ou sem correspondência específica e inequívoca com o item cotado.

5.2.4. O não atendimento às exigências técnicas, de desempenho, qualidade, compatibilidade, documentação comprobatória e validação oficial das informações do produto ofertado ensejará a imediata desclassificação da proposta, sem prejuízo da adoção das medidas administrativas, civis e penais cabíveis, quando for o caso.

5.3. O licitante, no cadastramento da proposta inicial, declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos necessários à execução do objeto e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

5.3.5. a proposta apresentada vincula o licitante às condições nela ofertadas e às exigências do Termo de Referência, não sendo admitida posterior alteração que comprometa sua conformidade técnica, econômica ou funcional.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

5.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por critério de margem de preferência, quando for o caso, conforme previsto no Termo de Referência.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da referida Lei, quando aplicáveis.

5.6.1. Não haverá itens com participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, permanecendo assegurados os demais benefícios legais previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

5.6.2. Nos lotes em que não houver exclusividade, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, ainda que se enquadre como microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 a pessoa jurídica que se enquadre em qualquer das hipóteses previstas no § 4º do art. 3º da referida Lei.

5.8. A falsidade das declarações prestadas sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após a fase de envio de lances.

5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes classificados, após a fase de envio de lances.

5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta.

5.13. O valor final mínimo poderá ser alterado durante a fase de disputa, respeitados os limites estabelecidos neste Edital.

5.14. O valor parametrizado terá caráter sigiloso para os demais licitantes e para a Administração, sendo acessível apenas aos órgãos de controle.

5.15. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, responsabilizando-se por eventual perda de negócios decorrente de sua desconexão.

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer ocorrência que comprometa o sigilo ou a segurança.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário de cada item e valor global do lote;

6.1.2. marca e modelo;

6.1.3. fabricante;

6.1.4. descrição detalhada do objeto, contendo informações compatíveis com as especificações constantes do Termo de Referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante, devendo os bens ofertados atender integralmente às exigências do Termo de Referência e guardar compatibilidade com a solução definida no Estudo Técnico Preliminar.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, logísticos, comerciais, tributários, fretes, seguros, encargos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Eventuais peculiaridades do regime tributário da licitante deverão ser consideradas na formulação de sua proposta, não cabendo pedido posterior de recomposição em razão de ônus que já deveriam ter sido ordinariamente computados no preço ofertado.

6.6. Independentemente do regime tributário adotado pela licitante, no pagamento serão observadas as retenções legalmente cabíveis.

6.7. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento integral das disposições nela contidas, em conformidade com o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de fornecer o objeto licitado nos seus exatos termos, inclusive quanto à qualidade, desempenho, adequação funcional, garantia e conformidade técnica dos bens ofertados.

6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de sua apresentação.

6.9. Os licitantes deverão respeitar os preços máximos estabelecidos no Termo de Referência.

6.10. O descumprimento das especificações técnicas, dos requisitos de desempenho, da documentação comprobatória obrigatória ou da compatibilidade do objeto com o Termo de Referência e com o Estudo Técnico Preliminar ensejará a desclassificação da proposta.

6.11. O descumprimento das regras editalícias e das exigências legais aplicáveis poderá ensejar a responsabilização do licitante, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado considerando o valor global do lote, observadas as regras estabelecidas neste Edital.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de 0,01% (zero vírgula zero um por cento).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances terá duração de dez minutos, com prorrogações automáticas conforme regras do sistema.

7.11.2. A prorrogação automática ocorrerá sempre que houver lance nos últimos dois minutos.

7.11.3. Encerrada a etapa, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

7.11.4. Definida a melhor proposta, o Pregoeiro poderá admitir reinício da disputa, conforme regras do sistema.

7.11.5. Após o reinício, os licitantes poderão apresentar lances intermediários.

7.12. O sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo o primeiro registrado.

7.14. Durante a sessão, os licitantes serão informados do menor lance, vedada a identificação do licitante.

7.15. Em caso de desconexão, o sistema permanecerá recebendo lances.

7.16. Persistindo a desconexão por mais de dez minutos, a sessão será suspensa e retomada conforme comunicação oficial.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Encerrada a etapa de lances, será aplicada, quando cabível, a margem de preferência prevista no Termo de Referência.

7.19. Em relação aos lotes não exclusivos para microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado

o tratamento favorecido previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, considerando-se, na modalidade pregão, empatadas as propostas apresentadas por microempresas e empresas de pequeno porte que sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.19.1. Ocorrendo a hipótese prevista no subitem anterior, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo e na forma disciplinados pelo sistema e pelo Pregoeiro, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

7.19.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.19.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20. Somente após o exaurimento do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, quando cabível, serão aplicados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

7.21. Havendo empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

- I. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- II. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais aptos ao atesto de cumprimento de obrigações anteriormente assumidas;
- III. Desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;
- IV. Desenvolvimento, pelo licitante, de programa de integridade.

7.22. Persistindo o empate após a aplicação dos critérios previstos no subitem anterior, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- I. Empresas estabelecidas no território do Estado do Acre;
- II. Empresas brasileiras;
- III. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- IV. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da legislação aplicável.

7.23. Somente na impossibilidade de resolução do empate pelos critérios legalmente previstos será realizado sorteio público, em ato formal e devidamente registrado nos autos.

7.24. Encerrada a etapa de lances e definidas as regras de preferência e desempate, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

7.24.1. A negociação poderá se estender aos demais licitantes, conforme a ordem de classificação.

7.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema.

7.24.3. O resultado será divulgado a todos os licitantes.

7.24.4. O Pregoeiro poderá solicitar proposta ajustada ao último lance, no prazo de até 3 (três) horas.

7.24.5. O prazo poderá ser prorrogado mediante justificativa.

7.25. Após a negociação, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta, observando a

conformidade com o Termo de Referência, a compatibilidade com a solução definida no Estudo Técnico Preliminar e as hipóteses de desclassificação previstas no Edital e na legislação aplicável.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à sua aceitabilidade, verificando sua adequação ao objeto, sua conformidade técnica com o Edital, com o Termo de Referência e com a solução definida no Estudo Técnico Preliminar, bem como a compatibilidade do preço ofertado em relação ao valor estimado da contratação.

8.2. A análise da proposta observará, de forma cumulativa:

- I. A conformidade com as especificações técnicas, requisitos de desempenho, qualidade, garantia e demais condições estabelecidas no Termo de Referência;
- II. A compatibilidade do bem ofertado com a solução definida no Estudo Técnico Preliminar;
- III. A regularidade formal da proposta e a suficiência dos elementos necessários à sua adequada apreciação;
- IV. A correspondência entre o item cotado e a documentação técnica apresentada;
- V. A compatibilidade dos preços com os praticados no mercado e com o valor estimado da contratação.

8.3. Será desclassificada a proposta que:

- I. Contiver vícios insanáveis;
- II. Não obedecer às especificações técnicas constantes do termo de referência;
- III. Apresentar desconformidade com a solução definida no estudo técnico preliminar;
- IV. Deixar de apresentar marca, modelo, documentação técnica, certificações, laudos, catálogos, fichas técnicas, links oficiais ou quaisquer elementos exigidos para a verificação objetiva da conformidade do produto ofertado;
- V. Apresentar documentação técnica ou endereços eletrônicos apócrifos, ilegítimos, adulterados, rasurados, manipulados, incompletos, genéricos, inativos, inválidos, oriundos de fontes não oficiais ou sem correspondência específica com o item cotado;
- VI. Apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do valor estimado da contratação;
- VII. Não demonstrar sua exequibilidade, quando instada pela administração;
- VIII. Apresentar qualquer outra desconformidade relevante com o edital ou seus anexos que comprometa a validade, a exequibilidade ou a aceitabilidade da proposta.

8.4. A aferição da exequibilidade da proposta será realizada à luz das características do objeto, das condições de mercado, do valor estimado pela Administração e dos elementos concretos constantes da oferta, podendo a Administração identificar indícios de inexequibilidade sempre que o preço ofertado se revelar, em tese, incompatível com a execução integral e satisfatória do objeto.

8.5. A inexequibilidade somente será declarada após a realização de diligência destinada a oportunizar ao licitante a demonstração da viabilidade econômica e material de sua proposta, na forma do art. 59, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

8.6. Para fins de comprovação da exequibilidade, poderão ser exigidos, dentre outros elementos:

- I. Planilha de composição de custos, quando cabível;
- II. Documentos aptos a comprovar a viabilidade econômica da proposta;
- III. Demonstração de condições comerciais excepcionalmente favoráveis;

- IV. Comprovação de acesso a insumos, tecnologias, processos produtivos ou condições operacionais que justifiquem o preço ofertado;
- V. Notas fiscais, contratos, cotações, declarações de fornecedores ou outros documentos idôneos que evidenciem a compatibilidade da oferta com a realidade de mercado.

8.7. Verificada a existência de falha meramente formal, erro material ou necessidade de esclarecimento sobre elemento já constante da proposta, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá promover diligência para saneamento ou confirmação da informação, desde que não haja substituição do produto ofertado, alteração material da proposta, inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da oferta, nem majoração do preço apresentado, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

8.8. Para fins de análise técnica da proposta, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá solicitar manifestação da área demandante, da equipe de planejamento da contratação ou de setor técnico especializado, sempre que a matéria exigir conhecimento técnico específico.

8.9. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostras, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá apresentá-las no prazo, local, condições e forma definidos no instrumento convocatório, sob pena de desclassificação da proposta.

8.10. A não apresentação da amostra, sua apresentação fora do prazo, em quantidade insuficiente, ou em desconformidade com as especificações técnicas exigidas implicará a rejeição da proposta.

8.11. Na hipótese de desclassificação da proposta, será convocado o licitante subsequente, observada a ordem de classificação, para fins de negociação, exame de aceitabilidade e julgamento, repetindo-se o procedimento até a apuração de proposta que atenda integralmente ao Edital e aos seus anexos.

8.12. Após a verificação da aceitabilidade da proposta e o julgamento definitivo do objeto ofertado, será iniciada a fase de habilitação do licitante classificado em primeiro lugar.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Para fins de habilitação, serão exigidos exclusivamente os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica do licitante, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

9.1.1. As exigências de habilitação não se confundem com os requisitos de aceitabilidade da proposta, sendo vedada a exigência, nesta fase, de documentos relativos às especificações técnicas do objeto, os quais serão analisados na fase de julgamento da proposta.

9.1.2. A documentação exigida para fins de habilitação poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, nos termos da legislação vigente.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de empresa estrangeira vencedora, os documentos deverão ser traduzidos por tradutor juramentado e devidamente legalizados.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio, a habilitação técnica e econômico-financeira poderá ser realizada pelo somatório dos quantitativos e valores dos consorciados, nos termos do edital.

9.5. Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em formato digital.

9.6. Os documentos poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão público, desde que conforme a Lei nº 14.133/2021.

9.7. Será verificada a declaração de que o licitante atende aos requisitos de habilitação, respondendo pela

veracidade das informações prestadas.

9.8. Será exigida declaração de cumprimento da reserva de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados.

9.9. O licitante deverá apresentar declaração de que sua proposta contempla a integralidade dos custos, sendo sua ausência motivo de inabilitação.

9.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente será exigida documentação complementar quando necessário.

9.11. É responsabilidade do licitante manter atualizados seus dados no SICAF.

9.11.1. A não observância poderá ensejar inabilitação.

9.12. A verificação em sítios oficiais constitui meio legal de prova.

9.12.1. Os documentos não constantes do SICAF deverão ser enviados no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável.

9.13. A verificação da habilitação será realizada apenas em relação ao licitante classificado em primeiro lugar.

9.14. Após a entrega dos documentos, não será permitida a substituição, salvo em diligência para:

I. Complementação de informações;

II. Atualização de documentos vencidos.

9.15. A comissão poderá sanar erros formais que não alterem a substância dos documentos.

9.16. Caso o licitante não seja habilitado, será convocado o próximo classificado.

9.17. Somente serão divulgados os documentos do licitante habilitado.

9.18. A regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte será exigida apenas para contratação, assegurada a possibilidade de regularização.

9.19. Não caberá inabilitação por fatos não conhecidos à época do julgamento, salvo fatos supervenientes.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, e quando houver necessidade de contratação, será firmado termo de contrato ou outro instrumento hábil, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, decorrente da Ata de Registro de Preços.

10.2. O adjudicatário será convocado para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.4. Alternativamente à assinatura presencial, a Administração poderá:

I. Encaminhar o instrumento para assinatura por correspondência com aviso de recebimento;

II. Disponibilizar o documento em sistema eletrônico para assinatura digital;

III. Utilizar outro meio eletrônico idôneo.

10.5. O aceite da Nota de Empenho ou de outro instrumento equivalente implica o reconhecimento de que:

I. O instrumento substitui o contrato, nos termos do art. 95 da lei nº 14.133/2021;

II. A contratada se vincula à sua proposta e às disposições deste edital e seus anexos;

III. Aplicam-se à relação contratual as hipóteses de extinção previstas nos arts. 137 a 139 da lei nº 14.133/2021.

10.6. A vigência da contratação observará o disposto no Termo de Referência, bem como a disponibilidade orçamentária e o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

10.7. No momento da contratação, será verificada a manutenção das condições de habilitação exigidas no certame, devendo o contratado mantê-las durante toda a execução.

10.8. A eventual existência de registros no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público – CADIN será analisada pela Administração, não constituindo, por si só, impedimento automático à contratação, devendo ser avaliada à luz do caso concreto.

10.9. A formalização da contratação não gera obrigação de consumo mínimo por parte da Administração, sendo as contratações realizadas conforme a necessidade, nos termos do Sistema de Registro de Preços.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação, sob pena de decadência do direito ao registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação justificada e aceita pela Administração.

11.3. A Ata de Registro de Preços será assinada preferencialmente por meio eletrônico e disponibilizada no sistema oficial.

11.4. Serão formalizadas Atas de Registro de Preços com os fornecedores vencedores, por lote, contendo a indicação do fornecedor, a descrição do objeto, os quantitativos estimados, os preços registrados e as demais condições estabelecidas no edital e seus anexos.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, nos termos da legislação vigente.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, não obrigando a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a Ata no prazo estabelecido, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes constantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições do primeiro classificado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o cadastro de reserva, contendo:

I. Os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a ordem de classificação;

II. Os licitantes que mantiverem sua proposta original.

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos fornecedores registrados na Ata.

12.2.1. Os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário terão preferência sobre aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes integrantes do cadastro de reserva será exigida apenas quando houver necessidade de sua convocação, nas seguintes hipóteses:

- I.Quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços;
- II.Quando houver cancelamento do registro do fornecedor ou do preço registrado, nos termos do Decreto nº 11.462/2023.
- 12.4. Na hipótese de não haver êxito na convocação dos licitantes que aceitaram cotar pelo preço do adjudicatário, a Administração poderá:
- I.Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação;
- II.Contratar nas condições ofertadas, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação.
- 12.5. O cadastro de reserva possui natureza subsidiária e será utilizado exclusivamente nas hipóteses previstas neste edital, não implicando reclassificação automática do resultado do certame.

13. DOS RECURSOS

- 13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.
- 13.2. O prazo para interposição de recurso será de 3 (três) dias úteis, contados da data da divulgação da decisão recorrida no sistema eletrônico.
- 13.3. Quando o recurso impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação:
- 13.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada em campo próprio do sistema, imediatamente após a declaração do vencedor, dentro do prazo definido pelo sistema, não inferior a 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão;
- 13.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais iniciar-se-á na data da divulgação da decisão recorrida;
- 13.3.3. Na hipótese de inversão de fases, o prazo recursal iniciar-se-á após a divulgação da decisão de julgamento.
- 13.4. Os recursos deverão ser apresentados exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 13.5. O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual poderá reconsiderá-la no prazo de 3 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo à autoridade superior, que deverá proferir decisão no prazo de até 10 (dez) dias úteis.
- 13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 13.7. Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da divulgação da interposição do recurso no sistema eletrônico, sendo assegurado o acesso aos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 13.8. O recurso terá efeito suspensivo quanto ao ato ou decisão recorrida, até o julgamento pela autoridade competente.
- 13.9. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.
- 13.10. Os autos do processo permanecerão disponíveis para consulta no sistema eletrônico e no Portal da Transparência do Município, assegurado o acesso aos interessados, nos termos da legislação vigente, com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://www.tarauaca.ac.gov.br/licitacoes> e [::Portal das Licitações:: TCE-AC](#).

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante ou contratado que praticar quaisquer das condutas previstas no art. 155 da referida Lei, bem como aquelas descritas neste edital e no Termo de Referência.

14.2. As sanções aplicáveis são:

- I. Advertência;
- II. Multa;
- III. Impedimento de licitar e contratar;
- IV. Declaração de inidoneidade.

14.3. A aplicação das sanções observará, obrigatoriamente:

- I. A gravidade da infração;
- II. O impacto na execução contratual;
- III. Os prejuízos causados à administração;
- IV. A reincidência;
- V. O grau de culpa ou dolo;
- VI. A vantagem auferida;
- VII. O tempo de resposta da contratada.

14.4. Para fins de dosimetria das penalidades, será adotado o sistema de mensuração de infrações previsto no Termo de Referência, baseado em critérios objetivos de avaliação e pontuação, garantindo transparência, proporcionalidade e motivação dos atos administrativos.

14.5. A multa será aplicada de forma proporcional à infração, podendo incidir:

- I. Sobre o valor da parcela inadimplida;
- II. Sobre o valor total da contratação, nos casos de maior gravidade.

14.6. A aplicação de penalidades não será automática, devendo ser precedida de análise fundamentada da autoridade competente, com base nos registros da fiscalização contratual.

14.7. As sanções poderão ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa, conforme a gravidade da infração.

14.8. A reincidência poderá ensejar agravamento da penalidade, inclusive com aplicação de sanções mais severas.

14.9. A recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços ou o contrato caracterizará descumprimento total da obrigação assumida.

14.10. A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

14.12. A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração.

14.13. As notificações serão realizadas preferencialmente por meio do sistema eletrônico e pelos contatos cadastrados no SICAF.

14.14. Na hipótese de infrações contratuais, será observada a matriz de classificação e mensuração de infrações constante do Termo de Referência, a qual integra o presente edital para todos os fins.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. 15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº

14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública.

15.2. Os pedidos de impugnação e esclarecimento deverão ser encaminhados por meio eletrônico, através do endereço contratacoestk@gmail.com, ou protocolados presencialmente na sede da Prefeitura Municipal de Tarauacá, situada à Av. Cel. Juvêncio de Menezes, nº 395, CEP 69970-000, Centro, Tarauacá/AC, no horário de atendimento ao público, das 07h00min às 14h00min.

15.3. Caberá ao interessado comprovar a tempestividade do envio da impugnação ou do pedido de esclarecimento, especialmente quando realizados por meio eletrônico.

15.4. A Administração não se responsabiliza por falhas na transmissão de dados, congestionamento de rede ou quaisquer outros fatores que impossibilitem o recebimento tempestivo da manifestação.

15.5. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sítio eletrônico oficial do Município e no Portal das Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Acre, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

15.6. As impugnações e pedidos de esclarecimento não suspendem os prazos do certame.

15.7. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, devendo ser devidamente motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação nos autos do processo.

15.8. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico utilizado para a condução do certame.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, salvo comunicação em contrário pelo Pregoeiro/Agente de Contratação.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário oficial de Brasília/DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não sendo a Administração, em nenhuma hipótese, responsável por tais custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo-se apenas em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não implicará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia, da competitividade e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre as disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as disposições deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estarão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no sistema eletrônico utilizado para a condução do certame e no Portal das Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Acre, e endereço eletrônico contratacoestk@gmail.com, <https://externo.tceac.tc.br/portaldaslicitacoes/menu/>

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos:

- I. Anexo I – Termo de Referência;
- II. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
- III. Anexo II – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- IV. Anexo III – Minuta do Termo de Contrato.

16.12. Os casos omissos serão resolvidos pela autoridade competente, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, na legislação correlata aplicável e nos princípios que regem a Administração Pública, especialmente os da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e interesse público.

Tarauacá/AC, 26 de maio de 2026

Jorge da Mata Coelho
Agente de Contratação/Pregoeiro
Decreto nº 117/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

TERMO DE REFERÊNCIA

REGISTRO DE PREÇOS PARA GESTÃO DE ABASTECIMENTO DA FROTA TERRESTRE E FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA FROTA FLUVIAL

Órgão requisitante	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
Município	Tarauacá/AC
Modalidade sugerida	Pregão Eletrônico
Sistema	Sistema de Registro de Preços - SRP
Critério de julgamento	Menor preço, aferido pelo maior percentual de desconto por item sobre a Tabela SINAPI/AC, observada a natureza de cada item e a incidência do desconto sobre as composições, insumos ou serviços efetivamente autorizados.
Forma de Adjudicação:	Por item
Vigência da Ata	12 meses, admitida prorrogação por igual período, desde que comprovada a vantajosidade
Base de elaboração	Estudo Técnico Preliminar - ETP

1. DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação, mediante Sistema de Registro de Preços, de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de insumos asfálticos e, quando necessário, para a execução de serviços de pavimentação, manutenção, recuperação, recomposição, drenagem e conservação viária, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos do Município de Tarauacá/AC.

1.2 A contratação será estruturada em itens distintos, autônomos e tecnicamente independentes, observada a natureza da execução, nos seguintes termos:

a) Item 1 – Fornecimento de insumos asfálticos: fornecimento, sob demanda, de insumos asfálticos, especialmente Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ, CAP, emulsões e materiais correlatos, conforme composições, especificações técnicas e parâmetros aplicáveis da Tabela SINAPI/AC, com entrega efetiva no Município de Tarauacá/AC, mediante aplicação do percentual de desconto ofertado sobre a base referencial correspondente.

b) Item 2 – Execução de serviços de pavimentação, manutenção, recuperação, recomposição, drenagem e conservação viária: execução, sob demanda, de serviços de engenharia relacionados à pavimentação asfáltica, tapa-buracos, recapeamento, recomposição de pavimento, correção de patologias, drenagem, sarjetas, meios-fios, calçadas, conservação e demais serviços correlatos de infraestrutura viária, mediante aplicação do percentual de

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

desconto ofertado sobre as composições SINAPI/AC pertinentes à Ordem de Serviço emitida pela Administração.

- 1.3 A contratação destina-se ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, especialmente quanto à manutenção, recuperação, recomposição e melhoria progressiva da malha viária urbana do Município de Tarauacá/AC, podendo abranger, quando tecnicamente justificado, vias, trechos, pontos críticos ou áreas indicadas pela Administração.
- 1.4 O objeto será executado sob demanda, sem obrigação de contratação integral pela Administração, sendo os fornecimentos e serviços condicionados à emissão de Ordem de Fornecimento ou Ordem de Serviço específica, acompanhada da definição do local de aplicação, solução técnica, quantitativos, composição SINAPI/AC aplicável, percentual de desconto registrado, prazo, critérios de medição e fiscalização.
- 1.5 A contratação não autoriza execução genérica, informal ou desvinculada de necessidade concreta, devendo cada acionamento da Ata de Registro de Preços estar precedido de levantamento técnico, diagnóstico da demanda, disponibilidade orçamentária e autorização formal da Administração.
- 1.6 A adoção do julgamento por maior percentual de desconto por item sobre a Tabela SINAPI/AC tem por finalidade assegurar maior objetividade, transparência, comparabilidade, economicidade e controle na formação dos preços, preservando a distinção técnica e econômica entre o fornecimento de insumos e a execução de serviços.
- 1.7 Os percentuais de desconto ofertados deverão contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto no Município de Tarauacá/AC, incluindo transporte pela BR-364, frete, carga, descarga, mobilização, desmobilização, mão de obra, equipamentos, encargos, tributos, seguros, riscos, administração local, lucro, sinalização, EPIs e demais despesas indispensáveis à execução contratual.
- 1.8 A execução dos serviços e o fornecimento dos insumos deverão observar as especificações constantes deste Termo de Referência, as Ordens de Fornecimento e Ordens de Serviço, as composições aplicáveis da Tabela SINAPI/AC, as normas técnicas pertinentes e a fiscalização da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. A presente contratação fundamenta-se nas disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que institui o novo regime jurídico das licitações e contratos administrativos, especialmente:

- Art. 6º, inciso XXIII – definição de termo de referência;
- Art. 11 – princípios da administração pública aplicáveis às contratações;
- Art. 18 – fase preparatória e estudo técnico preliminar;

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

- Art. 23 – estimativa de valor da contratação;
- Art. 34 – critérios de julgamento, especialmente o critério de menor preço aferido por maior percentual de desconto;
- Arts. 82 a 86 – sistema de registro de preços;
- Arts. 92 e seguintes – gestão e execução contratual.

2.2. A contratação observará, ainda, as disposições do Decreto Federal nº 11.462/2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito da Administração Pública Federal, aplicado subsidiariamente ao Município, no que couber, bem como o Decreto Municipal nº 129/2023, que disciplina os procedimentos licitatórios no âmbito da Prefeitura de Tarauacá/AC.

2.3. A formação de preços observará como referência a Tabela SINAPI/AC, nos termos do art. 23, §2º, da Lei nº 14.133/2021, podendo ser considerados, de forma subsidiária e no que couber, os critérios técnicos do Decreto Federal nº 7.983/2013, alterado pelo Decreto Federal nº 12.867/2026, especialmente quando houver utilização de recursos federais ou quando tais parâmetros se mostrarem compatíveis com a elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia.

2.4. A contratação será processada na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de aquisição de bens e serviços comuns de engenharia, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar.

2.5. O critério de julgamento adotado será o de menor preço, apurado pelo maior percentual de desconto por item, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, aplicado sobre a base referencial da Tabela SINAPI/AC, vedada a aplicação de descontos seletivos.

2.6. A execução dos serviços deverá observar as normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, bem como, de forma subsidiária e no que couber, as especificações técnicas do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT e demais referenciais técnicos pertinentes à pavimentação, manutenção e conservação viária.

2.7. A contratação também observará as normas ambientais, sanitárias, trabalhistas, de segurança do trabalho e demais legislações correlatas aplicáveis à execução de serviços de engenharia e ao fornecimento de insumos asfálticos, incluindo aquelas relacionadas à destinação de resíduos, controle de poluentes e proteção do meio ambiente.

2.8. A presente contratação decorre do Documento de Formalização da Demanda – DFD e do Estudo Técnico Preliminar – ETP, que demonstraram a necessidade, viabilidade e adequação da solução adotada, os quais integram o processo administrativo e fundamentam a elaboração deste Termo de Referência.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

3. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos instrumento administrativo apto ao atendimento das demandas recorrentes de manutenção, recuperação, recomposição, conservação e melhoria da malha viária urbana do Município de Tarauacá/AC, especialmente em razão da existência de vias com buracos, trechos deteriorados, pontos de lama, erosões, falhas de drenagem, dificuldades de trafegabilidade e necessidade de intervenções progressivas de infraestrutura urbana.

3.2. A malha viária municipal constitui estrutura essencial para a mobilidade urbana, o acesso da população aos serviços públicos, o deslocamento de veículos, o transporte de pessoas e mercadorias, o funcionamento do comércio local, a execução de políticas públicas e a integração entre bairros, equipamentos públicos e áreas de interesse coletivo.

3.3. As condições climáticas da região amazônica, especialmente a intensidade do período chuvoso, agravam a deterioração das vias urbanas, provocando surgimento e ampliação de buracos, acúmulo de lama, formação de pontos críticos, comprometimento de bases, erosões, alagamentos e redução da vida útil das intervenções anteriormente realizadas, exigindo da Administração capacidade de resposta contínua, planejada e tecnicamente orientada.

3.4. A realidade territorial e logística do Município de Tarauacá/AC também impõe desafios relevantes à execução de serviços de infraestrutura viária, em razão da dependência da BR-364, das distâncias em relação aos principais centros fornecedores, das variações de trafegabilidade, dos custos de transporte de insumos asfálticos, da mobilização de máquinas e equipamentos e das limitações impostas pela sazonalidade climática.

3.5. Diante desse cenário, a contratação pretende permitir que a Administração disponha de solução flexível e controlada para aquisição de insumos asfálticos, especialmente CBUQ e materiais correlatos, bem como para execução de serviços de pavimentação, tapa-buracos, recapeamento, recomposição de pavimento, drenagem, sarjetas, meios-fios, calçadas e demais serviços correlatos de infraestrutura viária, conforme a necessidade concreta e a disponibilidade orçamentária.

3.6. A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada porque as demandas de manutenção e recuperação viária possuem natureza variável, recorrente e progressiva, não sendo tecnicamente possível definir previamente todos os locais, quantitativos físicos, datas e soluções específicas de cada intervenção. A utilização da Ata permitirá o acionamento conforme diagnóstico técnico individualizado, evitando contratações fragmentadas, improvisadas ou desvinculadas do planejamento.

3.7. A contratação também se justifica pela possibilidade de atuação integrada entre a execução direta pelo Município e a contratação de empresa especializada. Em determinadas situações, a Administração poderá adquirir insumos para aplicação por equipe própria, quando dispuser de máquinas, equipamentos e capacidade operacional suficiente; em outras hipóteses, poderá contratar a execução integral dos serviços, especialmente quando a intervenção exigir maior escala,

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

produtividade, responsabilidade técnica, controle tecnológico ou estrutura especializada.

3.8. A separação entre fornecimento de insumos e execução de serviços preserva a eficiência da modelagem, permitindo que a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos utilize a solução mais adequada a cada caso concreto, sem obrigatoriedade de contratação integral e sem vinculação automática entre aquisição de material e execução por empresa contratada.

3.9. A utilização da Tabela SINAPI/AC como referência oficial de custos, com julgamento pelo menor preço aferido pelo maior percentual de desconto por item, justifica-se pela necessidade de assegurar objetividade, transparência, comparabilidade das propostas, controle da formação dos preços, redução de riscos de sobrepreço e maior aderência aos parâmetros oficiais aplicáveis a insumos e serviços de engenharia.

3.10. A modelagem por maior percentual de desconto sobre a Tabela SINAPI/AC também contribui para mitigar riscos decorrentes da volatilidade de preços de insumos asfálticos, combustíveis, fretes, mobilização de equipamentos e demais custos logísticos, permitindo que a remuneração seja calculada com base em referência oficial vigente à época do acionamento da Ata, observadas as composições aplicáveis e os quantitativos efetivamente fornecidos ou executados.

3.11. A ausência de contratação adequada poderia comprometer a capacidade de resposta da Administração diante de demandas emergenciais e programadas, agravando a deterioração das vias, aumentando custos futuros de recuperação, prejudicando a mobilidade urbana, elevando riscos de acidentes, dificultando o acesso a serviços públicos e impactando negativamente a qualidade de vida da população.

3.12. Além dos aspectos operacionais, a contratação contribui para o fortalecimento da governança pública, pois estabelece procedimento formal, rastreável e fiscalizável para cada intervenção, mediante emissão de Ordem de Fornecimento ou Ordem de Serviço, indicação de composição SINAPI/AC, controle de quantitativos, medição técnica, registro fotográfico, fiscalização, recebimento e atesto.

3.13. A contratação não se destina à execução genérica ou indiscriminada de obras, tampouco à realização de obra única de escopo fechado por meio de Ata de Registro de Preços. Seu objetivo é viabilizar intervenções padronizáveis, recorrentes e sob demanda, vinculadas a diagnóstico técnico, disponibilidade orçamentária, necessidade pública concreta e controle individualizado pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

3.14. A solução proposta também está alinhada ao planejamento municipal de infraestrutura urbana e à necessidade de recuperação progressiva da malha viária, inclusive diante de demandas acumuladas ao longo dos anos, pontos críticos já identificados, manifestações da população e necessidade de melhoria das condições de circulação, segurança viária, salubridade urbana e acesso aos equipamentos públicos.

3.15. Assim, a contratação revela-se necessária, adequada, proporcional e vantajosa para a

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Administração, por permitir resposta planejada e eficiente às demandas de infraestrutura viária, ampliar a capacidade operacional da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, assegurar melhor aplicação dos recursos públicos, fortalecer a fiscalização e promover melhorias concretas na mobilidade, trafegabilidade, segurança e qualidade de vida da população de Tarauacá/AC.

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A solução adotada consiste na estruturação de Sistema de Registro de Preços para futura e eventual contratação, sob demanda, de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de insumos asfálticos e, quando necessário, na execução de serviços de pavimentação, manutenção, recuperação, recomposição, drenagem e conservação viária, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos do Município de Tarauacá/AC.

4.2. A contratação será organizada em dois eixos autônomos e complementares. O primeiro eixo refere-se ao fornecimento de insumos asfálticos, especialmente Concreto Betuminoso Usinado a Quente — CBUQ, CAP, emulsões e materiais correlatos, com entrega efetiva no Município de Tarauacá/AC. O segundo eixo refere-se à execução de serviços de engenharia, abrangendo pavimentação asfáltica, tapa-buracos, recapeamento, recomposição de pavimento, correção de patologias, drenagem, sarjetas, meios-fios, calçadas e demais serviços correlatos de infraestrutura viária.

4.3. A solução não se limita ao fornecimento isolado de materiais ou à contratação genérica de mão de obra. Quando acionada para execução de serviços, a contratada deverá disponibilizar todos os meios necessários ao cumprimento integral da Ordem de Serviço, incluindo responsável técnico, equipe operacional, máquinas, equipamentos, ferramentas, veículos, sinalização, equipamentos de proteção individual e coletiva, mobilização, desmobilização e demais recursos compatíveis com a natureza da intervenção autorizada.

4.4. O modelo adotado permitirá à Administração utilizar a Ata de Registro de Preços de forma flexível e controlada, conforme a necessidade concreta. Em determinadas situações, o Município poderá adquirir insumos asfálticos para aplicação direta por equipe própria, quando dispuser de estrutura operacional suficiente. Em outras hipóteses, poderá acionar a empresa registrada para execução completa dos serviços, especialmente quando a intervenção exigir maior escala, produtividade, responsabilidade técnica, equipamentos específicos ou estrutura especializada.

4.5. A execução do objeto ocorrerá exclusivamente sob demanda, mediante emissão de Ordem de Fornecimento ou Ordem de Serviço, devidamente formalizada pela Administração. Cada ordem deverá indicar, conforme o caso, o local da intervenção, a solução técnica definida, os quantitativos estimados, a composição SINAPI/AC aplicável, o percentual de desconto registrado, o prazo de execução, a forma de medição, o responsável pela fiscalização e demais elementos necessários ao controle da execução.

4.6. Não será admitida execução genérica, informal ou desvinculada de necessidade pública demonstrada. Cada acionamento da Ata deverá estar precedido de diagnóstico técnico ou

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

levantamento mínimo da demanda, podendo incluir registro fotográfico, indicação da rua, trecho, ponto crítico ou área de intervenção, definição do tipo de serviço necessário e verificação da disponibilidade orçamentária correspondente.

4.7. A contratação adotará como referência a Tabela SINAPI/AC, sobre a qual incidirá o percentual de desconto registrado para cada item. A utilização do SINAPI/AC tem por finalidade assegurar objetividade, padronização, transparência e controle na formação dos preços, sem afastar a necessidade de análise técnica específica para cada Ordem de Fornecimento ou Ordem de Serviço.

4.8. Quando as composições SINAPI/AC não contemplarem integralmente as condições específicas de execução local, especialmente transporte, carga, descarga, DMT, mobilização, desmobilização, peculiaridades logísticas ou insumos asfálticos sujeitos a variações específicas, a Administração poderá utilizar composições auxiliares, cotações complementares ou referências técnicas idôneas, como SICRO, DNIT, ANP, DER/AC ou outras fontes oficiais compatíveis, desde que devidamente justificadas nos autos e preservada a economicidade.

4.9. A solução deverá observar as normas técnicas aplicáveis à natureza de cada intervenção, especialmente normas da ABNT e, de forma subsidiária e quando compatível, especificações técnicas do DNIT/IPR, DER/AC e demais referenciais aplicáveis à pavimentação, drenagem, manutenção e conservação viária.

4.10. Nos serviços de pavimentação e recuperação viária, não será admitida a aplicação indiscriminada de massa asfáltica em locais que demandem previamente recomposição de base, regularização, compactação, drenagem ou outra intervenção necessária à durabilidade do serviço. A solução técnica deverá ser definida conforme o diagnóstico do trecho, podendo consistir, conforme o caso, em tapa-buraco emergencial, tapa-buraco estruturado, recomposição de base, recapeamento, pavimentação parcial, pavimentação integral, drenagem, sarjetas, meios-fios, calçadas ou demais serviços correlatos.

4.11. A medição e o pagamento serão realizados somente com base nos quantitativos efetivamente fornecidos ou executados e aceitos pela fiscalização, vedado o pagamento por estimativa genérica, por simples disponibilização de equipe ou por serviços não comprovadamente realizados.

4.12. A solução como um todo visa assegurar à Administração instrumento contratual apto a transformar o diagnóstico territorial da malha viária em ações concretas, progressivas e fiscalizáveis, permitindo maior capacidade de resposta às demandas urbanas, melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, redução de improvisações, controle da execução e melhoria das condições de mobilidade, trafegabilidade, segurança viária, salubridade e qualidade de vida da população de Tarauacá/AC.

5. DOS QUANTITATIVOS, ITENS E VALORES ESTIMADOS

5.1. A presente contratação será estruturada por itens autônomos, observada a distinção técnica, econômica e operacional entre o fornecimento de insumos asfálticos e a execução de serviços de

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

engenharia.

5.2. Considerando a modelagem por Sistema de Registro de Preços, a execução sob demanda e a adoção de percentual de desconto sobre a Tabela SINAPI/AC, os quantitativos físicos específicos de cada intervenção não serão previamente fixados por rua, trecho ou bairro, devendo ser definidos no momento da emissão da respectiva Ordem de Fornecimento ou Ordem de Serviço, mediante levantamento técnico individualizado, indicação da área ou extensão, espessura, composição SINAPI aplicável, unidade de medida, quantitativo estimado e disponibilidade orçamentária.

5.3. Para fins de planejamento da Ata de Registro de Preços, ficam estabelecidos os seguintes limites econômico-financeiros máximos:

Item	Descrição	Unidade de referência	Valor máximo estimado
1	Fornecimento de insumos asfálticos, especialmente CBUQ e materiais correlatos, conforme composições SINAPI/AC aplicáveis, com entrega no Município de Tarauacá/AC	T / conforme composição SINAPI	R\$ 17.000.000,00
2	Execução de serviços de pavimentação, manutenção, recuperação, recomposição, drenagem e conservação viária, incluindo tapa-buracos, recapeamento, correção de patologias, sarjetas, meios-fios, calçadas e serviços correlatos	SERV / m ² / m ³ / t / m / conforme composição SINAPI	R\$ 10.000.000,00

5.4. O valor total máximo estimado da Ata de Registro de Preços será de até R\$ 27.000.000,00, não constituindo obrigação de contratação integral pela Administração.

5.5. Os quantitativos físicos serão definidos individualmente em cada acionamento da Ata, conforme a composição SINAPI/AC aplicável à intervenção autorizada, observadas as unidades próprias de medição de cada serviço ou insumo, tais como tonelada, metro quadrado, metro cúbico, metro linear ou outra unidade prevista na respectiva composição.

5.6. A contratação e o pagamento somente ocorrerão sobre os quantitativos efetivamente fornecidos ou executados, medidos, fiscalizados e aceitos pela Administração, vedado o pagamento por estimativa genérica, por saldo financeiro disponível ou por simples disponibilização de equipe, máquinas ou materiais.

5.7. A ausência de quantitativo físico previamente definido justifica-se pela natureza variável, progressiva e sob demanda da contratação, bem como pela necessidade de definição técnica individualizada de cada intervenção, a partir do diagnóstico da via, solução aplicável e parâmetros técnicos específicos.

5.8. Cada Ordem de Fornecimento ou Ordem de Serviço deverá conter, no mínimo, o local da intervenção, a descrição da demanda, a solução técnica adotada, a composição SINAPI/AC aplicável,

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

a unidade de medida, o quantitativo estimado, o percentual de desconto registrado, o valor resultante, o prazo de execução, o fiscal responsável e os critérios de medição e recebimento.

5.9. A separação em itens autônomos justifica-se pela necessidade de permitir que a Administração possa contratar, conforme a situação concreta, apenas o fornecimento de insumos para execução direta pelo Município, ou a execução completa dos serviços por empresa especializada, quando a intervenção exigir maior estrutura técnica, operacional ou responsabilidade técnica.

5.10. Os itens possuem naturezas distintas e estruturas de custo próprias, especialmente quanto à logística, mobilização, mão de obra, equipamentos, BDI e forma de execução, razão pela qual não se admite compensação indevida entre o fornecimento de insumos e a execução de serviços.

5.11. A Administração poderá utilizar os itens registrados de forma isolada ou combinada, conforme a necessidade pública e a solução técnica definida para cada caso, desde que preservada a adequada instrução da ordem, a disponibilidade orçamentária, a rastreabilidade da execução e a vedação ao pagamento por serviços não comprovadamente realizados.

5.12. Os itens, valores estimados e demais parâmetros deverão constar da planilha anexa ao edital, podendo a Administração detalhar subitens conforme as composições SINAPI/AC aplicáveis, desde que preservados o julgamento por item, a ampla competitividade, a exequibilidade das propostas e a adequada fiscalização da execução.

6. DA UNIDADE DEMANDANTE E DA UTILIZAÇÃO EXCLUSIVA DA ATA

6.1. A presente Ata de Registro de Preços será destinada ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos do Município de Tarauacá/AC, unidade responsável pelo planejamento, solicitação, acompanhamento e fiscalização das Ordens de Fornecimento e Ordens de Serviço decorrentes da contratação.

6.2. Considerando a natureza técnica do objeto, consistente no fornecimento de insumos asfálticos e na execução de serviços de pavimentação, manutenção, recuperação, recomposição, drenagem e conservação viária, não haverá rateio prévio entre Secretarias Municipais, uma vez que a utilização da ata estará vinculada às necessidades de infraestrutura urbana sob responsabilidade técnica e administrativa da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

6.3. A inexistência de rateio entre Secretarias não afasta a possibilidade de que as intervenções beneficiem indiretamente outras áreas da Administração Pública Municipal, tais como educação, saúde, assistência social, administração, agricultura ou demais políticas públicas, na medida em que a melhoria da malha viária urbana impacta o acesso a escolas, unidades de saúde, prédios públicos, áreas comerciais, bairros e demais equipamentos públicos.

6.4. As Ordens de Fornecimento e Ordens de Serviço somente poderão ser emitidas pela unidade competente, mediante prévia identificação da demanda, justificativa técnica, disponibilidade orçamentária e observância das regras estabelecidas neste Termo de Referência, no edital, na Ata

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

de Registro de Preços e no instrumento contratual ou equivalente.

6.5. A utilização da ata deverá observar os limites quantitativos e financeiros registrados, sendo vedada a emissão de ordens desvinculadas da finalidade do objeto, da competência da Secretaria demandante ou de necessidade pública devidamente caracterizada.

7. DA FORMA DE EXECUÇÃO: DA AQUISIÇÃO E DOS SERVIÇOS

7.1. A execução do objeto ocorrerá sob demanda, mediante emissão de Ordem de Fornecimento, quando se tratar de aquisição de insumos asfálticos, ou de Ordem de Serviço, quando se tratar da execução de serviços de pavimentação, manutenção, recuperação, recomposição, drenagem e conservação viária.

7.2. A emissão de Ordem de Fornecimento ou Ordem de Serviço dependerá da identificação prévia da necessidade pública, da disponibilidade orçamentária e financeira, da definição técnica da intervenção e da indicação da composição SINAPI/AC aplicável, observadas as condições previstas neste Termo de Referência, no edital, na Ata de Registro de Preços e no instrumento contratual ou equivalente.

7.3. A execução não poderá ocorrer de forma genérica, informal ou desvinculada de planejamento técnico. Cada acionamento da Ata deverá estar vinculado a demanda concreta, devidamente caracterizada pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, com indicação do local de aplicação, trecho, rua, ponto crítico ou área de intervenção, solução técnica pretendida, quantitativos estimados, unidade de medida, percentual de desconto registrado, prazo e critérios de medição.

7.4. No caso de aquisição de insumos asfálticos, especialmente CBUQ e materiais correlatos, a Ordem de Fornecimento deverá indicar, no mínimo, o tipo de insumo, a composição SINAPI/AC ou referência técnica aplicável, a quantidade estimada, o local de entrega, a finalidade da utilização, a forma de recebimento, o responsável pelo atesto e, quando possível, a indicação da via, trecho ou intervenção em que o material será aplicado.

7.5. A aquisição de insumos não poderá ocorrer de forma abstrata ou desvinculada de necessidade técnica demonstrada. O fornecimento deverá estar associado a planejamento mínimo de utilização, seja para execução direta pela Administração, seja para composição de intervenção a ser executada pela contratada ou por outro meio regularmente autorizado.

7.6. No caso de execução de serviços, a Ordem de Serviço deverá conter, no mínimo, o local da intervenção, o diagnóstico da demanda, a solução técnica definida, os quantitativos estimados, as composições SINAPI/AC aplicáveis, o percentual de desconto registrado, eventual BDI quando cabível, o prazo de execução, as condições de mobilização, os critérios de medição, o fiscal responsável e os documentos necessários ao acompanhamento da execução.

7.7. Antes do início dos serviços, a contratada deverá confirmar a disponibilidade dos meios

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

necessários à execução da Ordem de Serviço, incluindo responsável técnico, equipe operacional, máquinas, equipamentos, ferramentas, veículos, sinalização, equipamentos de proteção individual e coletiva, materiais, mobilização e demais recursos compatíveis com a intervenção autorizada.

7.8. A execução dos serviços deverá observar a solução técnica definida pela Administração, não sendo admitida a aplicação indiscriminada de massa asfáltica em locais que demandem previamente recomposição de base, regularização, compactação, drenagem, limpeza, requadramento ou outra providência necessária à durabilidade da intervenção.

7.9. A depender do diagnóstico técnico, a intervenção poderá consistir em aquisição isolada de insumos, tapa-buraco emergencial, tapa-buraco estruturado, remendo profundo, recomposição de base, recapeamento, pavimentação parcial, pavimentação integral, drenagem, execução ou recomposição de sarjetas, meios-fios, calçadas ou demais serviços correlatos de infraestrutura viária.

7.10. A Administração poderá utilizar os itens registrados de forma isolada ou combinada. Assim, poderá adquirir insumos para aplicação direta pela equipe municipal, quando houver capacidade operacional própria, ou contratar a execução completa dos serviços pela empresa registrada, quando a intervenção exigir maior escala, produtividade, responsabilidade técnica, equipamentos específicos ou estrutura especializada.

7.11. A execução direta pela Administração, quando adotada, deverá observar planejamento técnico mínimo, disponibilidade de equipe, equipamentos e insumos, bem como acompanhamento pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, não afastando a necessidade de controle da destinação dos materiais fornecidos e da comprovação da efetiva aplicação.

7.12. Quando a execução for realizada pela contratada, esta será responsável pela integral disponibilização dos meios necessários ao cumprimento da Ordem de Serviço, inclusive mão de obra, equipamentos, máquinas, ferramentas, transporte, mobilização, desmobilização, sinalização, segurança da área, limpeza final e destinação adequada dos resíduos gerados.

7.13. A contratada deverá executar os serviços em conformidade com as especificações deste Termo de Referência, com as normas técnicas aplicáveis, com as composições SINAPI/AC pertinentes, com as Ordens de Fornecimento ou Ordens de Serviço emitidas e com as orientações da fiscalização técnica da Administração.

7.14. A fiscalização poderá determinar a correção, refazimento, complementação ou adequação de serviços executados em desconformidade com a Ordem de Serviço, com as normas técnicas aplicáveis ou com os padrões mínimos de qualidade exigidos, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

7.15. A medição somente será realizada após a verificação dos quantitativos efetivamente fornecidos ou executados, observadas as unidades próprias de cada composição, tais como tonelada, metro quadrado, metro cúbico, metro linear ou outra unidade prevista na referência

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

técnica aplicável.

7.16. O pagamento ficará condicionado à efetiva entrega ou execução, à conferência pela fiscalização, ao atesto da Administração, à apresentação da documentação fiscal regular e à comprovação de conformidade com a Ordem de Fornecimento ou Ordem de Serviço.

7.17. É vedado o pagamento por estimativa genérica, por simples disponibilização de equipe, máquinas, equipamentos ou materiais, ou por serviços não comprovadamente executados, medidos, fiscalizados e aceitos pela Administração.

7.18. Todas as etapas da execução deverão ser documentadas nos autos, preferencialmente com relatório fotográfico antes, durante e após a intervenção, registros de medição, atesto, recebimento e demais elementos necessários à rastreabilidade, transparência e controle da execução contratual.

8. DA DISPONIBILIDADE OPERACIONAL, PRAZOS DE ENTREGA E MOBILIZAÇÃO

8.1. A contratada deverá manter disponibilidade operacional compatível com o atendimento das Ordens de Fornecimento e das Ordens de Serviço emitidas pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, considerando a natureza sob demanda da contratação, a localização geográfica do Município de Tarauacá/AC, a dependência logística da BR-364, as distâncias envolvidas, as condições de trafegabilidade e a sazonalidade climática da região amazônica.

8.2. Os prazos estabelecidos neste Termo de Referência foram definidos de forma compatível com a realidade logística do Município, de modo a assegurar viabilidade de atendimento, ampla competitividade, exequibilidade da proposta e adequada execução contratual, evitando a fixação de prazos excessivamente reduzidos que possam restringir a participação de empresas sediadas em outras localidades ou comprometer a regularidade da execução.

8.3. Para o fornecimento de insumos asfálticos, especialmente CBUQ e materiais correlatos, a contratada deverá realizar a entrega no Município de Tarauacá/AC no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento, observadas a quantidade autorizada, a especificação técnica do material, a composição SINAPI/AC aplicável, o local de entrega indicado pela Administração e as condições de transporte necessárias à preservação da qualidade do insumo.

8.4. A entrega dos insumos deverá ocorrer acompanhada da documentação fiscal correspondente, identificação do material fornecido, quantidade entregue, unidade de medida, data e horário da entrega, local de recebimento e demais documentos técnicos eventualmente exigidos pela fiscalização, especialmente quando necessários à verificação da especificação, qualidade, origem, transporte ou adequação do material à finalidade indicada.

8.5. O recebimento dos insumos será realizado por servidor ou equipe designada pela Administração, que deverá verificar a conformidade do material entregue com a Ordem de Fornecimento, inclusive quanto à quantidade, especificação, integridade, condições de transporte,

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

qualidade aparente e adequação à finalidade previamente informada.

8.6. No caso de execução de serviços, a contratada deverá iniciar a mobilização de responsável técnico, equipe operacional, máquinas, equipamentos, ferramentas, veículos, sinalização, EPIs, materiais e demais meios necessários no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da respectiva Ordem de Serviço.

8.7. O início efetivo da execução dos serviços deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Serviço, salvo quando a própria ordem estabelecer prazo superior em razão da extensão, complexidade técnica, volume da intervenção, necessidade de mobilização específica, condições climáticas ou peculiaridades logísticas devidamente justificadas.

8.8. Em situações excepcionais, devidamente justificadas pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a Administração poderá estabelecer prazos inferiores aos previstos neste item, especialmente quando houver disponibilidade local de insumos, estrutura operacional já mobilizada, necessidade emergencial de restabelecimento da trafegabilidade, risco à segurança viária ou comprometimento de acesso a serviços públicos essenciais, desde que observada a razoabilidade técnica e a viabilidade de atendimento.

8.9. A fixação de prazo inferior deverá ser motivada no respectivo processo de execução, devendo considerar a natureza da demanda, a urgência da intervenção, a disponibilidade operacional da contratada, as condições climáticas, a situação da BR-364, o volume de insumos ou serviços necessários e a preservação da qualidade da execução.

8.10. A ausência de estrutura fixa da contratada no Município de Tarauacá/AC não poderá ser utilizada como justificativa para o descumprimento dos prazos pactuados, devendo a licitante considerar, desde a formulação de sua proposta, todos os custos, riscos, prazos e condições logísticas necessários ao atendimento no Município.

8.11. Do mesmo modo, a contratada não poderá alegar desconhecimento das distâncias, condições de acesso, tempo de deslocamento, sazonalidade climática, necessidade de transporte de insumos, mobilização de equipes ou deslocamento de máquinas e equipamentos como fundamento para descumprimento injustificado das Ordens de Fornecimento ou Ordens de Serviço.

8.12. A contratada deverá comunicar imediatamente à Administração qualquer fato superveniente que possa comprometer o prazo de entrega, mobilização ou execução, apresentando justificativa formal e documentação comprobatória pertinente, sem prejuízo da análise pela fiscalização e da aplicação das penalidades cabíveis quando caracterizado atraso injustificado.

8.13. A Administração poderá, antes da emissão da Ordem de Serviço, solicitar confirmação da disponibilidade operacional da contratada, especialmente quanto à equipe, equipamentos, materiais, prazo de mobilização e condições de execução, sem que tal providência implique alteração das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços, no contrato ou instrumento

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

equivalente.

8.14. O descumprimento injustificado dos prazos de entrega, mobilização ou execução poderá ensejar a aplicação das sanções previstas no edital, na Ata de Registro de Preços, no contrato ou instrumento equivalente e na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da apuração de eventuais danos causados à Administração ou à continuidade dos serviços públicos.

8.15. Os prazos previstos neste item constituem parâmetros máximos ordinários, podendo ser ajustados de forma motivada em cada Ordem de Fornecimento ou Ordem de Serviço, desde que a alteração esteja tecnicamente justificada, seja compatível com a complexidade da demanda e não comprometa a eficiência, a qualidade, a segurança e a economicidade da execução contratual.

9. DO CRITÉRIO DE DESCONTO E DA REMUNERAÇÃO

9.1. A contratação adotará como critério de julgamento o menor preço, aferido pelo maior percentual de desconto por item sobre a Tabela SINAPI/AC, observada a natureza específica de cada item, a distinção entre fornecimento de insumos e execução de serviços e as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

9.2. O percentual de desconto ofertado deverá incidir sobre a base referencial correspondente ao item disputado, considerando as composições, insumos ou serviços constantes da Tabela SINAPI/AC aplicáveis à respectiva Ordem de Fornecimento ou Ordem de Serviço, vedada a compensação entre itens de natureza distinta.

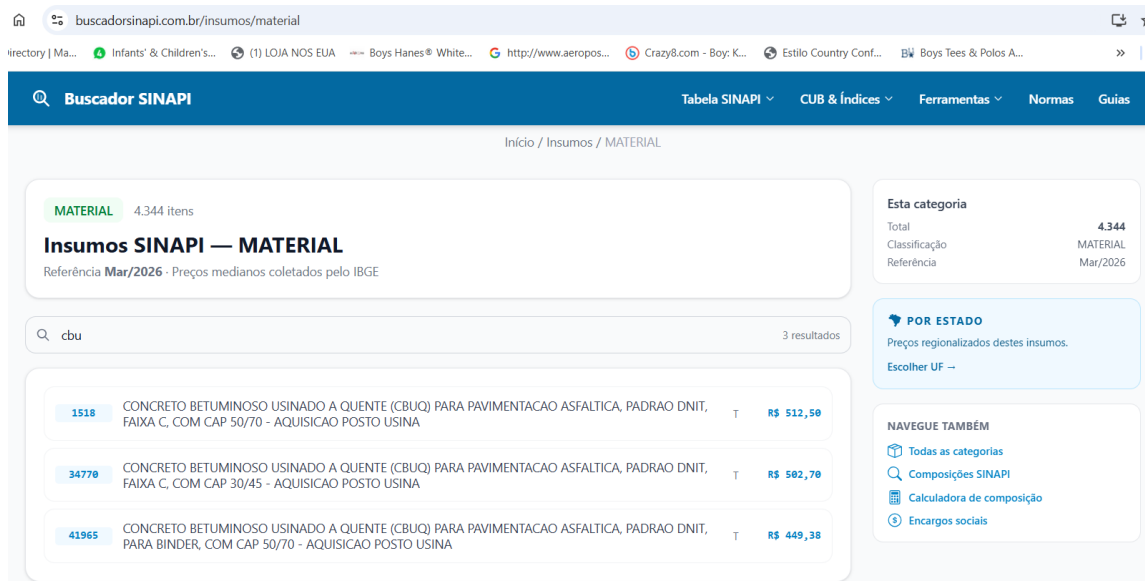
9.3. A adjudicação ocorrerá por item, sendo os descontos independentes entre si, em razão das diferenças existentes entre as estruturas de custo, logística, mobilização, mão de obra, equipamentos, BDI e responsabilidade técnica.

9.4. DA BASE DE REFERÊNCIA – INSUMOS ASFÁLTICOS

9.4.1. Para o fornecimento de insumos asfálticos, a remuneração será apurada mediante aplicação do percentual de desconto ofertado sobre o preço unitário do insumo correspondente na Tabela SINAPI/AC vigente à época da Ordem de Fornecimento.

9.4.2. Os insumos deverão observar rigorosamente os códigos, especificações técnicas e padrões definidos no SINAPI e nas normas técnicas do DNIT.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS



The screenshot shows the SINAPI website interface. At the top, there's a navigation bar with 'Buscador SINAPI' and links to 'Tabela SINAPI', 'CUB & Índices', 'Ferramentas', 'Normas', and 'Guias'. Below the navigation bar, the page title is 'Início / Insumos / MATERIAL'. A search bar contains 'cbu' and shows '3 resultados'. The results list three items: 1518 (CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) PARA PAVIMENTACAO ASFALTICA, PADRAO DNIT, FAIXA C, COM CAP 50/70 - AQUISICAO POSTO USINA) with a value of R\$ 512,50; 34770 (CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) PARA PAVIMENTACAO ASFALTICA, PADRAO DNIT, FAIXA C, COM CAP 30/45 - AQUISICAO POSTO USINA) with a value of R\$ 502,70; and 41965 (CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) PARA PAVIMENTACAO ASFALTICA, PADRAO DNIT, PARA BINDER, COM CAP 50/70 - AQUISICAO POSTO USINA) with a value of R\$ 449,38. On the right, there's a summary box for 'Esta categoria' showing 4,344 items and a 'POR ESTADO' section for regionalized prices.

Tabela Demonstrativa – Insumos (Exemplo)

Código SINAPI	Descrição	Unidade	Valor Referencial (R\$)	Desconto (%)	Valor com Desconto (R\$)
1518	CBUQ faixa C, CAP 50/70	T	512,50	12%	451,00
34770	CBUQ faixa C, CAP 30/45	T	502,70	12%	442,38
41965	CBUQ para binder, CAP 50/70	T	449,38	12%	395,45

Observação: Os valores e percentuais constantes nesta tabela possuem caráter meramente ilustrativo, tendo por finalidade demonstrar a sistemática de aplicação do desconto sobre a Tabela SINAPI/AC, não representando, em qualquer hipótese, parâmetro mínimo, máximo ou referência obrigatória para formulação das propostas pelas licitantes, tampouco refletindo a margem efetivamente estimada pela Administração no processo de pesquisa de preços.

9.5. DA BASE DE REFERÊNCIA – SERVIÇOS DE ENGENHARIA

9.5.1. Para execução dos serviços de engenharia, a remuneração será apurada mediante aplicação do percentual de desconto registrado sobre as composições SINAPI/AC correspondentes à intervenção efetivamente autorizada pela Administração.

9.5.2. Cada Ordem de Serviço deverá indicar a composição SINAPI/AC aplicável, os coeficientes técnicos correspondentes, a unidade de medida, os quantitativos estimados, o percentual de desconto registrado e o valor resultante, sendo vedada a execução dissociada da composição de referência.

9.5.3. As composições SINAPI/AC deverão ser utilizadas não apenas como referência de preço, mas também como parâmetro técnico de execução, medição e fiscalização, especialmente quanto aos insumos, equipamentos, mão de obra, coeficientes de produtividade e critérios de quantificação

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

aplicáveis a cada serviço.

Tabela Demonstrativa – Serviços (Exemplo)

Código SINAPI	Descrição da composição	Unid	Valor referencial SINAPI/AC	Desconto ilustrativo	Valor com desconto ilustrativo
95995	Execução de pavimento com aplicação de concreto asfáltico, camada de rolamento, exclusive carga e transporte	m³	R\$ 4.971,14	10%	R\$ 4.474,03

Observação: Os valores constantes desta tabela possuem caráter meramente demonstrativo, tendo por finalidade exemplificar a sistemática de aplicação do desconto sobre a Tabela SINAPI/AC. Os valores efetivamente aplicáveis serão aqueles constantes da Tabela SINAPI/AC vigente na data da emissão da respectiva Ordem de Serviço ou Ordem de Fornecimento, não representando preço fixo, orçamento definitivo, desconto mínimo ou parâmetro obrigatório para formulação das propostas.

9.5.4. Quando a composição SINAPI/AC indicar que determinado serviço compreende equipamentos, mão de obra, insumos e etapas executivas específicas, a contratada deverá observar a integralidade da composição aplicável, não sendo admitida supressão de etapas essenciais à adequada execução, durabilidade e funcionalidade da intervenção.

9.5.5. A fiscalização poderá utilizar a composição SINAPI/AC adotada na Ordem de Serviço como parâmetro para verificar a compatibilidade entre o serviço autorizado, os meios empregados pela contratada, a execução realizada, os quantitativos medidos e o valor efetivamente devido.

9.6. DA FORMA DE REMUNERAÇÃO

9.6.1. O valor devido à contratada será apurado exclusivamente com base nos fornecimentos ou serviços efetivamente autorizados, executados, medidos, fiscalizados, aceitos e atestados pela Administração.

9.6.2. Para fins de apuração da remuneração, deverá ser observada a seguinte metodologia:

- I. Identificação do código SINAPI/AC aplicável ao insumo ou serviço autorizado;
- II. Definição do quantitativo efetivamente fornecido ou executado, conforme unidade de medida própria da composição ou insumo;
- III. Aplicação do percentual de desconto registrado para o respectivo item;
- IV. Elaboração e validação da medição pela fiscalização técnica;
- V. Emissão do atesto pela Administração, quando verificada a conformidade do fornecimento ou serviço.

9.6.3. Nos casos de fornecimento de insumos, a remuneração observará a quantidade efetivamente entregue e aceita, a unidade de medida aplicável, a referência SINAPI/AC correspondente e o

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

percentual de desconto registrado.

9.6.4. Nos casos de execução de serviços, a remuneração observará os quantitativos efetivamente executados, medidos e aceitos pela fiscalização, conforme as unidades próprias das composições aplicáveis, tais como tonelada, metro quadrado, metro cúbico, metro linear ou outra unidade prevista na referência técnica adotada.

9.7. DAS VEDAÇÕES

9.7.1. Fica vedado o pagamento por estimativa genérica, por saldo financeiro disponível, por mera previsão de consumo, por simples disponibilização de equipe, máquinas, equipamentos ou materiais, ou por serviços não comprovadamente executados, medidos, fiscalizados e aceitos pela Administração.

9.7.2. É vedada a aplicação de desconto seletivo, compensatório ou diferenciado entre subitens de mesma composição, quando tal prática puder comprometer a comparabilidade entre propostas, gerar distorções na formação dos preços ou favorecer jogo de planilha.

9.7.3. Não será admitida cobrança adicional sob alegação de custos ordinários não considerados na proposta, especialmente aqueles relacionados a frete, transporte, mobilização, desmobilização, mão de obra, equipamentos, tributos, encargos, seguros, riscos operacionais, administração local, lucro, sinalização, EPIs, limpeza final ou destinação de resíduos.

9.7.4. É vedada a execução de serviços fora das composições técnicas autorizadas, salvo quando houver justificativa técnica formal, aprovação da fiscalização e adoção de composição complementar idônea, devidamente registrada nos autos.

9.7.5. Não será admitida remuneração por serviços executados em desconformidade com a Ordem de Serviço, com as especificações técnicas, com as normas aplicáveis ou com os padrões mínimos de qualidade exigidos.

9.8. DO BDI

9.8.1. O BDI, quando cabível, deverá ser indicado expressamente na planilha técnica da respectiva Ordem de Serviço, de forma motivada, transparente e compatível com a natureza da intervenção autorizada.

9.8.2. A incidência do BDI não será automática nem aplicável indistintamente a todos os acionamentos da Ata de Registro de Preços, devendo observar a natureza do item contratado, a composição utilizada, o regime de execução e os custos efetivamente envolvidos.

9.8.3. Nos casos de simples fornecimento de insumos asfálticos, o BDI somente poderá ser considerado quando tecnicamente cabível e devidamente justificado, sendo vedada sua incidência indevida sobre parcelas que não comportem custos típicos de execução de serviço.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

9.8.4. Nos casos de execução de serviços de engenharia, o BDI deverá observar o estudo referencial elaborado pela Administração, os parâmetros técnicos aplicáveis, a natureza da intervenção, os custos indiretos efetivamente pertinentes e a necessidade de evitar duplicidade de parcelas, sobreposição de custos ou remuneração indevida.

9.8.5. A definição do BDI em cada Ordem de Serviço deverá preservar a economicidade, a transparência, a exequibilidade e a compatibilidade com a realidade da execução no Município de Tarauacá/AC.

9.9. DA EXEQUIBILIDADE

9.9.1. A Administração poderá exigir comprovação de exequibilidade sempre que o percentual de desconto ofertado se mostrar aparentemente incompatível com a realidade do objeto, com os custos de execução no Município de Tarauacá/AC ou com os padrões usualmente praticados no mercado.

9.9.2. A análise de exequibilidade poderá considerar, entre outros elementos, os custos de transporte pela BR-364, frete, carga, descarga, mobilização, desmobilização, mão de obra, equipamentos, encargos trabalhistas e previdenciários, tributos, seguros, riscos logísticos, sazonalidade climática, administração local, lucro e demais despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto.

9.9.3. Para fins de comprovação, a Administração poderá solicitar planilhas, composições auxiliares, justificativas técnicas, notas fiscais, contratos, propostas comerciais, memória de cálculo ou outros documentos aptos a demonstrar a suficiência econômica do desconto ofertado.

9.9.4. Constatada a inexecuibilidade da proposta, a incompatibilidade do desconto com a realidade do objeto ou a insuficiência da demonstração apresentada pela licitante, a proposta poderá ser desclassificada, observadas as regras do edital, o contraditório e a ampla defesa.

9.9.5. A eventual alegação posterior de insuficiência do desconto ofertado, erro de composição, subavaliação de custos logísticos ou desconhecimento das condições de execução no Município não constituirá, por si só, fundamento para reequilíbrio econômico-financeiro.

9.10. A sistemática de desconto sobre a Tabela SINAPI/AC assegura objetividade, padronização, transparência, economicidade e controle da execução contratual, garantindo aderência aos parâmetros oficiais de custos e mitigando riscos de sobrepreço, jogo de planilha, remuneração indevida, inexecuibilidade e execução inadequada.

9.11. A remuneração da contratada deverá sempre guardar correspondência com a necessidade pública autorizada, a composição técnica aplicável, o quantitativo efetivamente fornecido ou executado, o percentual de desconto registrado, a medição validada e o atesto formal da Administração.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

10. DA FISCALIZAÇÃO E DO CONTROLE DO CONSUMO

10.1. A execução da Ata de Registro de Preços, dos contratos ou instrumentos equivalentes dela decorrentes será acompanhada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, por meio de gestor e fiscal formalmente designados pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e das normas municipais aplicáveis.

10.2. A fiscalização terá por finalidade assegurar que os insumos fornecidos e os serviços executados estejam em conformidade com este Termo de Referência, com o edital, com a Ata de Registro de Preços, com as Ordens de Fornecimento, com as Ordens de Serviço, com as composições SINAPI/AC aplicáveis, com as normas técnicas pertinentes e com o interesse público que fundamenta a contratação.

10.3. O controle do consumo dos saldos registrados deverá ocorrer de forma individualizada, por item, por Ordem de Fornecimento ou Ordem de Serviço, vedada a utilização genérica da Ata sem vinculação a demanda concreta, levantamento técnico, disponibilidade orçamentária, composição de referência e autorização formal da Administração.

10.4. Para cada acionamento da Ata, a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos deverá manter registro mínimo contendo: identificação da demanda, local de aplicação ou execução, justificativa técnica, composição SINAPI/AC aplicável, unidade de medida, quantitativo autorizado, percentual de desconto registrado, valor estimado da ordem, prazo, fiscal responsável, relatório fotográfico, medição, atesto e comprovante de recebimento ou execução.

10.5. No caso de fornecimento de insumos asfálticos, o controle deverá abranger, no mínimo, a quantidade autorizada, quantidade entregue, unidade de medida, tipo de material, código SINAPI/AC aplicável, local de entrega, finalidade de aplicação, responsável pelo recebimento, documentação fiscal, data de entrega e comprovação da destinação do material.

10.6. A aquisição de insumos para execução direta pelo Município deverá ser acompanhada de controle específico de aplicação, com indicação da via, trecho ou ponto crítico em que o material será utilizado, equipe responsável, equipamento empregado, data da aplicação e registro fotográfico, de modo a assegurar rastreabilidade entre o material adquirido e a intervenção efetivamente realizada.

10.7. No caso de execução de serviços, a fiscalização deverá verificar a compatibilidade entre a Ordem de Serviço emitida, a solução técnica adotada, os quantitativos executados, as etapas realizadas, os equipamentos mobilizados, a qualidade dos materiais empregados, os registros fotográficos e a medição apresentada pela contratada.

10.8. A fiscalização deverá observar se a execução foi realizada conforme a composição SINAPI/AC autorizada, especialmente quanto à unidade de medida, aos critérios de quantificação, aos insumos principais, à utilização de equipamentos, à mão de obra necessária e às etapas executivas

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

indispensáveis à qualidade e durabilidade da intervenção.

10.9. Não será admitido atesto de nota fiscal, medição ou pagamento sem a correspondente comprovação da entrega do insumo ou da execução efetiva do serviço, devendo a fiscalização recusar medições genéricas, incompletas, incompatíveis com a Ordem emitida ou desprovidas de documentação mínima.

10.10. O controle do consumo da Ata deverá considerar o saldo financeiro e operacional de cada item registrado, evitando extrapolação dos limites autorizados, utilização indevida de saldo, compensação entre itens sem previsão formal ou pagamento por despesa não vinculada ao objeto da contratação.

10.11. A fiscalização poderá exigir da contratada documentos complementares para comprovação da regularidade do fornecimento ou execução, incluindo notas de produção, fichas técnicas dos materiais, comprovantes de transporte, relatórios de execução, boletins de medição, ARTs quando cabíveis, registros fotográficos, ensaios técnicos, laudos, declarações de conformidade e demais documentos necessários à verificação da qualidade e da rastreabilidade.

10.12. Quando houver dúvida quanto à conformidade do insumo asfáltico fornecido, especialmente CBUQ, CAP, emulsões ou materiais correlatos, a Administração poderá exigir comprovação técnica adicional, inclusive identificação do material, origem, padrão DNIT, composição, tipo de ligante, nota de produção da usina, ficha técnica ou ensaio pertinente, sem prejuízo da rejeição do material em caso de desconformidade.

10.13. Quando houver dúvida quanto à qualidade dos serviços executados, a fiscalização poderá determinar a realização de verificação técnica, ensaio, reinspeção, correção, complementação ou refazimento, às expensas da contratada, quando constatada falha, vício, execução inadequada ou desconformidade com a Ordem de Serviço.

10.14. A fiscalização deverá registrar formalmente eventuais ocorrências, atrasos, inconformidades, falhas de qualidade, divergências de quantitativos, descumprimento de prazos ou inadequações técnicas, adotando as providências necessárias para correção, glosa, rejeição, suspensão do pagamento ou instauração de procedimento sancionatório, quando cabível.

10.15. O recebimento provisório ou definitivo, quando aplicável, não afasta a responsabilidade da contratada por vícios, defeitos, falhas de execução, inadequação de materiais ou danos decorrentes da má execução, nos termos da legislação aplicável e das condições previstas no edital e no instrumento contratual.

10.16. O gestor do contrato ou da Ata deverá acompanhar a execução global da contratação, controlar os saldos registrados, verificar a compatibilidade das ordens emitidas com os limites disponíveis, acompanhar prazos, comunicar irregularidades, instruir eventuais pedidos de alteração, reajuste ou reequilíbrio e subsidiar a tomada de decisão da autoridade competente.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

10.17. O fiscal técnico deverá acompanhar diretamente a entrega dos insumos ou a execução dos serviços, conferir quantitativos, verificar conformidade técnica, validar medições, exigir correções, registrar evidências e emitir manifestação quanto ao recebimento e ao atesto.

10.18. A contratada deverá facilitar o exercício da fiscalização, prestando informações, franqueando acesso aos locais de execução, apresentando documentos, corrigindo irregularidades e atendendo às determinações formais da Administração, sem que a fiscalização exclua ou reduza sua responsabilidade pela perfeita execução do objeto.

10.19. Todas as informações relativas ao controle do consumo, ordens emitidas, medições, pagamentos, saldos utilizados, relatórios fotográficos e ocorrências deverão ser mantidas nos autos do processo administrativo, de forma organizada, rastreável e apta à verificação pelos órgãos de controle interno e externo.

10.20. A fiscalização e o controle do consumo deverão observar, em todas as etapas, os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência, segregação de funções, rastreabilidade, planejamento e interesse público, assegurando que a Ata de Registro de Preços seja utilizada exclusivamente para demandas efetivas, tecnicamente justificadas e regularmente autorizadas pela Administração.

11. DOS DOCUMENTOS PARA MEDIÇÃO E PAGAMENTO

11.1. A medição e o pagamento dos insumos fornecidos ou dos serviços executados somente poderão ocorrer após a regular comprovação da entrega ou execução, a conferência pela fiscalização, o atesto da Administração e a apresentação da documentação fiscal e técnica exigida neste Termo de Referência, no edital, na Ata de Registro de Preços e no instrumento contratual ou equivalente.

11.2. A contratada deverá apresentar, para fins de medição e pagamento, documentação compatível com a natureza do acionamento realizado, distinguindo-se os documentos exigíveis para Ordem de Fornecimento, quando se tratar de aquisição de insumos, e para Ordem de Serviço, quando se tratar de execução de serviços de engenharia.

11.3. Nos casos de fornecimento de insumos asfálticos, especialmente CBUQ, CAP, emulsões ou materiais correlatos, deverão ser apresentados, no mínimo:

- I. Ordem de Fornecimento emitida pela Administração;
- II. Nota fiscal correspondente ao material efetivamente entregue;
- III. Comprovante de entrega, com indicação da data, horário, local, quantidade e responsável pelo recebimento;
- IV. Identificação do material fornecido, com indicação da especificação técnica, unidade de medida e código SINAPI/AC ou referência técnica aplicável;
- V. Relatório ou registro de conferência do recebimento pela fiscalização ou servidor designado;
- VI. Declaração ou documentação de conformidade do material, quando exigida pela

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Administração;

- VII. Registro fotográfico da entrega, quando cabível;
- VIII. Demais documentos técnicos solicitados pela fiscalização para comprovação da origem, qualidade, transporte, quantidade ou adequação do insumo.

11.4. Quando os insumos forem destinados à execução direta pela Administração, deverá constar nos autos, sempre que possível, indicação da finalidade de aplicação, rua, trecho, ponto crítico ou área de intervenção em que o material será utilizado, de modo a preservar a rastreabilidade entre o material adquirido e a necessidade pública que motivou o fornecimento.

11.5. Nos casos de execução de serviços de pavimentação, manutenção, recuperação, recomposição, drenagem ou conservação viária, deverão ser apresentados, no mínimo:

- I. Ordem de Serviço emitida pela Administração;
- II. Planilha de medição, com indicação das composições SINAPI/AC aplicáveis, unidades de medida, quantitativos autorizados, quantitativos executados, percentual de desconto registrado e valor resultante;
- III. Relatório técnico de execução, contendo descrição dos serviços realizados, local da intervenção, período de execução, equipe e equipamentos utilizados;
- IV. Relatório fotográfico antes, durante e após a execução, sempre que tecnicamente possível;
- V. Memória de cálculo dos quantitativos medidos;
- VI. Boletim de medição aprovado pela fiscalização;
- VII. Anotação de Responsabilidade Técnica — ART, quando cabível;
- VIII. Documentos de controle tecnológico, ensaios, laudos ou verificações técnicas, quando exigidos pela natureza do serviço ou pela fiscalização;
- IX. Comprovação de destinação adequada de resíduos, quando houver geração de materiais removidos, entulhos, sobras ou resíduos de obra;
- X. Nota fiscal correspondente aos serviços efetivamente medidos e aceitos;
- XI. Atesto formal da fiscalização e/ou do gestor do contrato.

11.6. A medição deverá observar rigorosamente as unidades próprias de cada composição ou insumo, tais como tonelada, metro quadrado, metro cúbico, metro linear, hora produtiva, hora improdutiva ou outra unidade prevista na referência técnica aplicável, sendo vedada a conversão arbitrária de unidades sem memória de cálculo, justificativa técnica e validação da fiscalização.

11.7. A planilha de medição deverá demonstrar de forma clara a composição utilizada, o quantitativo efetivamente fornecido ou executado, o valor referencial SINAPI/AC vigente aplicável, o percentual de desconto registrado, eventual BDI quando cabível e previamente autorizado, e o valor líquido devido à contratada.

11.8. O pagamento somente será autorizado após a verificação da compatibilidade entre a Ordem de Fornecimento ou Ordem de Serviço, a medição apresentada, os quantitativos efetivamente executados ou entregues, a documentação fiscal, os registros técnicos e o atesto da fiscalização.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

11.9. Não serão admitidos, para fins de pagamento, documentos genéricos, medições sem memória de cálculo, notas fiscais sem vinculação à respectiva ordem, relatórios fotográficos incompatíveis com o local da execução, quantitativos não demonstrados ou serviços não previamente autorizados pela Administração.

11.10. Havendo divergência entre a documentação apresentada e a execução verificada pela fiscalização, a Administração poderá glosar total ou parcialmente os valores, solicitar complementação documental, exigir correção da medição, suspender o pagamento da parcela controvertida ou determinar o refazimento dos serviços, conforme o caso.

11.11. A apresentação da nota fiscal não gera, por si só, direito ao pagamento, sendo indispensável a prévia liquidação da despesa, com comprovação da regular entrega ou execução, conferência dos quantitativos, conformidade técnica, aprovação da medição e atesto formal da Administração.

11.12. A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, a regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e demais condições de habilitação exigidas no certame, podendo a Administração condicionar o pagamento à verificação da manutenção dessas condições, nos termos da legislação aplicável.

11.13. Nos casos em que forem identificados vícios, defeitos, desconformidades, falhas de execução, materiais inadequados ou ausência de documentação suficiente, o pagamento ficará condicionado à correção da irregularidade, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

11.14. Todos os documentos relativos à medição e ao pagamento deverão ser juntados aos autos do processo administrativo, de forma organizada, cronológica e rastreável, permitindo a verificação da correspondência entre demanda, ordem emitida, execução realizada, medição, atesto, liquidação e pagamento.

11.15. O procedimento de medição e pagamento deverá observar os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência, rastreabilidade, segregação de funções e controle, assegurando que a remuneração da contratada corresponda exclusivamente ao objeto efetivamente fornecido ou executado e regularmente aceito pela Administração.

12. DA QUALIDADE DOS MATERIAIS, DOS SERVIÇOS E DAS NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS

12.1. Os insumos fornecidos e os serviços executados deverão observar padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade, funcionalidade e desempenho, em conformidade com este Termo de Referência, com as Ordens de Fornecimento e Ordens de Serviço emitidas pela Administração, com as composições SINAPI/AC aplicáveis e com as normas técnicas pertinentes.

12.2. Os materiais asfálticos, especialmente CBUQ, CAP, emulsões e demais insumos correlatos, deverão corresponder às especificações técnicas indicadas na respectiva Ordem de Fornecimento, observando o código SINAPI/AC aplicável, a faixa granulométrica, o tipo de ligante, a finalidade da aplicação e os padrões técnicos exigidos para pavimentação, manutenção ou recuperação viária.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

12.3. Não será admitido o fornecimento de material em desconformidade com a especificação autorizada, com alteração indevida do tipo de CAP, faixa granulométrica, composição, origem, qualidade, temperatura, consistência, teor de ligante ou demais características essenciais à adequada aplicação e durabilidade do pavimento.

12.4. A Administração poderá exigir, sempre que necessário, documentos comprobatórios da qualidade e origem dos insumos, incluindo nota de produção da usina, ficha técnica do material, identificação do ligante utilizado, declaração de conformidade, laudos, ensaios laboratoriais, certificados, comprovantes de transporte ou outros documentos técnicos aptos a demonstrar a adequação do material fornecido.

12.5. Os serviços de pavimentação, manutenção, recuperação, recomposição, drenagem e conservação viária deverão ser executados de acordo com a solução técnica definida pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, não sendo admitida execução dissociada da Ordem de Serviço, da composição SINAPI/AC autorizada, da planilha técnica correspondente ou das orientações da fiscalização.

12.6. Nos serviços de pavimentação e recuperação asfáltica, a contratada deverá observar as etapas técnicas necessárias à adequada execução, incluindo, conforme o caso, limpeza da superfície, corte ou requadramento, remoção de material deteriorado, regularização, recomposição de base, compactação, imprimação, pintura de ligação, aplicação da mistura asfáltica, compactação final, acabamento, sinalização e limpeza da área.

12.7. Não será admitida a aplicação indiscriminada de massa asfáltica sobre buracos, lama, água acumulada, base instável, material solto, superfície contaminada ou trecho que demande previamente drenagem, regularização, compactação ou recomposição estrutural, sob pena de rejeição do serviço, glosa da medição e obrigação de refazimento às expensas da contratada.

12.8. A execução deverá observar, no que forem aplicáveis e compatíveis com a natureza da intervenção, as normas técnicas da ABNT, as especificações do DNIT/IPR, os referenciais do DER/AC, as composições SINAPI/SICRO, os cadernos técnicos correspondentes e demais normas oficiais pertinentes à pavimentação asfáltica, drenagem, conservação viária, segurança do trabalho, sinalização e controle ambiental.

12.9. Para os serviços de pavimentação asfáltica com concreto asfáltico, deverão ser observadas, no que couber, as especificações técnicas do DNIT relativas a pavimentos flexíveis e concreto asfáltico, especialmente a DNIT 031/2024-ES — Pavimentação – Concreto Asfáltico – Especificação de Serviço, ou norma que venha a substituí-la.

12.10. Para serviços de drenagem, sarjetas, valetas, meios-fios, guias e dispositivos correlatos, deverão ser observadas, quando compatíveis com a intervenção municipal, as especificações técnicas do DNIT/IPR aplicáveis à drenagem, especialmente a DNIT 018/2023-ES — Drenagem – Sarjetas e Valetas e a DNIT 020/2023-ES — Drenagem – Meios-fios e Guias, ou normas que venham

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

a substituí-las.

12.11. A utilização de normas e referenciais técnicos do DNIT, SICRO, DER/AC ou outros órgãos especializados terá caráter técnico subsidiário e complementar, no que for compatível com o objeto, não implicando transferência de regime jurídico federal à contratação municipal nem restrição indevida à competitividade.

12.12. A contratada deverá empregar equipamentos compatíveis com a composição SINAPI/AC autorizada e com a natureza do serviço, tais como vibroacabadora, rolos compactadores, caminhões basculantes, fresadoras, compactadores, equipamentos de limpeza, ferramentas e demais meios necessários, quando exigidos pela intervenção.

12.13. A contratada deverá manter responsável técnico habilitado, quando se tratar de execução de serviços de engenharia, cabendo-lhe acompanhar a execução, orientar a equipe, responder pela conformidade técnica dos serviços e providenciar a Anotação de Responsabilidade Técnica — ART, quando cabível.

12.14. A fiscalização poderá rejeitar materiais, suspender serviços, determinar correções, exigir refazimento, solicitar ensaios, laudos ou comprovações técnicas sempre que verificar desconformidade com a Ordem de Fornecimento, Ordem de Serviço, composição SINAPI/AC, norma técnica aplicável ou padrão mínimo de qualidade exigido.

12.15. Os custos decorrentes da substituição de materiais rejeitados, correção de vícios, refazimento de serviços, realização de ensaios motivados por dúvida razoável ou desconformidade constatada, transporte, retirada de material inadequado e demais providências corretivas correrão às expensas da contratada, quando comprovada falha de sua responsabilidade.

12.16. O recebimento provisório ou definitivo dos insumos ou serviços não afastará a responsabilidade da contratada por vícios ocultos, defeitos de execução, emprego de material inadequado, falhas de compactação, deficiência de acabamento, problemas de drenagem decorrentes da execução ou qualquer desconformidade constatada posteriormente, nos termos da legislação aplicável.

12.17. A qualidade dos materiais e dos serviços será aferida pela Administração por meio de inspeção visual, conferência documental, medição técnica, relatório fotográfico, comparação com a composição de referência, verificação da funcionalidade da intervenção e, quando necessário, ensaios técnicos ou laudos específicos.

12.18. A contratada deverá observar integralmente as normas de segurança do trabalho, sinalização da área de intervenção, proteção de trabalhadores, pedestres e usuários da via, bem como a adequada destinação de resíduos e a prevenção de danos ambientais, especialmente em áreas com drenagem, bueiros, sarjetas, igarapés ou risco de carreamento de sedimentos.

12.19. A execução dos serviços deverá buscar não apenas a conclusão física da intervenção, mas a

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

efetiva funcionalidade da solução adotada, assegurando melhoria das condições de trafegabilidade, escoamento das águas pluviais, estabilidade do pavimento, segurança viária e durabilidade compatível com a natureza do serviço executado.

12.20. O descumprimento dos padrões de qualidade, das especificações técnicas ou das normas aplicáveis poderá ensejar rejeição do material ou serviço, glosa de valores, determinação de refazimento, aplicação de sanções administrativas e responsabilização da contratada por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA E DA CONTRATADA

13.1. A empresa registrada na Ata de Registro de Preços, e posteriormente contratada quando houver emissão de Ordem de Fornecimento, Ordem de Serviço, contrato ou instrumento equivalente, deverá cumprir integralmente as obrigações previstas neste Termo de Referência, no edital, na Ata de Registro de Preços, no instrumento contratual ou equivalente, nas Ordens emitidas pela Administração e na legislação aplicável.

13.2. A detentora da Ata deverá manter, durante toda a vigência do registro de preços, as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame, especialmente quanto à regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária, jurídica, econômico-financeira e técnica, comunicando à Administração qualquer fato superveniente que possa comprometer sua capacidade de atendimento.

13.3. A detentora da Ata deverá atender às Ordens de Fornecimento e Ordens de Serviço regularmente emitidas pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, observados os prazos, quantitativos, especificações técnicas, composições SINAPI/AC, percentual de desconto registrado, local de entrega ou execução e demais condições estabelecidas em cada ordem.

13.4. A existência da Ata de Registro de Preços não autoriza fornecimento, execução ou cobrança sem prévia e formal emissão de Ordem de Fornecimento, Ordem de Serviço, contrato ou instrumento equivalente, sendo vedada qualquer atuação informal, antecipada ou desvinculada de autorização expressa da Administração.

13.5. A detentora da Ata deverá considerar, desde a formulação da proposta, todos os custos, riscos e condições necessários ao atendimento no Município de Tarauacá/AC, incluindo transporte pela BR-364, frete, carga, descarga, mobilização, desmobilização, mão de obra, equipamentos, ferramentas, encargos, tributos, seguros, riscos logísticos, sazonalidade climática, administração local, lucro e demais despesas indispensáveis ao cumprimento do objeto.

13.6. No fornecimento de insumos asfálticos, a contratada deverá entregar materiais compatíveis com as especificações técnicas autorizadas pela Administração, observando o código SINAPI/AC aplicável, a faixa granulométrica, o tipo de ligante, a finalidade da aplicação e os padrões técnicos exigidos, sendo vedado o fornecimento de material diverso, inferior, adulterado, deteriorado ou incompatível com a Ordem de Fornecimento.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

13.7. A contratada deverá apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a origem, qualidade e conformidade dos insumos fornecidos, incluindo nota fiscal, comprovante de entrega, ficha técnica, nota de produção da usina, identificação do CAP ou emulsão utilizado, declaração de conformidade, laudos ou ensaios técnicos, quando exigidos pela fiscalização.

13.8. Na execução de serviços, a contratada deverá disponibilizar todos os meios necessários ao cumprimento integral da Ordem de Serviço, incluindo responsável técnico, equipe operacional, máquinas, equipamentos, ferramentas, veículos, sinalização, EPIs, EPCs, materiais, transporte, mobilização, desmobilização, limpeza final e destinação adequada dos resíduos gerados.

13.9. Quando se tratar de serviço de engenharia, a contratada deverá manter responsável técnico legalmente habilitado, com registro regular no conselho profissional competente, cabendo-lhe acompanhar a execução, orientar a equipe, responder tecnicamente pelos serviços e providenciar a emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica — ART, quando cabível.

13.10. A contratada deverá executar os serviços em conformidade com a solução técnica definida pela Administração, com a Ordem de Serviço, com as composições SINAPI/AC autorizadas, com as normas da ABNT, DNIT/IPR, DER/AC, SINAPI/SICRO e demais referenciais técnicos aplicáveis, no que forem compatíveis com a natureza da intervenção.

13.11. A contratada não poderá suprimir etapas essenciais à qualidade e durabilidade dos serviços, sendo vedada a aplicação indiscriminada de massa asfáltica em locais que demandem previamente limpeza, corte, requadramento, regularização, recomposição de base, compactação, drenagem, imprimação, pintura de ligação ou outra providência técnica necessária.

13.12. A contratada deverá cumprir os prazos de entrega, mobilização e execução previstos neste Termo de Referência e nas Ordens emitidas pela Administração, comunicando imediatamente qualquer fato superveniente que possa comprometer o atendimento, acompanhado de justificativa formal e documentação comprobatória.

13.13. A ausência de estrutura fixa no Município de Tarauacá/AC não poderá ser invocada como justificativa para atraso, recusa de atendimento ou descumprimento das obrigações assumidas, devendo a detentora da Ata manter capacidade operacional compatível com o objeto registrado.

13.14. A contratada deverá permitir e facilitar a fiscalização pela Administração, franqueando acesso aos locais de execução, fornecendo informações, apresentando documentos, atendendo às determinações formais da fiscalização e corrigindo, às suas expensas, irregularidades, vícios, falhas ou desconformidades constatadas.

13.15. A contratada deverá refazer, corrigir, complementar ou substituir, às suas expensas, materiais rejeitados ou serviços executados em desconformidade com as especificações técnicas, com a Ordem emitida, com as composições de referência ou com os padrões mínimos de qualidade exigidos, sem prejuízo das sanções cabíveis.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

13.16. A contratada deverá apresentar a documentação necessária à medição e ao pagamento, incluindo nota fiscal, boletim de medição, memória de cálculo, relatórios técnicos, registros fotográficos, documentos de conformidade, comprovantes de entrega, ART, laudos, ensaios ou outros documentos exigidos pela Administração, conforme a natureza do fornecimento ou serviço.

13.17. A contratada deverá manter controle próprio dos fornecimentos e serviços executados, assegurando rastreabilidade entre a Ordem emitida, o material entregue, o serviço realizado, os quantitativos medidos, a nota fiscal apresentada e o valor cobrado.

13.18. A contratada deverá observar integralmente as normas de segurança do trabalho, sinalização da área de intervenção, proteção de trabalhadores, pedestres, condutores e usuários da via, utilizando EPIs e EPCs adequados e adotando medidas preventivas para evitar acidentes, danos a terceiros ou interferências indevidas na circulação urbana.

13.19. A contratada deverá adotar medidas de proteção ambiental, incluindo limpeza da área de intervenção, recolhimento e destinação adequada de resíduos, prevenção de derramamento de óleos, graxas, materiais betuminosos ou contaminantes, proteção de bueiros, sarjetas, igarapés e dispositivos de drenagem, bem como recomposição das áreas afetadas pela execução.

13.20. A contratada responderá integralmente por danos causados à Administração, a terceiros, ao meio ambiente, à infraestrutura urbana, às redes públicas, aos equipamentos públicos ou aos usuários da via em razão de ação ou omissão sua, de seus empregados, prepostos, subcontratados ou equipamentos utilizados na execução.

13.21. A contratada deverá manter regularidade trabalhista, previdenciária, fiscal, ambiental e profissional durante toda a execução, responsabilizando-se exclusivamente por seus empregados, encargos sociais, obrigações trabalhistas, tributos, seguros, equipamentos, ferramentas e demais custos necessários ao cumprimento do objeto.

13.22. A contratada não poderá transferir, ceder ou subcontratar o objeto, total ou parcialmente, sem prévia autorização formal da Administração, quando admitida no edital, permanecendo integralmente responsável pela qualidade, regularidade, segurança e conformidade da execução.

13.23. A contratada deverá cumprir as determinações da Administração quanto à correção de falhas, ajuste de cronograma, adequação de metodologia, reforço de sinalização, substituição de material, apresentação de documentos ou adoção de medidas destinadas à preservação da qualidade, segurança e regularidade da execução.

13.24. A contratada deverá abster-se de executar serviços, entregar materiais ou realizar qualquer despesa não previamente autorizada pela Administração, não sendo devido pagamento por fornecimento ou execução realizado sem Ordem de Fornecimento, Ordem de Serviço, contrato ou instrumento equivalente.

13.25. O descumprimento das obrigações assumidas pela detentora da Ata ou contratada poderá

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

ensejar glosa de valores, rejeição de materiais ou serviços, determinação de refazimento, suspensão de pagamento, aplicação de sanções administrativas, cancelamento do registro de preços e demais providências previstas na Lei nº 14.133/2021, no edital, na Ata de Registro de Preços e no instrumento contratual ou equivalente

14. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA CONTRATANTE

14.1. Compete ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, praticar os atos necessários à gestão da Ata, ao controle dos saldos registrados, à emissão das Ordens de Fornecimento e Ordens de Serviço, à fiscalização da execução e à adoção das providências administrativas necessárias ao regular cumprimento do objeto.

14.2. O Órgão Gerenciador deverá assegurar que cada acionamento da Ata esteja vinculado a demanda concreta, tecnicamente identificada e devidamente autorizada, vedada a utilização genérica dos saldos registrados ou a emissão de ordens sem indicação da finalidade, local de aplicação, quantitativo estimado, composição SINAPI/AC aplicável e disponibilidade orçamentária.

14.3. Compete à Administração emitir as Ordens de Fornecimento e Ordens de Serviço de forma clara, precisa e compatível com a necessidade pública, contendo, conforme o caso, a descrição da demanda, o local da intervenção, a solução técnica definida, a unidade de medida, os quantitativos estimados, a composição SINAPI/AC aplicável, o percentual de desconto registrado, o prazo de entrega ou execução, o fiscal responsável e os critérios de medição e recebimento.

14.4. A Contratante deverá verificar, previamente à emissão de cada ordem, a existência de disponibilidade orçamentária e financeira suficiente, bem como a compatibilidade da demanda com o objeto registrado, com os limites da Ata de Registro de Preços, com o planejamento da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e com o interesse público.

14.5. Compete à Administração designar formalmente o gestor e o fiscal do contrato, da Ata ou do instrumento equivalente, preferencialmente com indicação de servidor ou equipe técnica apta a acompanhar o fornecimento dos insumos, a execução dos serviços, a conferência das medições, a verificação da qualidade, o controle dos saldos e o atesto das notas fiscais.

14.6. A Administração deverá acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, verificando a conformidade dos insumos fornecidos e dos serviços executados com este Termo de Referência, com o edital, com a Ata de Registro de Preços, com o instrumento contratual ou equivalente, com as Ordens emitidas, com as composições SINAPI/AC aplicáveis e com as normas técnicas pertinentes.

14.7. Compete à fiscalização registrar formalmente as ocorrências verificadas durante a execução, incluindo atrasos, falhas, desconformidades, divergências de quantitativos, problemas de qualidade, descumprimento de prazos, necessidade de correção, refazimento, substituição de material, glosa, suspensão de pagamento ou instauração de procedimento sancionatório, quando

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

cabível.

14.8. A Contratante deverá receber, conferir e atestar, quando conformes, os insumos fornecidos e os serviços executados, observando os critérios de medição, os documentos exigidos, os relatórios técnicos, os registros fotográficos, a memória de cálculo, a nota fiscal, os laudos ou ensaios eventualmente necessários e demais elementos comprobatórios da regular execução.

14.9. A Administração deverá recusar materiais, serviços, medições ou documentos que se apresentem em desconformidade com as especificações técnicas, com a Ordem de Fornecimento ou Ordem de Serviço, com a composição SINAPI/AC autorizada, com os padrões mínimos de qualidade ou com as normas aplicáveis, exigindo da contratada as correções, substituições ou complementações necessárias.

14.10. Compete ao Órgão Gerenciador manter controle atualizado dos saldos financeiros e operacionais da Ata, por item, impedindo extrapolação dos limites registrados, utilização indevida de saldo, compensação irregular entre itens ou emissão de ordens sem lastro técnico, financeiro ou contratual.

14.11. A Administração deverá manter nos autos do processo administrativo documentação organizada e rastreável relativa a cada acionamento da Ata, incluindo demanda, justificativa técnica, ordem emitida, planilha, composição SINAPI/AC, medição, relatório fotográfico, atesto, nota fiscal, liquidação, pagamento e eventuais ocorrências.

14.12. A Contratante deverá prestar à detentora da Ata ou contratada as informações necessárias à adequada execução do objeto, especialmente quanto ao local de entrega ou intervenção, finalidade do fornecimento, condições de acesso, especificações técnicas, prazos, fiscal responsável e demais orientações indispensáveis ao cumprimento regular da ordem emitida.

14.13. A Administração deverá observar a razoabilidade na definição dos prazos e condições de execução, considerando a natureza da demanda, a logística de acesso ao Município de Tarauacá/AC, as condições da BR-364, a sazonalidade climática, a extensão da intervenção e a disponibilidade operacional necessária, sem afastar a obrigação da contratada de cumprir os prazos pactuados.

14.14. Compete à Administração avaliar previamente, quando cabível, se determinada demanda será atendida mediante aquisição de insumos para execução direta pelo Município ou mediante contratação da execução dos serviços pela empresa registrada, considerando a capacidade operacional própria, a disponibilidade de equipamentos, a urgência da intervenção, a complexidade técnica, a economicidade e o interesse público.

14.15. Quando a Administração optar pela execução direta com insumos adquiridos por meio da Ata, deverá manter controle específico da destinação e aplicação do material, com indicação da via, trecho, ponto crítico ou área beneficiada, equipe responsável, data de aplicação e registros mínimos que permitam a rastreabilidade do consumo.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

14.16. A Administração deverá zelar para que não haja execução de serviços ou fornecimento de materiais sem ordem formal, nem pagamento por estimativa genérica, saldo financeiro disponível, simples mobilização, disponibilização de equipe, permanência de máquinas ou execução não comprovada e aceita pela fiscalização.

14.17. A Contratante deverá efetuar o pagamento devido à contratada somente após a regular liquidação da despesa, mediante comprovação da entrega ou execução, aprovação da medição, apresentação da documentação exigida, atesto da fiscalização e verificação da manutenção das condições de habilitação, quando aplicável.

14.18. Compete ao Órgão Gerenciador adotar as providências cabíveis em caso de inadimplemento, atraso, recusa injustificada de atendimento, execução inadequada, fornecimento de material desconforme, descumprimento de prazos ou violação das obrigações assumidas, inclusive glosa, rejeição, determinação de refazimento, aplicação de sanções e cancelamento do registro de preços, quando cabível.

14.19. A Administração deverá assegurar a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, economicidade, segregação de funções, rastreabilidade e interesse público em todas as etapas de gestão da Ata, emissão das ordens, fiscalização, medição, recebimento, liquidação e pagamento.

14.20. O exercício da fiscalização pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da detentora da Ata ou contratada pela perfeita execução do objeto, pela qualidade dos materiais, pela conformidade técnica dos serviços, pela segurança da execução e pela reparação de eventuais danos causados à Administração, a terceiros ou ao meio ambiente.

15. DO LOCAL DE ENTREGA E DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

15.1. Os insumos asfálticos deverão ser entregues no Município de Tarauacá/AC, no local indicado na respectiva Ordem de Fornecimento, podendo ser pátio, almoxarifado, frente de serviço, via pública, trecho de intervenção ou outro ponto definido pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, conforme a finalidade da aplicação.

15.2. Os serviços serão executados nos locais indicados nas respectivas Ordens de Serviço, com identificação da rua, trecho, ponto crítico ou área de intervenção, sendo vedada a execução em local diverso sem prévia autorização formal da Administração.

15.3. Nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, o recebimento do objeto será realizado de forma distinta para compras/fornecimentos e para obras ou serviços, observada a natureza do acionamento da Ata de Registro de Preços.

15.4. Em se tratando de fornecimento de insumos asfálticos, o recebimento provisório ocorrerá de forma sumária, no ato da entrega, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, com verificação inicial da quantidade, identificação do material, local de entrega, documentação fiscal,

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

integridade aparente, condições de transporte e compatibilidade com a Ordem de Fornecimento.

15.5. O recebimento definitivo dos insumos ocorrerá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, após conferência documental, quantitativa e qualitativa do material.

15.6. A Administração poderá exigir, para fins de recebimento definitivo dos insumos, ficha técnica, nota de produção da usina, identificação do ligante utilizado, declaração de conformidade, laudo, ensaio ou documento equivalente, quando necessário à verificação da qualidade, origem, especificação ou adequação do material fornecido.

15.7. Em se tratando de execução de serviços de pavimentação, manutenção, recuperação, recomposição, drenagem e conservação viária, o recebimento provisório ocorrerá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após comunicação formal da contratada acerca da conclusão da intervenção ou etapa autorizada, mediante termo detalhado elaborado pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

15.8. O recebimento definitivo dos serviços ocorrerá no prazo de até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, observada a aprovação da medição, relatório fotográfico, memória de cálculo, ART quando cabível, documentação técnica, registros de controle tecnológico ou ensaios eventualmente exigidos.

15.9. Os prazos de recebimento definitivo poderão ser prorrogados de forma motivada quando houver necessidade de ensaios, testes, laudos, reinspeção, correção de pendências, complementação documental ou verificação técnica mais complexa.

15.10. Os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para aferição da boa execução do objeto correrão por conta da contratada, salvo disposição diversa expressa no edital, na Ata de Registro de Preços ou no instrumento contratual.

15.11. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com a Ordem de Fornecimento, Ordem de Serviço, contrato, composição SINAPI/AC aplicável, normas técnicas ou padrões mínimos de qualidade exigidos.

15.12. Constatada desconformidade, a contratada deverá substituir o material, corrigir, complementar, refazer ou reconstruir a intervenção, às suas expensas, no prazo fixado pela Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

15.13. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez e segurança dos serviços executados, nem sua responsabilidade técnico-profissional pela perfeita execução do objeto, nos limites da legislação, do edital e do instrumento contratual.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

15.14. Em se tratando de obra ou serviço de engenharia que resulte em construção, reforma, recuperação ou ampliação de bem imóvel, o recebimento definitivo não eximirá a contratada, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez, segurança dos materiais e serviços executados e funcionalidade da intervenção, respondendo pela reparação, correção, reconstrução ou substituição necessária em caso de vício, defeito ou incorreção.

15.15. Todos os atos de recebimento provisório, recebimento definitivo, rejeição, correção, substituição, refazimento, atesto e aceite deverão ser formalmente registrados nos autos do processo administrativo, assegurando rastreabilidade, transparência, controle interno e adequada prestação de contas.

16. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. A presente contratação será processada pelo Sistema de Registro de Preços — SRP, nos termos dos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 129/2023 e demais normas aplicáveis, considerando a natureza sob demanda do objeto, a variabilidade das necessidades de manutenção viária e a impossibilidade técnica de definição prévia e exata de todos os locais, quantitativos físicos e momentos de execução.

16.2. O Sistema de Registro de Preços mostra-se adequado ao objeto, uma vez que a Administração necessita dispor de instrumento contratual previamente formalizado para futuras e eventuais aquisições de insumos asfálticos e execuções de serviços de pavimentação, manutenção, recuperação, recomposição, drenagem e conservação viária, conforme demanda concreta, disponibilidade orçamentária, priorização técnica e emissão de Ordem de Fornecimento ou Ordem de Serviço.

16.3. A utilização do SRP não gera obrigação de contratação integral dos valores registrados, nos termos do art. 83 da Lei nº 14.133/2021, implicando compromisso de fornecimento ou execução nas condições estabelecidas, mas facultando à Administração contratar apenas quando houver necessidade pública devidamente caracterizada.

16.4. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

16.5. O edital e a Ata deverão indicar os itens registrados, seus limites máximos econômico-financeiros, unidades de referência, critério de julgamento, percentual de desconto registrado, condições de alteração dos preços, hipóteses de cancelamento da ata e demais regras exigidas pela legislação aplicável.

16.6. Considerando a natureza da contratação, o registro de preços será estruturado por itens autônomos, distinguindo-se, no mínimo, o fornecimento de insumos asfálticos e a execução de serviços de engenharia, de modo a preservar a competitividade, a exequibilidade das propostas, a correta formação dos preços e a adequada fiscalização.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

16.7. A contratação de obras e serviços de engenharia por Sistema de Registro de Preços é admitida pela Lei nº 14.133/2021, desde que haja projeto padronizado, sem complexidade técnica e operacional incompatível com o modelo, e necessidade permanente ou frequente do serviço. No caso concreto, a contratação não se destina à execução de obra única de escopo fechado, mas a intervenções padronizáveis, recorrentes e sob demanda, mediante composições SINAPI/AC e Ordens de Serviço individualizadas.

16.8. Cada acionamento da Ata deverá ser precedido de demanda concreta, levantamento técnico mínimo, indicação do local, definição da solução aplicável, composição SINAPI/AC correspondente, quantitativo estimado, percentual de desconto registrado, disponibilidade orçamentária e emissão formal de Ordem de Fornecimento ou Ordem de Serviço.

16.9. A execução de serviços ou fornecimento de insumos sem ordem formal da Administração não gerará direito a pagamento, sendo vedada a execução genérica, informal ou desvinculada de necessidade pública demonstrada.

16.10. A Administração deverá manter rotina obrigatória de controle da Ata de Registro de Preços, compreendendo o acompanhamento dos saldos registrados, ordens emitidas, valores utilizados, medições, recebimentos, pagamentos, qualidade da execução e rastreabilidade entre demanda, fornecimento ou serviço realizado e despesa correspondente.

16.11. A atualização dos preços registrados observará a sistemática definida no edital, na Ata e na legislação aplicável, considerando que a remuneração será calculada pela aplicação do percentual de desconto registrado sobre a Tabela SINAPI/AC vigente e aplicável na data da respectiva Ordem de Fornecimento ou Ordem de Serviço.

16.12. A Administração poderá registrar mais de um fornecedor ou prestador de serviço, na forma admitida pela legislação e pelo edital, desde que aceitem cotar o objeto em condições equivalentes às do licitante vencedor, respeitada a ordem de classificação e as regras da Ata de Registro de Preços.

16.13. Não será admitida a utilização da Ata para finalidade diversa do objeto registrado, nem para execução de obra específica de escopo fechado sem o respectivo planejamento, projeto, orçamento, disponibilidade orçamentária, emissão de ordem específica e demais exigências legais aplicáveis.

16.14. Por se tratar de Ata destinada ao atendimento da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, órgão gerenciador e único usuário da contratação, não se mostra necessária a realização de procedimento de intenção de registro de preços, nos termos do art. 86, §1º, da Lei nº 14.133/2021, ressalvadas as disposições do regulamento municipal aplicável.

16.15. Eventual adesão à Ata por órgão ou entidade não participante somente poderá ocorrer se admitida no edital, na Ata e na legislação aplicável, mediante justificativa de vantajosidade,

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

demonstração de compatibilidade dos preços com o mercado, prévia consulta e aceitação do órgão gerenciador e da fornecedora, observados os limites legais.

16.16. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 129/2023, no edital e na Ata de Registro de Preços, especialmente em caso de descumprimento das condições registradas, recusa injustificada de atendimento, perda das condições de habilitação, atraso reiterado, execução inadequada, prática de irregularidade ou superveniência de fato que comprometa a vantajosidade ou o interesse público.

16.17. A utilização do Sistema de Registro de Preços, nos moldes definidos neste Termo de Referência, constitui instrumento de planejamento, eficiência e governança, permitindo à Administração contratar apenas quando houver necessidade efetiva, controlar a execução por ordem individualizada, preservar a economicidade, evitar contratações fragmentadas e assegurar maior capacidade de resposta às demandas da malha viária municipal.

16.18. A minuta da Ata de Registro de Preços integrará o edital como anexo próprio, contemplando as regras formais de assinatura, cadastro de reserva, vigência, alteração ou atualização dos preços registrados, cancelamento, adesão por órgãos não participantes, sanções e demais condições aplicáveis.

17. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

17.1. A licitante deverá comprovar sua habilitação mediante apresentação dos documentos de habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e declarações obrigatórias, observadas as exigências deste Termo de Referência e da Lei nº 14.133/2021.

17.2. A comprovação da habilitação poderá ser realizada por meio do SICAF ou sistema equivalente, exclusivamente quanto aos documentos nele regularmente cadastrados, válidos e compatíveis com o objeto da contratação, permanecendo obrigatória a apresentação dos documentos específicos de qualificação técnica, declarações e demais documentos não abrangidos ou não atualizados no sistema cadastral.

17.3. A licitante deverá apresentar ato constitutivo, estatuto, contrato social ou documento equivalente, devidamente registrado no órgão competente, acompanhado das alterações posteriores ou da consolidação vigente.

17.4. O objeto social da licitante deverá ser compatível com o item disputado, demonstrando pertinência direta com o fornecimento de insumos asfálticos, materiais betuminosos, construção civil, pavimentação, obras de infraestrutura, serviços de engenharia, drenagem, urbanização ou atividades correlatas ao objeto.

17.5. Será inabilitada a licitante cujo objeto social não demonstre compatibilidade com o

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

fornecimento de insumos asfálticos ou com a execução de serviços de engenharia de pavimentação, manutenção, recuperação, recomposição, drenagem e conservação viária, conforme o item para o qual apresentar proposta.

17.6. A licitante deverá apresentar:

- I. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica — CNPJ;
- II. Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- III. Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, inclusive quanto às contribuições previdenciárias e à Dívida Ativa da União;
- IV. Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual;
- V. Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;
- VI. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS;
- VII. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas — CNDT.

17.7. Qualificação econômico-financeira

17.7.1 A licitante deverá apresentar certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

17.7.2. A licitante deverá apresentar balanço patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício — DRE e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

17.7.3. As demonstrações contábeis deverão estar devidamente registradas ou transmitidas na forma legal, assinadas pelo representante legal da empresa e por profissional habilitado em contabilidade, acompanhadas dos respectivos termos de abertura e encerramento, quando aplicável.

17.7.4. A licitante deverá comprovar patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado do item para o qual apresentar proposta.

17.7.5. Quando a licitante apresentar proposta para mais de um item, o patrimônio líquido mínimo deverá corresponder a 10% (dez por cento) da soma dos valores estimados dos itens disputados.

17.7.6. A licitante constituída há menos de 2 (dois) exercícios sociais deverá apresentar as demonstrações contábeis correspondentes ao período de sua existência, permanecendo obrigada à comprovação do patrimônio líquido mínimo exigido neste Termo de Referência.

17.8. Qualificação técnica para fornecimento de insumos asfálticos — Item 1

17.8.1. Para participação no Item 1, relativo ao fornecimento de insumos asfálticos, a licitante

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) fornecimento anterior de CBUQ, CAP, emulsões, materiais betuminosos ou insumos correlatos.

17.8.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, obrigatoriamente:

- I. Identificação completa do contratante emitente;
- II. Identificação da empresa fornecedora;
- III. Descrição objetiva do material fornecido;
- IV. Período de fornecimento;
- V. Quantitativos fornecidos;
- VI. Local de entrega;
- VII. Declaração de que o fornecimento foi realizado satisfatoriamente.

17.8.3. O(s) atestado(s) de fornecimento deverá(ão) estar acompanhado(s), obrigatoriamente, de contratos, notas fiscais, ordens de fornecimento, comprovantes de entrega ou termos de recebimento que demonstrem a efetiva materialidade do fornecimento declarado.

17.8.4. Será inabilitada a licitante que apresentar atestado genérico, desacompanhado de documentação comprobatória mínima, sem quantitativos, sem identificação do contratante, sem descrição suficiente do material fornecido ou incompatível com o objeto do Item 1.

17.8.5. A licitante deverá apresentar declaração expressa de que os insumos a serem fornecidos observarão as especificações técnicas do SINAPI/AC, as normas DNIT aplicáveis, o padrão de qualidade exigido, a faixa granulométrica, o tipo de ligante e demais condições técnicas previstas neste Termo de Referência.

17.9. Qualificação técnica para execução de serviços de engenharia — Item 2

17.9.1. Para participação no Item 2, relativo à execução de serviços de pavimentação, manutenção, recuperação, recomposição, drenagem e conservação viária, a licitante deverá apresentar registro ou inscrição regular da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia — CREA, ou conselho profissional competente, em plena validade.

17.9.2. A licitante deverá indicar engenheiro responsável técnico, legalmente habilitado, com registro ativo no CREA ou conselho profissional competente, detentor de atribuição compatível com os serviços objeto da contratação.

17.9.3. A licitante deverá comprovar o vínculo do responsável técnico com a empresa por meio de contrato social, registro em carteira profissional, contrato de prestação de serviços, termo de compromisso de vinculação futura ou outro documento juridicamente idôneo.

17.9.4. A licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnico-operacional, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) execução anterior de serviços

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

compatíveis com o objeto do Item 2, incluindo pavimentação asfáltica, tapa-buracos, recapeamento, recomposição de pavimento, recuperação viária, drenagem, sarjetas, meios-fios, calçadas ou serviços correlatos de infraestrutura urbana ou viária.

17.9.5. O(s) atestado(s) técnico-operacional(is) deverá(ão) conter, obrigatoriamente:

- I. Identificação completa do contratante emitente;
- II. Identificação da empresa executora;
- III. Descrição objetiva dos serviços executados;
- IV. Local de execução;
- V. Período de execução;
- VI. Quantitativos executados;
- VII. Declaração de que os serviços foram executados satisfatoriamente;
- VIII. Identificação e assinatura do responsável pela emissão do atestado.

17.9.6. O(s) atestado(s) técnico-operacional(is) deverá(ão) estar acompanhado(s), obrigatoriamente, de contrato, ordem de serviço, boletins de medição, termos de recebimento, notas fiscais e demais documentos que comprovem a efetiva execução do serviço declarado.

17.9.7. A licitante deverá apresentar Certidão de Acervo Técnico — CAT, emitida pelo conselho profissional competente, acompanhada da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica — ART, demonstrando experiência do profissional responsável técnico indicado em serviço compatível com o objeto da contratação.

17.9.8. A CAT e a ART deverão comprovar experiência do profissional indicado em serviços de pavimentação asfáltica, recuperação viária, recapeamento, drenagem, recomposição de pavimento ou serviços correlatos de infraestrutura urbana ou viária.

17.9.9. Será inabilitada a licitante que apresentar atestado técnico-operacional genérico, sem quantitativos, sem descrição suficiente dos serviços, sem identificação do contratante, desacompanhado de lastro documental mínimo ou incompatível com o objeto do Item 2.

17.9.10. Será inabilitada a licitante que não apresentar registro regular no CREA ou conselho competente, responsável técnico habilitado, comprovação de vínculo profissional, CAT e ART compatíveis com o objeto do Item 2.

17.9.11. Quando da execução de cada Ordem de Serviço, a contratada deverá emitir ART específica da intervenção autorizada, vinculando o responsável técnico à execução efetiva dos serviços, sem prejuízo da CAT e ART apresentadas para fins de habilitação.

17.10. Capacidade operacional e disponibilidade de meios

17.10.1. A licitante deverá apresentar declaração de que possui ou disponibilizará, quando convocada, estrutura operacional compatível com o objeto, incluindo equipe técnica, equipe

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

operacional, máquinas, equipamentos, veículos, ferramentas, sinalização, EPIs, EPCs, logística de transporte, mobilização e desmobilização.

17.10.2. A licitante deverá apresentar declaração expressa de conhecimento das condições logísticas de atendimento no Município de Tarauacá/AC, inclusive distância, tempo de deslocamento, dependência da BR-364, sazonalidade climática, custos de transporte, mobilização e desmobilização, não podendo alegar posteriormente desconhecimento dessas condições para justificar atraso, inexecução ou pedido indevido de reequilíbrio econômico-financeiro.

17.10.3. A exigência de capacidade operacional não implica obrigatoriedade de sede, filial ou estabelecimento prévio no Município de Tarauacá/AC, sendo vedada exigência de localização como condição de habilitação.

17.11. Declarações obrigatórias

17.11.1. A licitante deverá apresentar, obrigatoriamente:

- I. Declaração de cumprimento do disposto no art. 7º, inciso xxxiii, da constituição federal;
- II. Declaração de inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a administração pública;
- III. Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da previdência social e aprendiz;
- IV. Declaração de elaboração independente de proposta;
- V. Declaração de ciência e concordância com as condições do edital, deste termo de referência, da ata de registro de preços e do instrumento contratual;
- VI. Declaração de que a proposta contempla todos os custos necessários ao atendimento do objeto no município de tarauacá/ac;
- VII. Declaração de disponibilidade operacional para atendimento das ordens de fornecimento e ordens de serviço nos prazos estabelecidos;
- VIII. Declaração de conhecimento das condições logísticas, climáticas e operacionais do município;
- IX. Declaração de responsabilidade pela qualidade dos insumos fornecidos e dos serviços executados;
- X. Declaração de que observará as normas técnicas da abnt, dnit/ipr, sinapi/sicro, der/ac e demais normas aplicáveis ao objeto;
- XI. Declaração de que não executará fornecimento ou serviço sem ordem de fornecimento, ordem de serviço, contrato ou instrumento equivalente previamente emitido pela administração.

17.12. Manutenção das condições de habilitação

17.12.1. A detentora da Ata e a contratada deverão manter todas as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços, dos contratos ou instrumentos equivalentes dela decorrentes, especialmente nos momentos de assinatura da Ata, emissão de Ordem de

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Fornecimento ou Ordem de Serviço, execução, liquidação e pagamento.

17.12.2. A perda superveniente de qualquer condição de habilitação deverá ser comunicada imediatamente à Administração.

17.12.3. A ausência, irregularidade, invalidade, insuficiência ou incompatibilidade dos documentos de habilitação ensejará inabilitação, desclassificação, recusa de assinatura da Ata, cancelamento do registro, rescisão contratual, glosa, suspensão de pagamento ou aplicação de sanções administrativas, conforme o caso.

18. DA MATRIZ DE RISCOS OPERACIONAIS

18.1. A presente contratação será executada sob abordagem formal de gestão de riscos, em consonância com o art. 11 da Lei nº 14.133/2021 e com as diretrizes da Instrução Normativa SEGES nº 81/2022, tendo como finalidade assegurar a regularidade da execução, a exequibilidade das propostas, a economicidade da contratação e a efetividade dos resultados esperados.

18.2. A gestão de riscos deverá ser compreendida como processo contínuo, integrado à fase preparatória, à execução contratual e à fiscalização, não se limitando a registro formal, mas orientando a tomada de decisão administrativa em cada acionamento da Ata de Registro de Preços.

18.3. Considerando a modelagem adotada — Sistema de Registro de Preços com julgamento por maior desconto sobre a Tabela SINAPI/AC — foram identificados riscos estruturais relevantes, cuja mitigação decorre diretamente das regras estabelecidas neste Termo de Referência:

TABELA – PRINCIPAIS RISCOS DA CONTRATAÇÃO E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO			
Nº	Risco Identificado	Descrição Sintética	Medidas de Mitigação
I	Configuração de “obra por ata”	Utilização indevida do SRP para execução de obra com escopo fechado, sem individualização técnica das intervenções	<ul style="list-style-type: none"> • Vedação expressa à execução genérica • Exigência de Ordem de Serviço individualizada; • Vinculação a diagnóstico técnico prévio • Medição vinculada a composição SINAPI específica
II	Inexequibilidade do desconto ofertado	Apresentação de proposta com desconto incompatível com os custos reais de execução no Município	<ul style="list-style-type: none"> • Previsão de análise de exequibilidade • Exigência de comprovação técnica e econômica • Possibilidade de desclassificação • Vedação de reequilíbrio por erro de proposta
III	Jogo de planilha (distorção entre composições)	Manipulação indireta de preços por distorção entre composições ou itens	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação de desconto linear por item • Vedação de descontos seletivos • Vinculação obrigatória à composição SINAPI integral
IV	Risco logístico (isolamento)	Impactos de acesso, transporte e clima na execução contratual	<ul style="list-style-type: none"> • Fixação de prazos compatíveis com a realidade local • Imputação de

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

	geográfico / BR-364 / sazonalidade)		responsabilidade integral à contratada• Obrigatoriedade de consideração prévia desses custos na proposta
V	Baixa qualidade técnica das intervenções	Execução inadequada dos serviços, comprometendo durabilidade e funcionalidade	• Obrigatoriedade de observância às composições SINAPI e normas DNIT• Vedação de aplicação inadequada de CBUQ• Poder de rejeição e determinação de refazimento pela fiscalização
VI	Uso indevido da Ata (consumo sem lastro técnico)	Emissão de ordens sem fundamentação técnica ou rastreabilidade	• Exigência de documentação mínima por acionamento• Controle individualizado por Ordem de Fornecimento/Serviço• Rastreabilidade obrigatória da execução

18.4. A Administração deverá manter registro dos riscos identificados, das medidas de mitigação adotadas e das ocorrências verificadas durante a execução, integrando tais informações ao processo administrativo.

18.5. A fiscalização e o gestor do contrato deverão atuar de forma proativa na identificação de novos riscos, podendo propor ajustes operacionais, desde que preservada a legalidade e o objeto contratado.

19. DA SUSTENTABILIDADE, DO CONTROLE AMBIENTAL E DA DURABILIDADE DAS INTERVENÇÕES

19.1. A execução do objeto deverá observar os princípios do desenvolvimento nacional sustentável, da eficiência, da economicidade, do planejamento e da prevenção de danos ambientais, nos termos da Lei nº 14.133/2021, especialmente considerando que a contratação envolve fornecimento e aplicação de insumos betuminosos, movimentação de materiais, eventual remoção de resíduos, interferência em vias públicas, dispositivos de drenagem e áreas urbanas sujeitas a alagamentos, carreamento de sedimentos e impactos sobre a salubridade local.

19.2. A sustentabilidade, para os fins desta contratação, não será tratada como exigência meramente formal, mas como elemento técnico vinculado à adequada definição da solução, à durabilidade das intervenções, à redução de retrabalho, à minimização de desperdícios e à prevenção de danos ao solo, aos corpos hídricos, aos sistemas de drenagem urbana, às sarjetas, bueiros, igarapés, áreas de escoamento e demais estruturas públicas afetadas pela execução dos serviços.

19.3. A contratada deverá executar os fornecimentos e serviços de modo a minimizar impactos ambientais diretos e indiretos, adotando medidas preventivas e corretivas compatíveis com a natureza da intervenção autorizada, especialmente quanto ao controle de resíduos, contenção de materiais, limpeza das frentes de serviço, proteção de dispositivos de drenagem, prevenção de derramamento de ligantes, óleos, graxas ou materiais betuminosos e recomposição das áreas eventualmente afetadas.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

19.4. Os resíduos provenientes da execução, incluindo material fresado, restos de massa asfáltica, solo removido, entulho, embalagens, resíduos de limpeza, materiais contaminados ou quaisquer sobras operacionais, deverão ser recolhidos, acondicionados, transportados e destinados de forma ambientalmente adequada, observada a legislação aplicável, sendo vedado o descarte em vias públicas, terrenos baldios, margens de igarapés, dispositivos de drenagem, áreas de preservação, corpos d'água ou locais não autorizados.

19.5. A contratada deverá manter as frentes de serviço em condições adequadas de organização, segurança, limpeza e controle ambiental, devendo remover, ao final de cada etapa ou quando determinado pela fiscalização, sobras de materiais, resíduos, sedimentos, elementos soltos e demais interferências que possam comprometer a circulação de pessoas e veículos, o escoamento das águas pluviais, a segurança dos usuários ou a funcionalidade da intervenção executada.

19.6. É vedada a aplicação de massa asfáltica, CBUQ ou material betuminoso sobre superfície com acúmulo de água, lama, material orgânico, resíduos, sedimentos, base instável, camada contaminada ou condição que comprometa a aderência, compactação, durabilidade ou funcionalidade do serviço, devendo a contratada executar previamente as etapas de limpeza, preparação, regularização, drenagem, recomposição ou compactação necessárias, conforme a solução técnica definida na Ordem de Serviço.

19.7. Nos serviços que envolvam drenagem, sarjetas, meios-fios, calçadas, recomposição de base ou pavimentação, deverão ser adotadas medidas destinadas a evitar obstrução de bueiros, bocas de lobo, sarjetas, valetas, caixas, igarapés e demais dispositivos de escoamento, prevenindo alagamentos, erosões, assoreamento, carreamento de materiais e deterioração prematura do pavimento.

19.8. A escolha da solução técnica em cada intervenção deverá considerar, sempre que compatível com a demanda, a maior vida útil do pavimento e a redução de intervenções repetitivas no mesmo trecho, uma vez que serviços de baixa durabilidade, além de antieconômicos, ampliam o consumo de insumos, a geração de resíduos, a mobilização de equipamentos, o gasto energético e os impactos ambientais decorrentes de retrabalho.

19.9. A contratada deverá utilizar materiais compatíveis com as especificações técnicas autorizadas, sendo vedado o emprego de insumos inadequados, deteriorados, contaminados, fora de especificação ou sem condições de rastreabilidade mínima quanto à origem, composição, tipo de ligante, faixa granulométrica, transporte e finalidade de aplicação.

19.10. Sempre que solicitado pela fiscalização, a contratada deverá apresentar documentação apta a comprovar a conformidade ambiental e técnica dos materiais, da origem dos insumos, da destinação de resíduos, do transporte e das condições de execução, incluindo notas fiscais, comprovantes de destinação, registros fotográficos, fichas técnicas, declarações de conformidade, laudos, ensaios ou outros documentos pertinentes à natureza do serviço.

19.11. A execução deverá observar as normas ambientais, sanitárias, urbanísticas, de segurança do

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

trabalho e demais regulamentos aplicáveis, bem como as normas técnicas pertinentes à pavimentação, drenagem, conservação viária, controle de resíduos da construção civil e proteção do meio ambiente, sem prejuízo da adoção subsidiária de referenciais técnicos do DNIT, DER/AC, ABNT, SINAPI/SICRO ou outros parâmetros oficiais compatíveis.

19.12. A fiscalização poderá determinar a paralisação, correção, limpeza, adequação, substituição de material, refazimento de serviço ou adoção de medidas de controle ambiental sempre que verificar risco de dano ambiental, descarte irregular, obstrução de drenagem, contaminação, execução inadequada, comprometimento da durabilidade da solução ou descumprimento das especificações ambientais previstas neste Termo de Referência.

19.13. Os custos decorrentes da prevenção, controle, remoção, transporte, destinação de resíduos, limpeza da área, recomposição de danos, correção de inconformidades ambientais e atendimento às exigências legais e técnicas deverão estar contemplados na proposta da contratada, não sendo admitida cobrança adicional por obrigações ordinárias inerentes à execução regular do objeto.

19.14. A inobservância das obrigações ambientais poderá ensejar rejeição dos materiais ou serviços, glosa de valores, determinação de refazimento, suspensão de pagamento, aplicação de sanções administrativas e responsabilização da contratada por danos causados à Administração, a terceiros, à infraestrutura urbana, ao sistema de drenagem ou ao meio ambiente.

19.15. A Administração deverá priorizar, quando tecnicamente justificado e economicamente vantajoso, soluções que ampliem a durabilidade da intervenção, melhorem o escoamento das águas pluviais, reduzam a reincidência de danos, minimizem desperdícios e assegurem maior retorno social e ambiental dos recursos empregados, especialmente em áreas sujeitas a alagamentos, erosões, lama recorrente e deterioração acelerada da malha viária.

20. DA SUBCONTRATAÇÃO

20.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite máximo permitido em lei e no edital, desde que previamente autorizada pela Administração, sem prejuízo da integral responsabilidade da contratada pela perfeita execução contratual.

20.2. A subcontratação não poderá abranger a totalidade do objeto, nem caracterizar transferência integral da execução contratual, intermediação irregular, esvaziamento da capacidade técnica exigida da licitante vencedora ou burla ao caráter competitivo do certame.

20.3. A subcontratação somente poderá recair sobre parcelas acessórias, complementares, instrumentais ou operacionais do objeto, desde que compatíveis com a natureza da contratação e expressamente indicadas ou admitidas no edital, no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços, no contrato ou instrumento equivalente.

20.4. Não será admitida subcontratação de parcela tecnicamente relevante ou essencial do objeto quando tal parcela tiver sido utilizada para comprovação da capacidade técnica da contratada, salvo

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

se houver previsão expressa no edital, justificativa técnica adequada e demonstração de que a subcontratação não comprometerá a execução, a responsabilidade técnica, a qualidade, a rastreabilidade, a fiscalização e a competitividade da contratação.

20.5. Consideram-se, para fins deste Termo de Referência, parcelas tecnicamente relevantes aquelas diretamente vinculadas à execução principal dos serviços de pavimentação, manutenção, recuperação, recomposição, drenagem e conservação viária, especialmente quando relacionadas à responsabilidade técnica, à qualidade do pavimento, à aplicação de CBUQ, à recomposição de base, ao controle tecnológico, à compactação, à drenagem ou a qualquer etapa cuja má execução possa comprometer a durabilidade, funcionalidade ou segurança da intervenção.

20.6. Poderão ser objeto de subcontratação, mediante autorização prévia e formal da Administração, atividades auxiliares ou complementares, tais como transporte de insumos, locação de equipamentos específicos, apoio operacional, sinalização provisória, controle tecnológico, ensaios laboratoriais, destinação de resíduos, serviços especializados pontuais ou outras atividades que não descaracterizem a responsabilidade técnica e operacional da contratada principal.

20.7. A autorização para subcontratação deverá ser requerida previamente pela contratada, com a indicação da parcela a ser subcontratada, justificativa técnica, identificação da empresa subcontratada, comprovação de regularidade jurídica, fiscal, trabalhista, previdenciária, técnica e, quando cabível, ambiental, bem como demonstração de que a subcontratada possui capacidade compatível com a atividade a ser executada.

20.8. A Administração poderá indeferir a subcontratação quando verificar risco à execução contratual, ausência de capacidade técnica da subcontratada, incompatibilidade com o edital, potencial prejuízo à fiscalização, risco de perda de rastreabilidade, indícios de intermediação irregular, sobreposição indevida de custos, conflito de interesses ou qualquer circunstância capaz de comprometer a vantajosidade, a qualidade ou a segurança jurídica da contratação.

20.9. A subcontratação, ainda que autorizada, não estabelecerá vínculo jurídico direto entre a Administração e a subcontratada, permanecendo a contratada integralmente responsável pelo cumprimento das obrigações assumidas, pelos atos e omissões da subcontratada, pela qualidade dos materiais e serviços, pelos prazos, pela segurança do trabalho, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, ambientais e por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros.

20.10. A contratada deverá assegurar que a subcontratada observe integralmente as condições do edital, deste Termo de Referência, da Ata de Registro de Preços, do contrato ou instrumento equivalente, das Ordens de Fornecimento ou Ordens de Serviço, das normas técnicas aplicáveis, das regras de segurança do trabalho, das exigências ambientais e das determinações da fiscalização.

20.11. A subcontratação não poderá implicar acréscimo de preço, alteração do percentual de desconto registrado, modificação da composição SINAPI/AC autorizada, duplicidade de BDI, remuneração de parcelas não executadas, alteração da matriz de responsabilidades ou afastamento das condições originalmente pactuadas com a Administração.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

20.12. A fiscalização poderá exigir, a qualquer tempo, documentos da contratada e da subcontratada relacionados à execução da parcela subcontratada, inclusive contratos, notas fiscais, comprovação de regularidade, ART ou RRT quando cabível, registros de equipe, equipamentos utilizados, relatórios, laudos, ensaios, comprovantes de transporte, destinação de resíduos e demais elementos necessários à verificação da conformidade da execução.

20.13. A autorização de subcontratação poderá ser revogada pela Administração quando constatado descumprimento das condições autorizadas, queda de qualidade, atraso, risco à execução, irregularidade documental, substituição não autorizada da subcontratada, execução de parcela diversa da aprovada ou qualquer fato que comprometa a regularidade contratual.

20.14. A substituição de subcontratada dependerá de nova autorização formal da Administração, devendo ser instruída com justificativa e comprovação de que a nova empresa possui capacidade e regularidade compatíveis com a parcela a ser executada.

20.15. É vedada a subcontratação de empresa que tenha participado do certame em condição incompatível com a contratação, que esteja impedida de licitar ou contratar com a Administração, que não mantenha regularidade perante os órgãos competentes, que possua restrição legal aplicável ou que apresente conflito de interesses com a execução contratual.

20.16. A execução de parcela por terceiro sem autorização prévia e formal da Administração caracterizará descumprimento contratual, podendo ensejar rejeição dos serviços, glosa de valores, suspensão de pagamento, determinação de refazimento, aplicação de sanções administrativas, rescisão contratual e cancelamento do registro de preços, sem prejuízo da apuração de responsabilidade por eventuais danos causados.

20.17. A subcontratação deverá observar, em todos os casos, os limites e condições previstos na Lei nº 14.133/2021, no edital e nos demais instrumentos da contratação, preservando-se a competitividade, a isonomia, a responsabilidade técnica, a rastreabilidade da execução, a economicidade, a fiscalização e o interesse público.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada, bem como a prática de atos que comprometam a execução contratual, a qualidade do objeto, a regularidade da contratação ou o interesse público, sujeitará a contratada às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente aquelas dispostas em seus arts. 155 a 163, sem prejuízo da responsabilização civil e demais cominações legais cabíveis.

21.2. Poderão ser aplicadas à contratada, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

I. Advertência;

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

- II. Multa;
- III. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

21.3. As sanções poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme a natureza, a gravidade da infração, a extensão do dano causado, a reincidência, o grau de culpa ou dolo, a vantagem auferida e os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

21.4. Constituem hipóteses exemplificativas de infração administrativa, sem prejuízo de outras previstas na legislação:

- I. Atraso injustificado na entrega de insumos, na mobilização ou na execução dos serviços;
- II. Recusa injustificada em atender Ordem de Fornecimento ou Ordem de Serviço regularmente emitida;
- III. Execução em desconformidade com as especificações técnicas, composições SINAPI/AC, normas aplicáveis ou orientações da fiscalização;
- IV. Fornecimento de material inadequado, fora de especificação, deteriorado ou incompatível com a finalidade autorizada;
- V. Execução de serviços sem prévia autorização formal da Administração;
- VI. Apresentação de documentação falsa, inexata, incompleta ou incompatível com a execução;
- VII. Descumprimento de prazos contratuais;
- VIII. Subcontratação irregular ou não autorizada;
- IX. Prática de atos que comprometam a rastreabilidade, a fiscalização ou o controle da execução;
- X. Tentativa de obtenção de vantagem indevida, inclusive mediante alteração indevida de medições ou quantitativos.

21.5. A multa administrativa poderá ser aplicada nas modalidades moratória e compensatória, observados os seguintes parâmetros:

- I. Multa moratória: aplicável em caso de atraso injustificado, calculada sobre o valor da ordem ou da parcela inadimplida, proporcional ao período de atraso;
- II. Multa compensatória: aplicável em caso de inexecução total ou parcial, descumprimento contratual relevante ou execução inadequada, calculada sobre o valor da obrigação afetada.

21.6. A definição do percentual da multa deverá observar critérios de proporcionalidade, considerando:

- a) A gravidade da infração;
- b) O prejuízo causado à administração;
- c) O impacto na continuidade dos serviços públicos;
- d) A reincidência da conduta;
- e) A vantagem indevida eventualmente obtida.

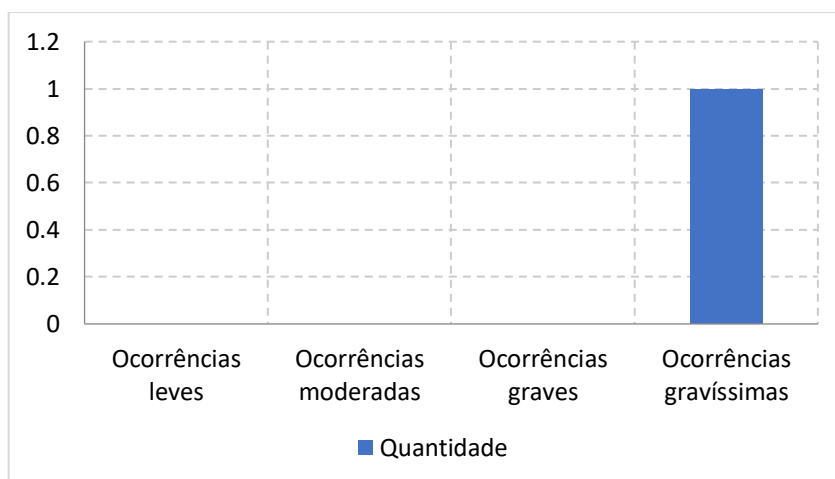
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

PAINEL DE DOSIMETRIA DAS SANÇÕES - TR PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA / SRP

Total de ocorrências registradas	1
Ocorrências leves	0
Ocorrências moderadas	0
Ocorrências graves	0
Ocorrências gravíssimas	1
Maior pontuação registrada	14

Escala de classificação sugerida

Pontuação	Gravidade	Resposta sancionatória de referência	Observação
0 a 4	Leve	Advertência ou multa de 0,5% a 2%	Quando houver baixa repercussão e possibilidade de correção imediata.
5 a 8	Moderada	Multa de 2% a 5%	Quando houver impacto administrativo ou técnico relevante, mas sanável.
9 a 13	Grave	Multa de 5% a 10%; impedimento quando cabível	Quando houver prejuízo à execução, reincidência, refazimento, glosa ou risco relevante.
14 ou mais	Gravíssima	Multa de 10% a 20%; impedimento/inidoneidade; rescisão/cancelamento quando cabível	Quando houver dolo, fraude, dano relevante, risco grave ou comprometimento da finalidade contratual.



SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

21.6-A. DO SISTEMA OBJETIVO DE DOSIMETRIA DAS SANÇÕES

21.6-A.1. A aplicação das sanções administrativas observará sistema estruturado de dosimetria, baseado em critérios objetivos de pontuação, com a finalidade de:

reduzir a discricionariedade decisória;
assegurar uniformidade na aplicação das penalidades;
permitir rastreabilidade e auditabilidade das decisões administrativas;
garantir aderência aos princípios da proporcionalidade, razoabilidade e motivação.

21.6-A.2. A avaliação da infração será realizada mediante atribuição de pontuação aos seguintes critérios:

Critério	Descrição	Pontuação
Gravidade intrínseca da conduta	Impacto técnico da infração sobre o objeto	0 a 5
Extensão do dano	Prejuízo efetivo ou potencial à Administração	0 a 3
Reincidência	Repetição de conduta semelhante	0 a 3
Grau de culpa ou dolo	Conduta culposa ou intencional	0 a 3
Impacto na continuidade do serviço público	Risco de paralisação ou comprometimento relevante	0 a 3
Pontuação máxima possível:	17 pontos acumulados	

21.6-B. DA CLASSIFICAÇÃO DA GRAVIDADE

21.6-B.1. A pontuação total obtida definirá a classificação da infração, nos seguintes termos:

Pontuação	Classificação	Consequência Jurídica Vinculada
0 a 4	Leve	Advertência ou multa até 2%
5 a 8	Moderada	Multa de 2% a 5%
9 a 13	Grave	Multa de 5% a 10% + possibilidade de impedimento
14 a 17	Gravíssima	Multa de 10% a 20% + impedimento ou inidoneidade + rescisão/cancelamento

21.6-B.2. A autoridade administrativa deverá justificar expressamente eventual afastamento da faixa sancionatória correspondente, sob pena de nulidade por ausência de motivação.

21.6-C. DA MATRIZ DE ENQUADRAMENTO DAS INFRAÇÕES

Agora vem o que realmente eleva o nível: tipificar previamente a gravidade-base.

21.6-C.1. Para fins de uniformização, as infrações serão inicialmente enquadradas conforme sua natureza:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Tipo de infração	Classificação-base	Pontuação mínima sugerida
Atraso de baixa repercussão	Leve	2
Atraso com impacto na execução	Moderada	5
Execução em desconformidade sanável	Moderada	6
Fornecimento de material inadequado	Grave	9
Execução sem ordem formal	Grave	10
Subcontratação irregular	Grave	10
Recusa injustificada de atendimento	Gravíssima	14
Fraude documental	Gravíssima	15
Manipulação de medição / tentativa de vantagem indevida	Gravíssima	16

21.6-C.2. A pontuação final poderá ser ajustada conforme os critérios do item 21.6-A, mediante justificativa técnica.

21.6-D. DO LASTRO PROBATÓRIO

21.6-D.1. A aplicação de sanção deverá estar acompanhada, no mínimo, dos seguintes elementos:

- Ordem de Serviço ou Fornecimento correspondente;
- Relatório técnico da fiscalização;
- Registro fotográfico, quando cabível;
- Memória de cálculo da medição ou da inconformidade;
- Demonstração da pontuação aplicada;
- Indicação expressa da classificação da infração;
- Motivação da penalidade aplicada.

21.6-D.2. A ausência de demonstração da pontuação e da vinculação com a faixa sancionatória implicará fragilidade na decisão administrativa.

21.6-E. DO CARÁTER NÃO AUTOMÁTICO, MAS VINCULADO

21.6-E.1. O sistema de dosimetria não elimina a análise do caso concreto, mas vincula a decisão administrativa aos critérios objetivos previamente definidos, vedada a aplicação arbitrária de penalidades.

21.6-E.2. A autoridade deverá demonstrar:

- Como chegou à pontuação;
- Por que aquela sanção foi escolhida;
- Eventual agravamento ou atenuação.

21.6-F. DO AGRAVAMENTO E ATENUAÇÃO (NÍVEL AVANÇADO)

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

21.6-F.1. Poderão majorar a penalidade:

- a) Dolo comprovado;
- b) Tentativa de ocultação da infração;
- c) Impacto em serviço essencial;
- d) Reincidência específica.

21.6-F.2. Poderão atenuar:

- a) Correção imediata sem prejuízo;
- b) Colaboração com a fiscalização;
- c) Ausência de dano relevante.

21.7. A aplicação de multa não impede a exigência de recomposição do dano causado à Administração, nem a adoção de outras medidas administrativas necessárias à regular execução do objeto.

21.8. O impedimento de licitar e contratar será aplicado nas hipóteses de infrações de maior gravidade, especialmente quando caracterizado descumprimento relevante das obrigações, comportamento reiterado, recusa injustificada de atendimento ou comprometimento da execução contratual.

21.9. A declaração de inidoneidade será aplicada nas hipóteses mais graves, especialmente quando constatada prática de atos ilícitos, fraude, apresentação de documentos falsos, atuação dolosa ou comportamento que comprometa a confiabilidade da contratada perante a Administração Pública.

21.10. A aplicação das sanções observará processo administrativo formal, com a devida instrução dos autos, notificação da contratada, concessão de prazo para defesa, análise técnica e decisão motivada da autoridade competente.

21.11. A aplicação de sanções deverá ser registrada nos sistemas oficiais, quando aplicável, e considerada para fins de avaliação de desempenho da contratada, gestão da Ata de Registro de Preços e eventual decisão quanto à sua manutenção, suspensão ou cancelamento.

21.12. O descumprimento contratual poderá ensejar, cumulativamente, a aplicação de sanções, a rescisão contratual, a execução de garantias, quando existentes, e a responsabilização por perdas e danos, conforme a legislação aplicável.

22. DA RESCISÃO CONTRATUAL

22.1. O contrato, instrumento equivalente ou a obrigação decorrente da Ata de Registro de Preços poderá ser extinto nas hipóteses previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais consequências administrativas, civis e sancionatórias cabíveis.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

22.2. A extinção contratual poderá ocorrer por ato unilateral da Administração, por acordo entre as partes, por decisão arbitral, quando cabível, ou por decisão judicial, observadas as hipóteses legais, a motivação expressa e a instrução regular do processo administrativo.

22.3. Constituem causas aptas a ensejar a extinção contratual, sem prejuízo de outras previstas na legislação, no edital, na Ata de Registro de Preços, no contrato ou instrumento equivalente:

I. o descumprimento reiterado, total ou parcial, das obrigações assumidas pela contratada;

II. a inexecução total ou parcial do objeto, inclusive pela não entrega de insumos, não mobilização, abandono de frente de serviço ou execução em desconformidade técnica relevante;

III. a paralisação injustificada do fornecimento ou dos serviços, sem comunicação prévia aceita pela Administração;

IV. o atraso reiterado ou injustificado no atendimento de Ordens de Fornecimento ou Ordens de Serviço regularmente emitidas;

V. a recusa injustificada em cumprir ordem formal da Administração, inclusive quanto à correção, substituição, refazimento ou complementação de materiais ou serviços;

VI. o fornecimento de insumos fora de especificação, inadequados, deteriorados, sem rastreabilidade mínima ou incompatíveis com a finalidade autorizada;

VII. a execução de serviços sem Ordem de Serviço, em local diverso do autorizado, com composição técnica diversa da aprovada ou sem observância das normas técnicas aplicáveis;

VIII. a subcontratação irregular, não autorizada ou em desconformidade com os limites estabelecidos neste Termo de Referência;

IX. a prática de atos que comprometam a fiscalização, a medição, a rastreabilidade, o controle dos saldos da Ata ou a regularidade da liquidação da despesa;

X. a apresentação de documentação falsa, inexata ou inidônea relacionada à execução, medição, habilitação, regularidade fiscal, trabalhista, técnica ou ambiental;

XI. a decretação de falência, insolvência civil, dissolução da sociedade ou alteração social que prejudique a capacidade de execução contratual;

XII. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do objeto;

XIII. razões de interesse público, devidamente motivadas e demonstradas pela autoridade

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

competente.

22.4. A extinção contratual por culpa da contratada não afastará a possibilidade de aplicação cumulativa das sanções administrativas cabíveis, inclusive multa, impedimento de licitar e contratar, declaração de inidoneidade, cancelamento do registro de preços, execução de garantia, quando existente, glosa de valores e responsabilização por perdas e danos.

22.5. Antes da extinção contratual, sempre que a natureza da irregularidade permitir e não houver risco à continuidade do serviço público, à segurança dos usuários, à qualidade da intervenção ou ao interesse público, a Administração poderá notificar a contratada para corrigir a falha, substituir material, refazer serviço, apresentar justificativa ou regularizar documentação no prazo fixado pela fiscalização.

22.6. A possibilidade de saneamento não impedirá a extinção contratual quando a irregularidade for grave, reiterada, insuscetível de correção útil, comprometer a finalidade da contratação, indicar incapacidade operacional da contratada ou representar risco relevante à Administração, à segurança viária, à infraestrutura urbana, ao meio ambiente ou à regularidade da despesa.

22.7. A extinção deverá ser precedida de processo administrativo formal, com registro dos fatos, documentos comprobatórios, manifestação da fiscalização e/ou do gestor, indicação da hipótese legal aplicável, análise da gravidade da conduta, demonstração dos prejuízos ou riscos à Administração e decisão motivada da autoridade competente.

22.8. Serão assegurados à contratada o contraditório e a ampla defesa, salvo nas hipóteses em que a adoção de providência imediata seja indispensável para resguardar a segurança, a continuidade dos serviços públicos, o patrimônio público ou evitar agravamento de dano, hipótese em que a medida deverá ser posteriormente formalizada e justificada nos autos.

22.9. A extinção contratual não prejudicará o dever da contratada de concluir obrigações pendentes determinadas pela Administração, reparar vícios, substituir materiais rejeitados, corrigir serviços defeituosos, remover equipamentos, limpar áreas afetadas, destinar adequadamente resíduos e recompor danos causados ao Município ou a terceiros.

22.10. Em caso de extinção, a Administração poderá adotar as providências necessárias à continuidade do atendimento da necessidade pública, inclusive convocar licitante remanescente, promover novo procedimento de contratação, utilizar outro instrumento regularmente disponível ou adotar medidas administrativas urgentes, observada a legislação aplicável.

22.11. Os valores eventualmente devidos à contratada serão apurados mediante medição dos fornecimentos ou serviços efetivamente executados, aceitos e atestados pela Administração, admitidas glosas, compensações, retenções e descontos decorrentes de multas, danos, vícios, inadimplementos ou obrigações pendentes.

22.12. A extinção contratual por razões de interesse público deverá ser expressamente motivada,

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

demonstrando a superveniência, a conveniência administrativa, a compatibilidade com o interesse público e a preservação da economicidade, sem prejuízo da apuração dos valores regularmente devidos pelo que tiver sido efetivamente executado e aceito.

22.13. A extinção do contrato ou instrumento equivalente não implicará, por si só, cancelamento automático da Ata de Registro de Preços, salvo quando a causa da extinção revelar incapacidade da detentora da Ata, inadimplemento relevante, risco à Administração ou hipótese que justifique o cancelamento do registro, mediante decisão motivada.

22.14. Todas as providências relativas à extinção contratual deverão ser devidamente registradas no processo administrativo, assegurando rastreabilidade, motivação, proporcionalidade, segregação de funções, controle interno e possibilidade de verificação pelos órgãos de controle.

23. DO REAJUSTE, DA ATUALIZAÇÃO DA BASE REFERENCIAL E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

23.1. Considerando que a presente contratação adota o critério de julgamento pelo maior percentual de desconto sobre a Tabela SINAPI/AC, os valores dos fornecimentos e serviços serão apurados, em cada Ordem de Fornecimento ou Ordem de Serviço, mediante aplicação do percentual de desconto registrado sobre a base referencial vigente na data da emissão da respectiva ordem, observadas as composições, insumos, unidades de medida e quantitativos efetivamente autorizados pela Administração.

23.2. A utilização da Tabela SINAPI/AC vigente à época de cada acionamento da Ata não configura reajuste contratual em sentido estrito, mas mecanismo próprio de atualização da base referencial de remuneração, inerente à modelagem por desconto sobre tabela oficial, destinado a preservar a aderência dos preços aos referenciais públicos de custos de engenharia e a evitar defasagem artificial durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

23.3. O percentual de desconto ofertado pela licitante vencedora permanecerá fixo e irremovível durante a vigência da Ata de Registro de Preços, ressalvadas apenas as hipóteses legalmente admitidas de revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovadas e formalmente autorizadas pela Administração.

23.4. Para cada Ordem de Fornecimento ou Ordem de Serviço, a Administração deverá identificar expressamente:

- I. A versão da Tabela SINAPI/AC adotada como referência;
- II. O código do insumo ou composição aplicável;
- III. A descrição técnica correspondente;
- IV. A unidade de medida;
- V. O quantitativo autorizado;
- VI. O percentual de desconto registrado;
- VII. O valor unitário e total resultante;

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

- VIII. Eventual BDI, quando cabível, expressamente justificado;
- IX. A memória de cálculo utilizada para apuração do valor da ordem.

23.5. A atualização pela Tabela SINAPI/AC deverá observar a base oficial aplicável ao Estado do Acre, sem prejuízo da utilização de referências complementares quando a composição SINAPI não contemplar integralmente determinada peculiaridade técnica ou logística da intervenção, desde que haja justificativa formal nos autos, demonstração da compatibilidade técnica e preservação da economicidade.

23.6. Quando necessária a utilização de composições auxiliares, referências complementares, cotações específicas, SICRO, DNIT, DER/AC, ANP ou outros parâmetros oficiais idôneos, a Administração deverá motivar a escolha da referência, demonstrar a inexistência ou insuficiência da composição SINAPI aplicável e preservar, sempre que tecnicamente possível, a incidência do desconto registrado ou metodologia equivalente que assegure a vantajosidade da contratação.

23.7. A revisão ou o reequilíbrio econômico-financeiro somente será admitido nas hipóteses previstas no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, mediante demonstração robusta, objetiva e documental de fato superveniente, imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, que altere substancialmente a equação econômico-financeira originalmente pactuada.

23.8. O pedido de reequilíbrio deverá ser formalmente apresentado pela contratada, antes da execução da obrigação impactada sempre que possível, acompanhado de documentação técnica e econômica suficiente para demonstrar:

- I. A ocorrência do fato superveniente;
- II. A data de ocorrência e seus efeitos sobre a execução contratual;
- III. O nexo causal direto entre o fato alegado e o impacto econômico suportado;
- IV. A alteração substancial da equação econômico-financeira;
- V. A memória de cálculo do impacto;
- VI. Documentos fiscais, notas, propostas, índices, composições, cotações ou outros elementos idôneos;
- VII. A impossibilidade de absorção do impacto dentro dos riscos ordinários do negócio e do desconto ofertado.

23.9. A simples variação ordinária de preços, oscilações normais de mercado, custos logísticos previsíveis, sazonalidade climática comum à região, dificuldades ordinárias de transporte pela BR-364, mobilização de equipes e equipamentos, frete, encargos, tributos ordinários, seguros, administração local, margem de lucro, riscos operacionais previsíveis e demais custos inerentes ao atendimento no Município de Tarauacá/AC deverão ser considerados incluídos no percentual de desconto ofertado, não constituindo, por si só, fundamento para reequilíbrio.

23.10. Não constituem fundamento suficiente para reequilíbrio econômico-financeiro:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

- I. Erro, omissão ou subavaliação na formação do desconto ofertado;
- II. Desconhecimento das condições locais de execução;
- III. Subestimação de custos de transporte, frete, mobilização ou desmobilização;
- IV. Ausência de estrutura fixa no município;
- V. Variações ordinárias de preço já refletidas na atualização da tabela sinapi/ac;
- VI. Aumento de custos decorrente de ineficiência operacional da contratada;
- VII. Atrasos causados pela própria contratada;
- VIII. Custos decorrentes de refazimento, correção de vícios, substituição de materiais rejeitados ou descumprimento contratual;
- IX. Encargos, tributos ou obrigações legais já existentes à época da proposta;
- X. Fatos previsíveis e compatíveis com a matriz ordinária de riscos do objeto.

23.11. A análise do pedido de reequilíbrio deverá ser instruída pela fiscalização, pelo gestor do contrato e, quando necessário, por manifestação técnica, contábil, orçamentária ou jurídica, com avaliação expressa da documentação apresentada, do nexo causal, da materialidade do impacto, da compatibilidade com os preços referenciais, da preservação da vantajosidade e da conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

23.12. A Administração poderá solicitar documentos complementares, planilhas abertas, notas fiscais, contratos de fornecimento, comprovantes de transporte, demonstrativos de custos, séries históricas, índices oficiais, composições analíticas ou outros elementos necessários à verificação do alegado desequilíbrio, podendo indeferir o pedido caso a contratada não comprove de forma suficiente os requisitos legais.

23.13. A eventual concessão de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser formalizada por termo aditivo ou instrumento equivalente, com motivação expressa, memória de cálculo, indicação do período impactado, identificação das obrigações afetadas e demonstração de que a medida preserva a equação econômico-financeira sem gerar vantagem indevida à contratada.

23.14. O reequilíbrio não poderá ser utilizado para afastar o percentual de desconto originalmente ofertado, corrigir proposta inexecutável, compensar erro empresarial, transferir à Administração riscos ordinários do negócio ou remunerar custos que já deveriam estar contemplados na proposta.

23.15. A concessão de reequilíbrio deverá observar a vedação ao enriquecimento sem causa, a manutenção da vantajosidade, a compatibilidade com os preços de mercado e a preservação do interesse público, podendo a Administração, quando verificar perda de vantajosidade, adotar as providências legais cabíveis, inclusive renegociação, não emissão de novas ordens, extinção contratual, cancelamento do registro de preços ou instauração de novo procedimento licitatório.

23.16. Na hipótese de redução relevante dos custos de mercado, alteração de encargos, desoneração, redução de tributos, queda substancial de preços ou outro fato que beneficie economicamente a contratada, a Administração poderá promover revisão em favor do Poder Público, desde que demonstrado o impacto sobre a equação econômico-financeira e observados o contraditório e a ampla defesa.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

23.17. A contratada deverá continuar executando as obrigações regularmente emitidas, salvo quando houver decisão formal da Administração suspendendo, alterando ou revisando a ordem afetada, não sendo admitida paralisação unilateral do fornecimento ou dos serviços sob alegação de pedido de reequilíbrio pendente de análise.

23.18. Todos os atos relativos à atualização da base referencial, pedidos de reequilíbrio, análises técnicas, decisões administrativas, memórias de cálculo e eventuais termos aditivos deverão ser documentados nos autos, assegurando rastreabilidade, motivação, transparência, controle interno e possibilidade de verificação pelos órgãos de controle externo.

24. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS INSTRUMENTOS DECORRENTES

24.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada, de forma expressa e motivada, a manutenção da vantajosidade, da adequação dos preços registrados e do interesse público na continuidade do instrumento.

24.2. A prorrogação da Ata não será automática, devendo ser precedida de análise técnica e administrativa que demonstre:

- I. A compatibilidade dos preços registrados com os referenciais de mercado e com a Tabela SINAPI/AC vigente;
- II. A manutenção da economicidade da contratação;
- III. A inexistência de prejuízo à competitividade;
- IV. A regularidade da execução contratual pela detentora da Ata;
- V. A permanência da necessidade pública que justificou a contratação.

24.3. A Administração deverá avaliar, previamente à prorrogação, a conveniência de manutenção da Ata em comparação com a realização de novo procedimento licitatório, considerando o comportamento do mercado, a evolução dos preços, a qualidade da execução, a performance da contratada e os riscos associados à continuidade do instrumento.

24.4. A Ata de Registro de Preços não obriga a Administração à contratação, constituindo-se em instrumento de caráter estimativo, sendo a efetiva contratação condicionada à emissão de Ordens de Fornecimento ou Ordens de Serviço, conforme a necessidade pública, disponibilidade orçamentária e planejamento da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

24.5. Os contratos, instrumentos equivalentes ou obrigações formalizadas por meio de Ordens de Fornecimento ou Ordens de Serviço decorrentes da Ata poderão possuir vigência própria, limitada ao prazo necessário à execução integral do objeto autorizado, observadas as condições estabelecidas na respectiva ordem, no edital, na Ata de Registro de Preços e na legislação aplicável.

24.6. A vigência dos contratos decorrentes deverá ser compatível com:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

- I. A complexidade e o volume da intervenção autorizada;
- II. Os prazos de mobilização, execução e eventual desmobilização;
- III. As condições logísticas e climáticas do município de tarauacá/ac;
- IV. A necessidade de assegurar a adequada execução técnica e a qualidade dos serviços.

24.7. A emissão de Ordem de Fornecimento ou Ordem de Serviço dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços autoriza a execução e o pagamento mesmo após o término da vigência da Ata, desde que a obrigação tenha sido regularmente constituída durante sua validade e observadas as condições originalmente pactuadas.

24.8. É vedada a emissão de novas Ordens de Fornecimento ou Ordens de Serviço após o término da vigência da Ata, salvo na hipótese de prorrogação regularmente formalizada antes do seu vencimento.

24.9. A eventual prorrogação da vigência dos contratos decorrentes deverá observar as hipóteses legais aplicáveis, especialmente quando houver necessidade de continuidade da execução, ajuste de prazo por motivo devidamente justificado, alteração de cronograma ou ocorrência de fato superveniente que impacte a execução, sempre mediante decisão motivada da Administração.

24.10. A vigência da Ata e dos instrumentos dela decorrentes deverá ser acompanhada e controlada pelo gestor do contrato, com registro dos prazos, das prorrogações, das ordens emitidas e das execuções em andamento, assegurando rastreabilidade, controle dos saldos e prevenção de execução sem cobertura contratual.

24.11. A Administração deverá evitar a utilização da Ata de Registro de Preços em seu período final de vigência para emissão de ordens incompatíveis com a capacidade de execução no prazo remanescente, devendo observar planejamento adequado, proporcionalidade e viabilidade técnica da execução.

24.12. A extinção da Ata de Registro de Preços não prejudica a conclusão dos contratos ou ordens regularmente emitidos durante sua vigência, os quais deverão ser executados até seu encerramento, observadas as condições pactuadas, a fiscalização da Administração e a legislação aplicável.

25. DA PUBLICIDADE, TRANSPARÊNCIA E RASTREABILIDADE DA EXECUÇÃO

25.1. A presente contratação deverá observar integralmente os princípios da publicidade, transparência, motivação e controle, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021, assegurando a ampla disponibilização das informações relativas à fase preparatória, à licitação, à formalização da Ata de Registro de Preços, à execução contratual e à aplicação de recursos públicos.

25.2. A Administração deverá garantir a divulgação e o acesso às informações essenciais da contratação em meios oficiais, inclusive portal da transparência, sistema eletrônico de licitações e

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

outros instrumentos de publicidade institucional, observadas as normas de proteção de dados pessoais e eventuais restrições legais.

25.3. Deverão ser disponibilizados, no mínimo:

- I. Edital, anexos e respectivos documentos técnicos, incluindo o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência;
- II. Ata de registro de preços e eventuais termos aditivos;
- III. Registros de preços, fornecedores registrados e percentuais de desconto;
- IV. Ordens de Fornecimento e Ordens de Serviço emitidas;
- V. Relatórios técnicos de execução e fiscalização;
- VI. Medições realizadas, memórias de cálculo e atestos;
- VII. Notas fiscais e documentos de liquidação da despesa;
- VIII. Pagamentos efetuados, com identificação do beneficiário e do objeto;
- IX. Eventuais sanções aplicadas, decisões administrativas e registros de desempenho;
- X. Atos de prorrogação, revisão, reequilíbrio ou extinção contratual.

25.4. A publicidade das informações deverá ocorrer de forma tempestiva, íntegra e acessível, permitindo o acompanhamento da execução por órgãos de controle interno e externo, bem como pela sociedade, resguardadas as hipóteses legais de sigilo.

25.5. A rastreabilidade documental constitui requisito essencial da contratação, devendo a Administração manter, de forma organizada e cronológica, todos os documentos que demonstrem a correspondência entre:

- a) A demanda identificada;
- b) A ordem emitida;
- c) A solução técnica adotada;
- d) O quantitativo autorizado;
- e) A execução realizada;
- f) A medição validada;
- g) O pagamento efetuado.

25.6. Cada acionamento da Ata de Registro de Preços deverá constituir unidade documental autônoma, contendo elementos suficientes para permitir a verificação independente da regularidade da contratação, da execução e da despesa, vedada a utilização genérica ou não documentada dos saldos registrados.

25.7. A ausência de documentação mínima, inconsistência de registros, falta de vinculação entre execução e pagamento ou deficiência na rastreabilidade poderá ensejar a suspensão de pagamento, glosa de valores, instauração de procedimento de apuração e responsabilização dos agentes envolvidos.

25.8. A Administração deverá adotar medidas para assegurar a integridade, autenticidade e

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

disponibilidade das informações, podendo utilizar sistemas eletrônicos de gestão, protocolos digitais, registros fotográficos georreferenciados, relatórios padronizados e demais instrumentos que reforcem o controle e a transparência da execução.

25.9. A contratada deverá colaborar com a transparência e rastreabilidade, fornecendo tempestivamente os documentos, registros, relatórios, evidências e informações solicitadas pela Administração, inclusive aqueles necessários à alimentação dos sistemas de controle e transparência pública.

25.10. O descumprimento das obrigações relacionadas à transparência, rastreabilidade e fornecimento de informações poderá caracterizar infração contratual, sujeitando a contratada às sanções previstas neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

25.11. A publicidade e a transparência não se limitam à divulgação formal de documentos, devendo refletir efetiva capacidade de reconstrução da execução contratual, permitindo ao controle interno, ao controle externo e à sociedade verificar, de forma clara e objetiva, a regularidade, a economicidade e a aderência da contratação ao interesse público.

26. DISPOSIÇÕES FINAIS

26.1. Este Termo de Referência foi elaborado com fundamento no Documento de Formalização da Demanda, no Estudo Técnico Preliminar, na pesquisa de preços, na análise de riscos e nos demais elementos da fase preparatória, constituindo instrumento técnico-jurídico destinado a orientar a licitação, a formalização da Ata de Registro de Preços, a execução contratual, a fiscalização, a medição, o pagamento e o controle da contratação.

26.2. A modelagem adotada observa as diretrizes da Lei nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa SEGES nº 81/2022, especialmente quanto à definição clara do objeto, descrição da solução como um todo, fundamentação da necessidade, critérios de execução, requisitos da contratação, modelo de gestão, estimativa de valor, critérios de medição e pagamento, fiscalização, gestão de riscos, sustentabilidade, transparência e governança contratual.

26.3. Este Termo de Referência deverá ser interpretado de forma sistemática e integrada com o Documento de Formalização da Demanda — DFD, o Estudo Técnico Preliminar — ETP, o Mapa de Riscos, a pesquisa de preços, o edital, a Ata de Registro de Preços, o contrato ou instrumento equivalente, as Ordens de Fornecimento, as Ordens de Serviço e demais documentos integrantes do processo administrativo.

26.4. A contratação foi estruturada para atender demanda pública de natureza variável, recorrente e sob demanda, relacionada ao fornecimento de insumos asfálticos e à execução de serviços de pavimentação, manutenção, recuperação, recomposição, drenagem e conservação viária, vedada sua utilização para finalidade diversa, execução genérica, contratação de obra sem escopo mínimo definido ou acionamento da Ata sem lastro técnico, orçamentário e documental.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

26.5. A Ata de Registro de Preços não gera obrigação de contratação integral dos valores registrados, devendo cada acionamento decorrer de necessidade concreta, formalmente caracterizada, com indicação do local de aplicação ou execução, solução técnica adotada, composição SINAPI/AC aplicável, quantitativos estimados, percentual de desconto registrado, prazo, critérios de medição, fiscalização e disponibilidade orçamentária.

26.6. A execução da contratação deverá observar, em todas as suas etapas, os princípios da legalidade, planejamento, motivação, segregação de funções, eficiência, economicidade, transparência, controle, segurança jurídica, sustentabilidade, continuidade do serviço público e interesse público, vedadas práticas que comprometam a qualidade da infraestrutura viária, a rastreabilidade da despesa, a exequibilidade da contratação ou a regular aplicação dos recursos públicos.

26.7. Os casos omissos, dúvidas interpretativas e situações não previstas expressamente neste Termo de Referência serão resolvidos pela Administração, mediante decisão motivada, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, nos regulamentos aplicáveis, no edital, na Ata de Registro de Preços, no contrato ou instrumento equivalente, nas normas técnicas pertinentes e nos princípios que regem as contratações públicas.

26.8. Na hipótese de conflito aparente entre disposições deste Termo de Referência e demais documentos da contratação, deverá prevalecer a interpretação que melhor preserve a legalidade, a finalidade pública da contratação, a vantajosidade para a Administração, a qualidade da execução, a rastreabilidade dos atos, a fiscalização efetiva e a conformidade com o planejamento constante do ETP.

26.9. Eventuais ajustes, complementações ou esclarecimentos necessários à execução do objeto não poderão alterar a essência da contratação, o critério de julgamento, a natureza dos itens, o percentual de desconto registrado, a responsabilidade da contratada, os critérios de medição e pagamento ou as salvaguardas de controle previstas neste Termo de Referência, salvo nas hipóteses legalmente admitidas e mediante formalização adequada.

26.10. Ficam afastadas disposições incompatíveis com o objeto, especialmente cláusulas padronizadas referentes a fornecimentos alheios à natureza da contratação, entregas genéricas em almoxarifado, bens de consumo ordinário, serviços não relacionados à infraestrutura viária, gestão informatizada de abastecimento, rede credenciada, fornecimento fluvial ou quaisquer condições que não guardem pertinência com o fornecimento de insumos asfálticos e a execução de serviços de pavimentação e conservação viária.

26.11. A Administração deverá zelar para que a execução contratual mantenha aderência ao planejamento que fundamentou a contratação, especialmente quanto à distinção entre fornecimento de insumos e execução de serviços, à utilização da Tabela SINAPI/AC, à análise de exequibilidade, ao controle das Ordens emitidas, à fiscalização técnica, à medição por quantitativos efetivamente executados ou fornecidos e à documentação de cada intervenção.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

26.12. A validade técnica e jurídica da presente modelagem depende da observância efetiva das salvaguardas estabelecidas neste Termo de Referência, especialmente a vedação à execução genérica, a exigência de diagnóstico prévio, a emissão de ordens individualizadas, a medição por composição técnica aplicável, o controle dos saldos da Ata, a rastreabilidade documental e a atuação contínua da fiscalização.

26.13. O presente Termo de Referência integra a fase preparatória da contratação e deverá subsidiar a elaboração do edital, da Ata de Registro de Preços, dos contratos ou instrumentos equivalentes e dos atos de gestão e fiscalização, constituindo parâmetro vinculante para a Administração, para os licitantes, para a detentora da Ata, para a contratada e para os agentes responsáveis pelo acompanhamento da execução.

26.14. A contratação somente alcançará sua finalidade pública se executada de forma planejada, técnica, documentada e fiscalizada, de modo a assegurar a melhoria progressiva da mobilidade urbana, da trafegabilidade, da segurança viária, da drenagem, da conservação da infraestrutura pública e da qualidade de vida da população do Município de Tarauacá/AC.

Tarauacá/AC, 20 de março de 2026.

Termo de Referência Elaborado por:

ETP Autorizado por:

LÍDIA DO NASCIMENTO CASTRO

Auxiliar administrativo
Matrícula nº 7729

FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA SOUZA

Secretário Municipal Interino de Obras e Serviços Urbanos
Decreto nº 013/2026



SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO, SOB DEMANDA, DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE INSUMOS E, QUANDO FOR O CASO, NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

Órgão Demandante: Prefeitura Municipal de Tarauacá/AC

Unidade Gestora: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

Área Técnica Responsável: Obras e Serviços Urbanos.

Natureza da Contratação: serviço comum de engenharia.

O presente Estudo Técnico Preliminar é elaborado em estrita consonância com o Documento de Formalização da Demanda (DFD), constituindo instrumento técnico obrigatório da fase preparatória, nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, com a finalidade de demonstrar a viabilidade, a necessidade e a adequação da contratação pretendida.

1. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação, sob demanda, de empresa especializada no fornecimento de insumos e, quando necessário, na execução de serviços de pavimentação asfáltica, destinados ao atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal de Tarauacá/AC, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

A solução pretendida visa assegurar a adequada manutenção, recuperação, adequação e melhoria da infraestrutura viária municipal, contemplando tanto o fornecimento de materiais indispensáveis às intervenções quanto a execução de serviços correlatos de engenharia voltados à conservação e recomposição de vias públicas. Nesse contexto, inserem-se atividades como pavimentação e adequação de vias urbanas, manutenção preventiva e corretiva, reparos localizados, recuperação de danos, operações de tapa-buracos, recapeamento asfáltico, aplicação de massa asfáltica, bem como a execução ou adequação de calçadas, sarjetas, meios-fios, sistemas de drenagem e demais serviços complementares de infraestrutura urbana, conforme a demanda da Administração.

A contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, considerando a natureza contínua, dinâmica e imprevisível das necessidades relacionadas à conservação da malha viária, especialmente em razão das condições climáticas e operacionais características do Município de Tarauacá/AC. Tal modelagem permite maior flexibilidade administrativa, viabilizando a execução dos serviços e o fornecimento dos insumos conforme a necessidade efetiva, mediante a emissão de ordens de fornecimento e ordens de serviço.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

O objeto enquadra-se como serviço comum de engenharia, com fornecimento associado de insumos, uma vez que as atividades e materiais envolvidos podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, composições técnicas padronizadas e parâmetros oficiais de custo, notadamente aqueles constantes do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil — SINAPI.

A formação dos preços observará o critério de desconto sobre a Tabela SINAPI/AC vigente à época da execução, de modo que o percentual ofertado pela futura contratada deverá refletir proposta globalmente exequível, contemplando todos os custos diretos e indiretos necessários à execução contratual no Município de Tarauacá/AC. Incluem-se, entre tais custos, aqueles relacionados ao fornecimento e transporte de insumos, mobilização e desmobilização de equipamentos e equipes, operação de máquinas, encargos trabalhistas e previdenciários, tributos, seguros, riscos logísticos, sazonalidade climática, bem como todas as demais despesas necessárias ao pleno cumprimento das obrigações assumidas.

Ressalta-se que a entrega dos insumos e a execução dos serviços ocorrerão no âmbito do Município de Tarauacá/AC, devendo a empresa interessada considerar, desde a formulação de sua proposta, as condições reais de acesso à região, especialmente no que se refere ao deslocamento por meio da BR-364, às distâncias envolvidas, à influência do período chuvoso sobre a trafegabilidade, às limitações logísticas e aos desafios inerentes à mobilização de estrutura operacional no interior do Estado do Acre.

A execução contratual deverá observar as normas técnicas aplicáveis à pavimentação asfáltica, as composições referenciais do SINAPI/AC, bem como as especificações estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos técnicos do futuro edital, admitindo-se, de forma subsidiária e quando compatível com a natureza da intervenção, a utilização de parâmetros técnicos usualmente adotados pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, sem prejuízo da adoção de soluções técnicas equivalentes, desde que devidamente justificadas e previamente aprovadas pela fiscalização contratual.

Dessa forma, a contratação ora proposta configura solução integrada e tecnicamente estruturada, apta a garantir à Administração Municipal capacidade de resposta eficiente às demandas de infraestrutura viária, assegurando a continuidade dos serviços públicos, a melhoria das condições de mobilidade urbana e a adequada aplicação dos recursos públicos, em estrita observância aos princípios da legalidade, economicidade, eficiência e interesse público.

2. CONTEXTO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação insere-se em um contexto de necessidade concreta, recorrente e estratégica do Município de Tarauacá/AC de estruturar uma atuação planejada, preventiva e contínua voltada à manutenção, recuperação e melhoria da malha viária urbana. Trata-

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

se de demanda diretamente relacionada à mobilidade da população, à segurança de pedestres e condutores, ao acesso aos bairros, à circulação de veículos oficiais e particulares, ao transporte escolar, ao deslocamento de pacientes, ao funcionamento das atividades econômicas locais e à qualidade de vida da população.

A realidade municipal demonstra que a conservação das vias públicas não pode ser tratada de forma exclusivamente emergencial ou episódica, exigindo abordagem estruturada e contínua. O Município está inserido em região amazônica, caracterizada por forte sazonalidade climática, períodos prolongados de chuvas, alagamentos, processos erosivos, comprometimento de drenagem, acúmulo de resíduos e significativa deterioração das condições de trafegabilidade.

Eventos climáticos recorrentes, especialmente durante o período de cheia do Rio Tarauacá, intensificam os danos à infraestrutura viária, com registros de vias cobertas por lama e resíduos, exigindo atuação imediata da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos para recuperação das condições mínimas de circulação. Tais ocorrências evidenciam a vulnerabilidade da malha viária urbana frente às condições ambientais e reforçam a necessidade de planejamento prévio e capacidade de resposta tempestiva.

Há, ainda, precedente institucional relevante que evidencia a gravidade histórica da situação. Em 2019, foi instaurado Inquérito Civil pelo Ministério Público do Estado do Acre com a finalidade de apurar a precariedade das vias urbanas do Município, tendo sido apontadas deficiências relacionadas à pavimentação, drenagem, recapeamento, calçamento, meio-fio, linha d'água e execução de soluções definitivas de infraestrutura viária. Tal contexto demonstra que a problemática não é pontual, mas estrutural e historicamente acompanhada pelos órgãos de controle.

Nesse sentido, a presente contratação assume também caráter preventivo, estruturante e de governança administrativa, ao buscar não apenas responder a demandas emergenciais, mas evitar a recorrência de cenários de degradação urbana já verificados e objeto de acompanhamento institucional.

A atual Administração vem adotando medidas voltadas ao levantamento sistemático das necessidades das principais vias do Município, especialmente durante o período de inverno amazônico, com a identificação de pontos críticos, avaliação de danos e planejamento técnico das intervenções. Com a aproximação do período de estiagem, conhecido regionalmente como verão amazônico, abre-se a janela operacional mais adequada para execução de serviços de maior impacto, como pavimentação, recapeamento, recomposição estrutural do pavimento, correção de patologias e adequação de sistemas de drenagem.

A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se plenamente compatível com essa dinâmica operacional, permitindo à Administração dispor de instrumento contratual previamente formalizado para atendimento das demandas sob demanda, conforme a

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

necessidade efetivamente identificada e a disponibilidade orçamentária. Tal modelagem contribui para evitar descontinuidade dos serviços, reduzir improvisações administrativas e aumentar a eficiência na execução das intervenções.

Deve-se considerar, ainda, a peculiaridade logística do Município de Tarauacá/AC, localizado no interior do Estado do Acre e dependente do eixo da BR-364 para o deslocamento de insumos, equipamentos, máquinas e equipes. As condições de trafegabilidade dessa rota, especialmente durante o período chuvoso, impactam diretamente os custos, prazos e a viabilidade operacional das intervenções, devendo tais fatores ser considerados pelas licitantes na formulação de suas propostas.

Nesse contexto, torna-se imprescindível que os percentuais de desconto ofertados sobre a Tabela SINAPI/AC reflitam a realidade local de execução, contemplando integralmente os custos logísticos, operacionais e técnicos necessários ao cumprimento do objeto no Município de Tarauacá/AC.

Adicionalmente, destaca-se que o Município passou a contar com base cartográfica georreferenciada de sua malha viária urbana, fornecida pela Associação dos Municípios do Acre – AMAC, composta por arquivos vetoriais estruturados, que permitem a identificação precisa das vias públicas, análise territorial, mapeamento de pontos críticos e planejamento técnico das intervenções.

A utilização dessa base geoespacial representa avanço significativo na gestão da infraestrutura urbana, permitindo a transição de um modelo reativo para um modelo de planejamento estruturado, baseado em dados, com definição de prioridades, otimização de recursos públicos e maior controle sobre a execução das ações.

Com base nesse diagnóstico técnico e territorial, torna-se possível programar, com maior grau de precisão, as intervenções a serem executadas no período de estiagem, quando as condições climáticas são mais favoráveis à execução de serviços de engenharia.

Dessa forma, a contratação ora proposta não se limita à aquisição de insumos ou à execução pontual de serviços, mas constitui instrumento estruturante de gestão pública, destinado a viabilizar a transformação do diagnóstico técnico em ação administrativa concreta, planejada e executável.

Busca-se, com isso, assegurar a melhoria progressiva das condições de trafegabilidade, mobilidade urbana, segurança viária, drenagem e qualidade de vida da população, ao mesmo tempo em que se previne a deterioração da malha viária e se evita a repetição de cenários historicamente críticos já submetidos à atenção dos órgãos de controle.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

A presente contratação justifica-se pela necessidade de dotar o Município de Tarauacá/AC de instrumento técnico, jurídico e operacional capaz de assegurar resposta planejada, tempestiva e eficiente às demandas de manutenção, recuperação, recomposição e melhoria da malha viária urbana, especialmente diante das condições climáticas, logísticas e territoriais que caracterizam a realidade local.

A infraestrutura viária municipal constitui elemento essencial para a garantia da mobilidade urbana, da segurança de pedestres e condutores, do acesso da população aos serviços públicos, da circulação de veículos oficiais, do transporte escolar, do atendimento em saúde, do escoamento de bens e da dinâmica econômica e social do Município. A deterioração das vias públicas, quando não enfrentada de forma planejada, compromete diretamente a qualidade de vida da população, eleva custos de manutenção corretiva, dificulta o tráfego em períodos chuvosos e expõe a Administração a riscos operacionais, sociais e institucionais.

No caso específico de Tarauacá/AC, essa necessidade apresenta maior sensibilidade em razão de sua localização geográfica, inserida no interior do Estado do Acre e dependente da BR-364 como principal eixo terrestre para transporte de insumos, máquinas, equipamentos e equipes técnicas. Tal condição impõe desafios logísticos relevantes, que devem ser considerados desde a fase de planejamento, especialmente em contratações relacionadas à pavimentação asfáltica, que demandam mobilização coordenada, capacidade operacional e adequada formação de custos.

Adicionalmente, o Município está submetido à forte sazonalidade climática da região amazônica, com períodos prolongados de chuvas intensas que agravam a deterioração das vias, favorecem alagamentos, erosões, surgimento de buracos, comprometimento da drenagem e redução das condições de trafegabilidade. Durante o inverno amazônico, as intervenções estruturantes tornam-se mais limitadas, exigindo da Administração atuação preventiva, levantamento técnico dos pontos críticos e preparação para execução mais eficiente no período de estiagem.

A contratação também se fundamenta no histórico institucional de degradação da malha viária urbana, inclusive com registros de apuração por órgãos de controle acerca da precariedade das vias, drenagem e pavimentação, o que evidencia a necessidade de atuação contínua, planejada e tecnicamente estruturada por parte da Administração, sob pena de repetição de cenários já identificados como críticos.

Nesse contexto, a Administração Municipal vem adotando medidas voltadas ao levantamento sistemático das necessidades das principais vias, utilizando base cartográfica georreferenciada fornecida pela AMAC, o que permite identificar com precisão os eixos viários, mapear pontos críticos, estabelecer prioridades e orientar a tomada de decisão com base em critérios técnicos e territoriais.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada à natureza da demanda, uma vez que as necessidades relacionadas à manutenção e recuperação viária não se apresentam de forma totalmente previsível quanto à quantidade, localização e momento de execução. Assim, o SRP possibilita a contratação sob demanda, conforme a necessidade efetivamente identificada e a disponibilidade orçamentária, evitando descontinuidade dos serviços, reduzindo improvisações e ampliando a eficiência administrativa.

A solução pretendida não se limita à aquisição de insumos, mas contempla modelo integrado que abrange fornecimento de materiais e, quando necessário, execução de serviços por empresa especializada, com disponibilização de equipe, equipamentos e meios operacionais compatíveis com o objeto. Tal modelagem se justifica pela limitação da estrutura própria municipal para atendimento integral das demandas, especialmente em cenários de maior pressão sobre a infraestrutura urbana.

A utilização da Tabela SINAPI/AC como referência, com aplicação de percentual de desconto ofertado pelos licitantes, confere objetividade, transparência e controle à formação dos preços, além de alinhar a contratação a parâmetros oficiais de custos de engenharia. O desconto deverá ser formulado de maneira responsável e linear, refletindo proposta globalmente exequível e contemplando todos os custos diretos e indiretos necessários à execução no Município de Tarauacá/AC.

Nesse sentido, os licitantes deverão considerar, na composição de suas propostas, todos os custos inerentes à realidade local, incluindo transporte pela BR-364, frete, mobilização e desmobilização de equipamentos e equipes, operação de máquinas, encargos trabalhistas e previdenciários, tributos, seguros, riscos logísticos, perdas operacionais e sazonalidade climática, de modo a evitar propostas inexequíveis e assegurar a adequada execução contratual.

Adicionalmente, registram-se manifestações recorrentes da população acerca das condições de trafegabilidade, drenagem, alagamentos e deterioração das vias urbanas, as quais, embora não constituam fundamento isolado da contratação, reforçam o diagnóstico técnico da necessidade de atuação estruturada da Administração, evidenciando impactos diretos sobre mobilidade urbana, segurança viária, saúde pública e qualidade de vida.

Dessa forma, a contratação assume caráter preventivo, corretivo e estruturante, permitindo que o Município deixe de atuar exclusivamente de forma reativa e passe a adotar abordagem baseada em planejamento, gestão de riscos e continuidade administrativa.

Conclui-se, portanto, que a contratação pretendida é necessária, adequada e proporcional ao interesse público, constituindo medida essencial para garantir a manutenção da trafegabilidade, ampliar a segurança viária, melhorar a mobilidade urbana, reduzir custos decorrentes de intervenções emergenciais, prevenir a deterioração progressiva da malha viária e assegurar melhores condições de acesso, circulação e qualidade de vida à população.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

4 – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E POLÍTICAS PÚBLICAS APLICÁVEIS

A presente contratação encontra amparo na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente em seu art. 18, que disciplina a fase preparatória da licitação e estabelece o Estudo Técnico Preliminar como instrumento destinado a evidenciar o problema a ser resolvido, a solução mais adequada, a viabilidade técnica, econômica e jurídica da contratação, bem como os elementos essenciais para subsidiar a elaboração do Termo de Referência.

Também se fundamenta no art. 23 da referida Lei, que determina que a estimativa de preços seja compatível com os valores praticados pelo mercado, considerando as peculiaridades do local de execução, os quantitativos estimados, a economia de escala e a utilização de bases referenciais públicas.

No que se refere à modelagem da contratação, aplica-se o Decreto Federal nº 11.462/2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito da Lei nº 14.133/2021, bem como o Decreto Municipal nº 129/2023, que disciplina os procedimentos licitatórios no âmbito do Município de Tarauacá/AC. Tais normas autorizam a adoção do Sistema de Registro de Preços para contratações futuras e eventuais, especialmente quando a demanda for variável, recorrente, parcelada ou condicionada à necessidade administrativa.

No caso concreto, a adoção do Pregão Eletrônico sob o Sistema de Registro de Preços revela-se juridicamente adequada, uma vez que o objeto se enquadra como serviço comum de engenharia, com fornecimento associado de insumos, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, mediante especificações técnicas usuais de mercado, composições oficiais e critérios previamente estabelecidos de execução, medição e fiscalização.

A modelagem adotada não se confunde com contratação de obra pública de escopo fechado. Não se pretende contratar empreendimento único, previamente delimitado e integralmente projetado para execução imediata. Ao contrário, trata-se de registro de preços para futuras intervenções padronizáveis, recorrentes, mensuráveis e territorialmente distribuídas, a serem executadas conforme demanda, diagnóstico técnico e disponibilidade orçamentária.

Essa distinção é essencial para a regularidade da contratação, pois afasta a configuração de “obra por ata”, vedada pelos órgãos de controle, preservando o Sistema de Registro de Preços como instrumento auxiliar de gestão, voltado à eficiência, celeridade e racionalidade das contratações públicas.

A contratação também se fundamenta nos princípios constitucionais da Administração Pública, previstos no art. 37 da Constituição Federal, especialmente legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, economicidade e interesse público. A estruturação prévia da contratação, com base em levantamento

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

técnico, diagnóstico territorial e definição objetiva de critérios de preço, busca assegurar maior racionalidade na aplicação dos recursos públicos, reduzir improvisações e prevenir contratações emergenciais desnecessárias.

Sob a perspectiva das políticas públicas urbanas, a contratação relaciona-se diretamente com o desenvolvimento urbano sustentável, nos termos do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), ao contribuir para o adequado ordenamento do espaço urbano, melhoria das condições de mobilidade, segurança, salubridade e bem-estar da população.

Também se vincula à Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587/2012), considerando que a infraestrutura viária é elemento essencial para o deslocamento de pessoas e cargas. A precariedade das vias impacta diretamente o transporte escolar, o atendimento em saúde, a circulação de serviços públicos e a atividade econômica local, justificando a atuação planejada do Poder Público.

Adicionalmente, a contratação possui interface com políticas de saneamento básico, drenagem urbana e saúde pública preventiva, especialmente diante das condições climáticas da região amazônica, que favorecem alagamentos, erosões, assoreamento, acúmulo de resíduos e deterioração das vias, gerando riscos sanitários e prejuízos à mobilidade urbana.

No que se refere à formação de preços, a utilização da Tabela SINAPI/AC como base referencial, com aplicação de percentual de desconto, encontra respaldo no art. 34 da Lei nº 14.133/2021, que admite o critério de julgamento por maior desconto. A adoção do SINAPI confere objetividade, transparência, padronização e controle à formação dos preços, permitindo maior comparabilidade entre propostas e aderência a parâmetros oficiais de custos.

O percentual de desconto deverá ser aplicado de forma linear sobre os referenciais utilizados, vedada a aplicação seletiva por itens, devendo refletir proposta globalmente exequível, contemplando todos os custos diretos e indiretos necessários à execução no Município de Tarauacá/AC.

Embora o Decreto nº 7.983/2013, atualizado pelo Decreto nº 12.867/2026, tenha aplicação direta às contratações com recursos federais, seus critérios técnicos podem ser adotados de forma subsidiária pela Administração Municipal, especialmente quanto à elaboração de orçamento de referência, utilização de sistemas oficiais de custos e controle da economicidade em obras e serviços de engenharia.

Da mesma forma, a Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 pode ser utilizada como referência procedimental quanto à realização de licitações eletrônicas pelo critério de maior desconto, no que for compatível com a legislação municipal.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Sob a ótica do controle externo, a regularidade da modelagem depende da observância de salvaguardas essenciais, dentre as quais: inexistência de obrigação de contratação integral dos valores registrados; definição dos valores como parâmetros máximos de planejamento; vinculação de cada ordem a demanda concreta; elaboração de levantamento técnico específico por intervenção; utilização de composições oficiais compatíveis; medição apenas do que for efetivamente executado; fiscalização técnica contínua; controle da exequibilidade dos descontos ofertados; e vedação à execução genérica ou desvinculada de necessidade pública demonstrada.

Dessa forma, a contratação encontra respaldo na legislação vigente, nos regulamentos aplicáveis, nas políticas públicas urbanas e nas diretrizes de controle externo, configurando medida juridicamente adequada, tecnicamente justificável e proporcional ao interesse público, voltada à melhoria da mobilidade urbana, da segurança viária, da salubridade, da eficiência administrativa e da qualidade de vida da população de Tarauacá/AC.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E DOS SERVIÇOS PRETENDIDOS

A solução pretendida consiste na estruturação de Sistema de Registro de Preços para futura e eventual contratação, sob demanda, de empresa especializada no fornecimento de insumos asfálticos e, quando necessário, na execução de serviços de pavimentação asfáltica, manutenção, recuperação, recomposição e conservação viária, com vistas ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos do Município de Tarauacá/AC.

A contratação foi concebida a partir de uma realidade objetiva e tecnicamente identificada: o Município necessita dispor de instrumento contratual apto a permitir atuação planejada, tempestiva e progressiva sobre a malha viária urbana, especialmente diante dos danos recorrentes provocados pelo período chuvoso, das dificuldades de drenagem, da existência de vias com buracos, lama, erosões, acúmulo de sedimentos, pontos de alagamento e comprometimento das condições de trafegabilidade. Trata-se, portanto, de solução voltada não apenas à pavimentação em sentido estrito, mas à recuperação funcional da infraestrutura urbana, com impacto direto sobre a mobilidade, a segurança viária, a salubridade, a acessibilidade, o acesso a serviços públicos e a qualidade de vida da população.

A solução será estruturada em dois eixos complementares e funcionalmente integrados. O primeiro refere-se ao fornecimento de insumos asfálticos, especialmente Concreto Betuminoso Usinado a Quente — CBUQ, em padrões técnicos compatíveis com serviços de pavimentação, incluindo CBUQ Faixa C com CAP 50/70, CBUQ Faixa C com CAP 30/45 e CBUQ para binder com CAP 50/70, conforme parâmetros indicados na cotação que subsidia a fase preparatória. Esses insumos deverão ser fornecidos para entrega efetiva no Município de Tarauacá/AC, incorporando ao preço praticado todos os custos logísticos, operacionais, tributários e demais despesas necessárias ao pleno atendimento da demanda.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

O segundo eixo refere-se à execução de serviços de pavimentação asfáltica, manutenção e recuperação viária, compreendendo intervenções sob demanda em vias urbanas e, quando necessário e tecnicamente justificado, em trechos indicados pela Administração. Esses serviços poderão abranger pavimentação, adequação de vias, manutenção preventiva e corretiva, recuperação de danos, operações de tapa-buracos, recapeamento, recomposição de pavimentos, correção de patologias, drenagem, sarjetas, meios-fios, calçadas e demais serviços correlatos de infraestrutura urbana, conforme a necessidade pública identificada e a solução técnica definida para cada local de intervenção.

A solução pretendida não se confunde com mera contratação de mão de obra, tampouco com fornecimento isolado e descontextualizado de materiais. Quando acionada para execução de serviços, a futura contratada deverá disponibilizar todos os meios necessários à execução integral das ordens emitidas pela Administração, incluindo responsável técnico, equipe operacional, máquinas, equipamentos, ferramentas, veículos, sinalização de obra, equipamentos de proteção individual e coletiva, mobilização, desmobilização e estrutura operacional compatível com o tipo e a complexidade da intervenção autorizada.

A execução ocorrerá conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, mediante emissão de Ordens de Fornecimento e/ou Ordens de Serviço, nas quais deverão ser definidos, conforme o caso, o local da intervenção, a extensão ou área estimada, os quantitativos, a solução técnica pretendida, a composição SINAPI aplicável, a espessura ou especificação técnica pertinente, a forma de execução, os prazos, os critérios de medição e os demais elementos necessários à fiscalização e ao recebimento. Essa sistemática permitirá atuação progressiva, técnica e controlada, priorizando vias críticas, pontos com maior comprometimento da trafegabilidade, áreas afetadas por alagamentos, trechos de maior fluxo de pessoas e veículos e locais identificados por levantamento técnico ou base georreferenciada.

Destaca-se que o Município dispõe de base cartográfica georreferenciada da área urbana, fornecida pela Associação dos Municípios do Acre — AMAC, com representação espacial da malha viária de Tarauacá, permitindo visualizar a extensão territorial das ruas, identificar eixos de circulação, organizar frentes de serviço e subsidiar a priorização das intervenções. Essa base técnica não substitui os levantamentos de campo nem os projetos, estudos ou diagnósticos específicos de cada rua ou trecho, mas confere maior racionalidade ao planejamento e demonstra que a Administração conhece a dimensão territorial do problema a ser enfrentado.

Além da base georreferenciada, foram considerados registros públicos, manifestações sociais e informações veiculadas sobre as condições de determinadas ruas e áreas críticas do Município, nas quais se observam problemas de lama, buracos, alagamentos, dificuldade de tráfego, deficiência de drenagem, acúmulo de sedimentos e comprometimento da mobilidade urbana. Entre os pontos já mencionados publicamente ou identificados como sensíveis, destacam-se, de forma exemplificativa, a Rua Floriano

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Peixoto, a Rua Reidiner Hilário de Matos, no bairro Copacabana, a Rua Manoel Vieira da Cunha, no bairro Cohab, a Avenida Antônio Frota, também no bairro Cohab, o Bairro da Praia e as imediações do Igarapé Buchão.

Essas localidades não constituem rol fechado, definitivo ou vinculante de intervenção. A definição das vias efetivamente contempladas dependerá de avaliação técnica da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, levando em consideração critérios como criticidade do trecho, fluxo de veículos e pedestres, acesso a equipamentos públicos, riscos de alagamento, condições de drenagem, grau de deterioração do pavimento, oportunidade de execução no período de estiagem, disponibilidade orçamentária, interesse público e viabilidade técnica da solução a ser adotada.

A adoção do Sistema de Registro de Preços revela-se adequada porque os insumos e serviços possuem demanda variável, dependente das condições climáticas, da evolução dos danos nas vias, da disponibilidade orçamentária, da urgência de cada intervenção e da janela operacional mais favorável à execução, especialmente durante o período de estiagem, conhecido regionalmente como verão amazônico. Durante o inverno, a Administração poderá realizar diagnósticos, levantamentos, intervenções paliativas e preparação das frentes de trabalho; no período mais seco, poderá acionar a ata para execução de serviços de maior impacto, como recapeamento, recomposição de pavimento, aplicação de massa asfáltica, correção de drenagem, sarjetas, meios-fios e calçadas.

A solução também contempla a utilização da Tabela SINAPI/AC como referência objetiva de preços, com aplicação do percentual de desconto ofertado pela empresa vencedora. Para formação do preço no futuro Sistema de Registro de Preços, deverá ser considerada a Tabela SINAPI/AC oficialmente vigente e aplicável na data da emissão da respectiva Ordem de Fornecimento ou Ordem de Serviço, observadas as composições pertinentes à intervenção autorizada e o desconto registrado na licitação. A adoção dessa metodologia busca conferir transparência, padronização, controle e maior aderência aos referenciais oficiais de custos, sem afastar a necessidade de análise de exequibilidade da proposta.

Os valores destinados ao Item 1, relativo à aquisição de insumos, e ao Item 2, relativo à execução de serviços, devem ser compreendidos como parâmetros financeiros máximos de planejamento da Ata de Registro de Preços, e não como obrigação de contratação integral pela Administração. Por se tratar de Sistema de Registro de Preços, os quantitativos e valores estimados representam previsão de consumo potencial, destinada a dimensionar a futura ata conforme a demanda projetada, os recursos disponíveis e a necessidade de atendimento progressivo da malha viária municipal.

A Administração dispõe de recursos específicos oriundos de emendas parlamentares no montante de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), além de previsão orçamentária municipal de até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para aquisição de insumos e até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para execução de serviços, totalizando o montante potencial de até R\$ 27.000.000,00 (vinte e sete milhões de reais), conforme planejamento

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

administrativo. Tais valores justificam a estruturação de uma ata em escala compatível com a dimensão da demanda urbana, sem afastar a necessidade de análise técnica específica para cada acionamento.

Os valores destinados à presente contratação encontram respaldo em instrumentos formais de planejamento e captação de recursos, especialmente em emendas parlamentares federais destinadas à pavimentação de vias urbanas no Município de Tarauacá/AC. Nesse sentido, destaca-se o Plano de Trabalho vinculado à Transferência Especial da Deputada Federal Socorro Neri, que prevê investimento de aproximadamente R\$ 4.975.000,00 para pavimentação de cerca de 4 km de vias urbanas, com foco na melhoria da trafegabilidade, segurança viária e mobilidade urbana. De igual modo, o Plano de Trabalho associado à Transferência Especial do Senador Márcio Bittar contempla investimento de aproximadamente R\$ 1.990.000,00 para pavimentação de cerca de 2 km de vias urbanas, com objetivos convergentes de melhoria da infraestrutura viária, redução de danos a veículos, aumento da segurança e valorização dos espaços urbanos.

Ambos os instrumentos reforçam o diagnóstico já identificado pela Administração Municipal de que a ausência ou deficiência de pavimentação compromete significativamente a mobilidade urbana, especialmente em períodos chuvosos, quando as vias se tornam de difícil trafegabilidade, dificultando o acesso de veículos e pedestres e gerando prejuízos diretos à população. Tal realidade demonstra que a demanda por intervenções não é pontual, mas estrutural e recorrente, exigindo solução administrativa capaz de integrar diferentes fontes de recursos e viabilizar execução progressiva dos serviços.

Nesse contexto, a presente contratação por meio de Sistema de Registro de Preços revela-se compatível com a necessidade de operacionalizar, de forma coordenada, os recursos provenientes de emendas parlamentares e aqueles oriundos do orçamento municipal, permitindo que a Administração disponha de instrumento único, flexível e previamente estruturado para execução das intervenções conforme cronograma, prioridade técnica e disponibilidade financeira.

Importa destacar que os Planos de Trabalho mencionados estabelecem metas físicas específicas de pavimentação em quilômetros de vias, enquanto o modelo de contratação por desconto sobre a Tabela SINAPI/AC possibilita que tais metas sejam buscadas com maior eficiência, na medida em que o percentual de desconto obtido na licitação influenciará diretamente a capacidade de execução dentro dos limites financeiros disponíveis. Essa lógica não significa execução automática ou universal das vias mapeadas, mas utilização racional dos recursos conforme projetos, levantamentos, ordens específicas, disponibilidade orçamentária e priorização técnica.

Assim, eventual aquisição de insumos, como CBUQ, não ocorrerá de forma abstrata, genérica ou desvinculada de necessidade previamente demonstrada. Cada acionamento da ata deverá estar vinculado a uma demanda concreta, com indicação do local de aplicação, solução técnica pretendida, espessura, área estimada, composição SINAPI

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

aplicável, forma de execução e definição quanto à utilização de mão de obra própria do Município ou contratação concomitante dos serviços registrados. Da mesma forma, a execução dos serviços dependerá de planejamento específico para cada rua, trecho ou área prioritária, não sendo admitida execução sem definição prévia do escopo, dos quantitativos necessários, da composição aplicável e dos critérios de medição.

O Registro de Preços, portanto, não substitui o planejamento técnico de cada intervenção. Ele constitui instrumento administrativo prévio, competitivo e juridicamente seguro para permitir que a Administração, quando identificada a necessidade concreta, contrate com base em preços definidos por desconto sobre tabela oficial, com maior celeridade, controle e previsibilidade.

A metodologia de maior desconto sobre a Tabela SINAPI/AC permite maior transparência, controle e atualização dos preços, evitando a fixação estática de valores que possam se tornar incompatíveis com o mercado ao longo da vigência da ata. Contudo, a competição pelo maior desconto deve ser compreendida com cautela. A Administração busca economicidade e ampliação da capacidade de atendimento dentro dos recursos disponíveis, mas descontos excessivamente elevados, desconectados da realidade de execução em Tarauacá/AC, podem comprometer a própria finalidade da contratação.

Por essa razão, o percentual de desconto ofertado deverá ser compatível com a exequibilidade da proposta, considerando todos os custos envolvidos na execução local, inclusive transporte pela BR-364, frete, mobilização e desmobilização de máquinas e equipamentos, deslocamento de equipes, operação, encargos trabalhistas e previdenciários, tributos, seguros, administração local, riscos climáticos, perdas operacionais e demais despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto. O objetivo da licitação não é selecionar o desconto meramente mais elevado em termos formais, mas obter a proposta mais vantajosa para a Administração, preservando a viabilidade econômica, a qualidade da execução, a continuidade do fornecimento e a segurança jurídica da contratação.

Desse modo, propostas artificialmente vantajosas, dissociadas da realidade logística e operacional do Município, poderão gerar risco de inadimplemento, atraso, recusa de fornecimento, tentativa de reequilíbrio econômico-financeiro indevido, queda de qualidade ou paralisação dos serviços. Por isso, a vantajosidade deverá ser analisada em conjunto com a exequibilidade, sem prejuízo da ampla competitividade e da busca pelo menor dispêndio possível.

Dessa forma, a contratação será planejada em escala, mas executada de forma individualizada, técnica, progressiva e controlada, conforme a necessidade concreta de cada intervenção. A menção às vias críticas e à base georreferenciada tem por finalidade demonstrar conhecimento técnico da realidade local e justificar a ordem de grandeza da solução pretendida, sem limitar a contratação a ruas específicas nem criar obrigação de intervenção universal. O planejamento parte de diagnóstico territorial amplo, enquanto a

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

execução será seletiva, fiscalizada e condicionada à efetiva necessidade pública, à disponibilidade orçamentária, ao percentual de desconto registrado e à priorização técnica definida pela Administração Municipal.

Assim, os serviços pretendidos abrangem o conjunto de ações necessárias à conservação e recuperação da infraestrutura viária municipal, devendo ser executados conforme as composições aplicáveis do SINAPI/AC, as normas técnicas pertinentes, as especificações do futuro Termo de Referência, as ordens emitidas pela Administração e a fiscalização técnica da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, sempre em observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento, segurança, qualidade, exequibilidade e interesse público.

6. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E DOS RESULTADOS ESPERADOS

A solução pretendida não se limita à contratação isolada de insumos asfálticos ou à execução pontual de serviços de pavimentação. Trata-se da estruturação de um modelo técnico-operacional de intervenção na malha viária urbana do Município de Tarauacá/AC, concebido como instrumento de gestão pública, planejamento e execução, apto a permitir à Administração diagnosticar, priorizar, programar, executar, fiscalizar, medir e receber serviços de forma individualizada, conforme a necessidade concreta de cada rua, trecho ou área afetada.

A contratação deverá funcionar como mecanismo de suporte à política municipal de recuperação e manutenção viária, possibilitando à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos dispor, durante a vigência da ata, de meios adequados para aquisição de insumos ou contratação de serviços, conforme a solução técnica mais apropriada a cada situação identificada. O modelo adotado, conforme indicado na fase preparatória, contempla tanto o fornecimento de CBUQ e materiais correlatos quanto a execução de serviços de pavimentação, manutenção, recomposição, drenagem, sarjetas, meios-fios e calçadas, mediante aplicação de percentual de desconto sobre a Tabela SINAPI/AC.

A aplicação da solução deverá observar abordagem técnica e individualizada. Cada intervenção deverá ser precedida de levantamento da situação da via, registro fotográfico, identificação do problema predominante, avaliação das condições de drenagem, análise da integridade da base, definição do tipo de serviço necessário, estimativa dos quantitativos, indicação da composição SINAPI aplicável, emissão da respectiva Ordem de Fornecimento ou Ordem de Serviço, acompanhamento da execução, medição, relatório fotográfico de execução e recebimento formal pela Administração.

A depender da gravidade do problema identificado, da extensão do dano, da existência ou não de drenagem adequada, da condição estrutural da via, do volume de tráfego, da localização e da disponibilidade orçamentária, a Administração poderá adotar soluções técnicas distintas, que variam desde intervenções emergenciais até soluções estruturantes de maior complexidade.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

As tipologias de intervenção previstas não constituem rol rígido ou exaustivo, mas representam categorias técnicas de atuação que orientam a tomada de decisão administrativa, conforme detalhamento a seguir:

6.1. Tipologias de intervenção pretendidas:

Tipo de intervenção	Descrição técnica	Situação de aplicação	Resultado esperado
Tapa-buraco emergencial	Aplicação localizada de material betuminoso ou CBUQ em pontos específicos de ruptura do pavimento, visando recompor temporária ou definitivamente a superfície de rolamento.	Buracos pontuais que comprometem a circulação, mas sem perda generalizada da estrutura da via.	Restabelecimento imediato da tráfegabilidade e redução do risco de acidentes.
Tapa-buraco estruturado	Intervenção localizada com recorte, limpeza, eventual recomposição de base e aplicação de massa asfáltica, observando espessura e compactação adequadas.	Buracos recorrentes ou pontos onde a simples aplicação superficial não é suficiente.	Maior durabilidade da intervenção e redução de retrabalho.
Remendo profundo / recomposição de base	Recuperação de área com dano estrutural, podendo envolver retirada de material comprometido, regularização, recomposição de base ou sub-base e posterior aplicação de revestimento asfáltico.	Trechos com afundamento, erosão, falha de suporte ou deterioração associada à drenagem deficiente.	Recuperação da capacidade estrutural do pavimento.
Recapeamento asfáltico	Aplicação de nova camada asfáltica sobre pavimento existente, desde que a estrutura inferior esteja tecnicamente apta a receber o revestimento.	Vias com desgaste superficial generalizado, fissuras, irregularidade ou perda de conforto de rolamento.	Melhoria da superfície de rolamento, segurança e durabilidade da via.
Pavimentação parcial	Execução de pavimentação em trecho específico da rua, conforme levantamento técnico, priorizando pontos críticos ou segmentos estratégicos.	Ruas extensas com trechos mais comprometidos ou com restrição orçamentária para intervenção integral.	Atendimento progressivo das áreas mais críticas.
Pavimentação integral da via	Execução completa da solução de pavimentação em toda a extensão definida, podendo abranger	Vias sem pavimentação ou com degradação	Solução estrutural mais ampla, com melhoria efetiva da mobilidade urbana.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

	regularização, base, revestimento asfáltico e dispositivos complementares.	incompatível com reparos localizados.	
Drenagem superficial e/ou complementar	Execução ou recuperação de dispositivos de escoamento, incluindo sarjetas, valetas, caixas, dispositivos de captação e adequações necessárias.	Locais com alagamento, acúmulo de água, erosão ou recorrência de danos ao pavimento.	Redução de alagamentos, aumento da vida útil do pavimento e melhoria sanitária.
Meio-fio, sarjetas e calçadas	Implantação, recomposição ou adequação de elementos urbanos complementares à pavimentação.	Vias com deficiência de confinamento do pavimento, falta de acessibilidade ou escoamento inadequado.	Melhor ordenamento urbano, drenagem, acessibilidade e segurança de pedestres.
Aquisição isolada de insumos	Fornecimento de CBUQ ou outros materiais betuminosos para aplicação direta pela equipe municipal.	Situações em que o Município disponha de equipe e equipamentos próprios para execução de manutenção.	Agilidade operacional e melhor aproveitamento da estrutura própria da Administração.
Serviço completo com fornecimento e execução	Contratação integrada da frente de serviço, com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, mobilização e execução pela contratada.	Intervenções que excedam a capacidade operacional própria do Município.	Execução técnica mais ampla, com responsabilidade operacional da contratada.

A escolha entre uma solução e outra deverá ser motivada no processo de execução, de acordo com o diagnóstico técnico do trecho. Assim, uma rua com buracos pontuais poderá demandar apenas tapa-buraco; uma via com desgaste superficial poderá exigir recapeamento; um trecho com falha de drenagem e perda de base poderá exigir recomposição estrutural; e uma rua sem pavimentação adequada poderá demandar pavimentação parcial ou integral, conforme viabilidade técnica, financeira e prioridade administrativa.

6.2. Critérios técnicos de gravidade e priorização

A execução dos serviços deverá ser orientada por critérios técnicos de priorização, de modo a evitar atuação aleatória, casuística ou exclusivamente reativa. A Administração deverá classificar as demandas por grau de criticidade, considerando o impacto sobre a mobilidade urbana, a segurança viária, o acesso a serviços públicos essenciais, as condições de drenagem, o risco de agravamento do dano e o interesse público envolvido.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Nível de gravidade	Caracterização técnica	Exemplos de situações	Tipo de resposta recomendada
Emergencial	Situação que compromete imediatamente a segurança, impede ou restringe severamente o tráfego, gera risco de acidente, isolamento ou dano relevante à população.	Via intransitável; buraco profundo em eixo de tráfego; erosão com risco; alagamento recorrente impedindo passagem; acesso crítico a unidade de saúde, escola ou serviço público.	Intervenção imediata, com tapa-buraco emergencial, recomposição provisória, drenagem corretiva ou serviço prioritário.
Urgente	Situação grave, mas ainda com possibilidade de tráfego limitado, cujo agravamento pode gerar interrupção da mobilidade ou aumento expressivo dos custos de recuperação.	Trechos com múltiplos buracos; lama constante; drenagem deficiente; afundamentos localizados; reclamações recorrentes da população.	Programação prioritária de tapa-buraco estruturado, recomposição de base, drenagem ou recapeamento parcial.
Manutenção corretiva programada	Dano identificado, sem interrupção imediata do tráfego, mas que exige correção para evitar agravamento.	Desgaste superficial; fissuras; pequenos buracos; bordas deterioradas; pontos de empoçamento.	Execução programada conforme disponibilidade, com manutenção localizada ou recapeamento parcial.
Manutenção preventiva	Intervenção destinada a preservar via ainda funcional, evitando perda de desempenho e aumento de custos futuros.	Pavimento envelhecido, mas trafegável; necessidade de limpeza de drenagem; recomposição de sarjetas ou meios-fios.	Serviços preventivos, limpeza, correção de drenagem, selagem, recomposição pontual ou melhoria de dispositivos urbanos.
Intervenção estruturante	Situação que exige solução mais completa e planejada, envolvendo pavimentação parcial ou integral, drenagem, sarjetas, meio-fio e calçadas.	Ruas sem pavimentação adequada; trechos com degradação generalizada; áreas com impacto urbano relevante.	Elaboração de projeto ou estudo técnico específico e execução conforme disponibilidade de recursos.

Essa classificação deverá orientar a Administração na escolha das intervenções, sem criar direito subjetivo de atendimento imediato a qualquer rua específica. A priorização deverá observar critérios técnicos, interesse público, disponibilidade orçamentária, janela climática adequada e viabilidade operacional.

6.3. Fluxo técnico da solução

A solução deverá observar fluxo técnico estruturado, apto a garantir rastreabilidade, controle, transparência e segurança jurídica da execução contratual. Cada intervenção deverá ser devidamente documentada, permitindo a vinculação entre demanda identificada, solução adotada, ordem emitida, execução realizada, medição e recebimento:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Etapas	Finalidade
Mapeamento da demanda	Identificação das ruas, trechos ou pontos críticos a partir de levantamento técnico, base georreferenciada, manifestações da população e inspeções de campo.
Relatório fotográfico inicial	Registro da situação anterior à intervenção, demonstrando buracos, lama, alagamentos, erosões, falhas de drenagem ou desgaste do pavimento.
Diagnóstico técnico	Avaliação da causa predominante do problema, distinguindo dano superficial, falha de base, deficiência de drenagem ou ausência de pavimentação.
Definição da solução	Escolha entre aquisição de insumos, tapa-buraco, recomposição, recapeamento, drenagem, pavimentação parcial ou integral.
Levantamento/projeto específico	Definição de área, extensão, espessura, quantitativos, composição SINAPI aplicável, forma de execução e critério de medição.
Ordem de Fornecimento ou Serviço	Autorização formal da Administração para fornecimento ou execução, com delimitação do escopo.
Execução acompanhada	Fiscalização técnica da entrega dos insumos ou execução dos serviços, verificando conformidade, qualidade e cumprimento do escopo.
Medição	Quantificação do que foi efetivamente fornecido ou executado, conforme unidade de medida aplicável.
Relatório fotográfico de execução	Registro da evolução da intervenção e comprovação da execução.
Recebimento provisório/definitivo	Validação da conformidade técnica, funcionalidade e adequação do serviço ou insumo recebido.

Esse fluxo reforça que o Registro de Preços não autoriza execução genérica ou desvinculada de planejamento. Ao contrário, a ata funcionará como instrumento de suporte para que, diante de cada demanda concreta, a Administração possa acionar a solução mais adequada, com base em critérios técnicos, composições oficiais e fiscalização documentada.

6.4. Aplicação prática da solução por tipo de necessidade

A solução deverá permitir respostas diferenciadas conforme a situação encontrada. Nas vias em que o problema se restringir a buracos pontuais, poderá ser suficiente a aquisição de material betuminoso e execução pela equipe municipal, desde que haja condições operacionais próprias. Nos trechos em que o dano for mais profundo ou recorrente, deverá ser avaliada a necessidade de recomposição de base e execução de tapa-buraco estruturado.

Nas vias já pavimentadas, mas com desgaste generalizado da camada de rolamento, a solução poderá consistir em recapeamento asfáltico, precedido de verificação da condição estrutural do pavimento existente. Quando houver deficiência de drenagem, a intervenção não deverá se limitar à aplicação de massa asfáltica, pois a ausência de escoamento

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

adequado poderá comprometer a durabilidade do serviço. Nesses casos, deverão ser avaliadas medidas de drenagem, sarjetas, meio-fio, recomposição de dispositivos de escoamento ou outras soluções compatíveis.

Nas ruas sem pavimentação adequada ou em trechos cuja condição inviabilize reparos pontuais, a Administração poderá adotar pavimentação parcial ou integral, conforme estudo específico, disponibilidade financeira, prioridade técnica e adequação ao período climático. Tal decisão deverá considerar a extensão do trecho, o fluxo de veículos e pedestres, a função urbana da via, o acesso a serviços públicos, a recorrência de reclamações e a possibilidade de atendimento progressivo.

6.5. Resultados esperados

Com a implementação da solução, espera-se promover a recuperação progressiva das condições de trafegabilidade da malha viária urbana do Município, especialmente nas vias mais afetadas por buracos, lama, alagamentos, erosões, deficiência de drenagem e deterioração estrutural do pavimento.

A melhoria das condições das vias deverá impactar diretamente o deslocamento da população, ampliando a segurança viária, reduzindo riscos de acidentes, diminuindo danos a veículos e facilitando o acesso a bairros, escolas, unidades de saúde, estabelecimentos comerciais e serviços públicos essenciais.

Espera-se, ainda, a mitigação dos efeitos negativos decorrentes do período chuvoso, com redução de pontos críticos de alagamento, melhoria das condições de drenagem urbana e diminuição da recorrência de danos estruturais ao pavimento, contribuindo para aumento da vida útil das intervenções realizadas.

Sob a perspectiva urbana e econômica, a solução deverá favorecer o funcionamento do comércio local, melhorar a circulação de pessoas e mercadorias, valorizar os espaços urbanos, fortalecer a organização territorial e contribuir para a melhoria da percepção social quanto à presença e à atuação do Poder Público.

No âmbito administrativo, espera-se o fortalecimento da capacidade institucional da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, com atuação baseada em planejamento, priorização técnica, controle da execução e melhor utilização dos recursos disponíveis, reduzindo intervenções improvisadas e ampliando a eficiência da gestão pública.

Do ponto de vista do controle, a sistemática adotada permitirá maior transparência, rastreabilidade e segurança jurídica, uma vez que cada intervenção estará vinculada a diagnóstico técnico, ordem formal, medição, relatório fotográfico e recebimento, possibilitando adequada prestação de contas e acompanhamento pelos órgãos de controle interno e externo.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Por fim, a solução contribuirá para transformar o diagnóstico territorial da malha viária de Tarauacá/AC em ações concretas, progressivas e mensuráveis, reduzindo o passivo urbano existente, ampliando a efetividade das políticas públicas de infraestrutura e assegurando retorno social compatível com os recursos investidos.

7. DA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS E DA VIABILIDADE TÉCNICA, ECONÔMICA E ADMINISTRATIVA DA CONTRATAÇÃO

A definição da solução proposta no presente Estudo Técnico Preliminar decorre de análise técnica estruturada das alternativas disponíveis, considerando não apenas a viabilidade jurídica da contratação, mas também sua adequação operacional, econômica e administrativa à realidade do Município de Tarauacá/AC, em conformidade com os princípios do planejamento, eficiência, economicidade e interesse público.

A necessidade de intervenção na malha viária municipal apresenta características específicas que influenciam diretamente na escolha do modelo de contratação, destacando-se sua natureza variável, progressiva, territorialmente dispersa, dependente de diagnóstico técnico contínuo, fortemente impactada pelas condições climáticas da região amazônica e vinculada à priorização administrativa conforme a criticidade das vias e o interesse público.

Diante desse cenário, foram consideradas as seguintes alternativas:

7.1. Da execução direta pelo Município como alternativa complementar

A execução direta dos serviços pela Administração Municipal foi analisada não apenas como possibilidade abstrata, mas como estratégia concreta e complementar de atuação administrativa. O Município de Tarauacá/AC encontra-se, inclusive, em fase de planejamento de contratação específica voltada à locação de veículos, máquinas, equipamentos e implementos operacionais, com o objetivo de ampliar sua capacidade própria de resposta às demandas de infraestrutura urbana, manutenção viária, recuperação de vias e apoio às ações da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Tal iniciativa demonstra que a Administração não pretende transferir integralmente ao particular a responsabilidade pela execução de todas as intervenções, tampouco atuar de forma dependente e passiva diante das necessidades da malha viária municipal. Ao contrário, busca-se estruturar modelo de atuação mais racional e eficiente, no qual a execução direta possa ser utilizada em situações compatíveis com a capacidade operacional do Município, especialmente em intervenções pontuais, serviços de menor complexidade, ações emergenciais e manutenções corretivas que exijam resposta imediata.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Conforme cotação de preços em andamento para locação de veículos, máquinas e equipamentos, há previsão de itens diretamente relacionados aos serviços de infraestrutura urbana e manutenção asfáltica, incluindo máquinas pesadas, mini equipamentos, rolos compactadores, equipamentos para pavimentação, recuperação e manutenção asfáltica, bem como implementos operacionais voltados à limpeza, preparação de superfícies, compactação, drenagem, movimentação de materiais e apoio às frentes de serviço. Essa contratação correlata possui relação funcional com o objeto ora estudado, na medida em que poderá permitir ao Município executar diretamente determinadas etapas ou intervenções, especialmente quando se tratar de demandas menores, localizadas ou urgentes.

Entretanto, embora a execução direta seja desejável e deva ser aproveitada sempre que técnica e economicamente adequada, ela não se mostra suficiente, isoladamente, para atender à integralidade da demanda municipal. O Município ainda depende da conclusão do procedimento licitatório voltado à locação dos equipamentos, da efetiva disponibilidade das máquinas, da existência de operadores, da capacidade de mobilização simultânea e da compatibilização entre equipe própria, insumos, logística e cronograma de execução. Além disso, determinados serviços exigem maior especialização técnica, equipamentos específicos, produtividade compatível e estrutura operacional que nem sempre estarão disponíveis diretamente à Administração no momento da demanda.

A realidade local também impõe cautela. Tarauacá está inserido em região de acesso complexo, dependente da BR-364 e sujeita a variações climáticas intensas, especialmente durante o inverno amazônico. Em demandas de pequena escala ou caráter emergencial, a mobilização de empresa externa pode revelar-se demorada, onerosa ou operacionalmente desvantajosa, sobretudo quando a contratada não possuir estrutura fixa no Município ou não tiver interesse econômico em manter equipe e equipamentos permanentemente disponíveis para acionamentos esporádicos. Nesses casos, a execução direta, quando viável, representa instrumento importante para resposta imediata da Administração.

Por outro lado, nas intervenções de maior porte, maior complexidade técnica, maior extensão territorial ou que demandem equipe especializada, controle tecnológico, equipamentos específicos e execução em escala, a contratação de empresa especializada permanece necessária e mais adequada ao interesse público. A execução indireta, nesse contexto, não substitui a capacidade própria do Município, mas a complementa, permitindo que a Administração escolha, para cada situação concreta, a forma mais eficiente de atendimento: utilização de insumos com aplicação pela equipe municipal, contratação dos serviços registrados, ou combinação entre ambos.

Dessa forma, a execução direta não deve ser descartada nem tratada como alternativa concorrente ao Registro de Preços ora pretendido. Ao contrário, ela integra a solução administrativa de maneira complementar, compondo modelo híbrido de atuação pública. Esse modelo permite maior flexibilidade operacional, melhor aproveitamento da estrutura municipal, redução de tempo de resposta em situações urgentes, diminuição da

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

dependência exclusiva de empresas externas e maior racionalidade no uso dos recursos públicos.

Assim, conclui-se que a execução direta pelo Município é tecnicamente possível em determinadas hipóteses e deverá ser utilizada sempre que houver disponibilidade de equipamentos, equipe, insumos e condições operacionais adequadas. Contudo, por não ser suficiente para atender sozinha à totalidade das demandas de pavimentação, recuperação, manutenção, drenagem e conservação viária, revela-se necessária a estruturação concomitante de Registro de Preços para fornecimento de insumos e execução de serviços especializados, assegurando à Administração instrumento mais amplo, flexível e eficiente para atendimento progressivo das necessidades da malha urbana de Tarauacá/AC.

Ressalta-se que a utilização da execução direta pela Administração não substitui o dever constitucional de licitar, tampouco configura mecanismo de afastamento da contratação pública, devendo ser empregada de forma complementar e dentro dos limites da capacidade operacional do Município, sem prejuízo da necessidade de estruturação de instrumento contratual adequado para atendimento das demandas que excedam essa capacidade.

7.2. Contratação por obra específica — modelo tradicional de empreitada

Também foi analisada a alternativa de contratação por meio de obra específica, com escopo previamente delimitado, projeto técnico completo, quantitativos definidos e execução integral em determinada rua, trecho ou conjunto fechado de intervenções.

Essa modelagem possui utilidade em hipóteses nas quais a Administração já dispõe de objeto plenamente definido, com solução técnica previamente consolidada, orçamento detalhado, cronograma físico-financeiro e execução contínua. Em tais casos, especialmente quando se tratar de intervenção estrutural única, com início, meio e fim claramente identificáveis, a contratação por obra específica pode se revelar juridicamente adequada e tecnicamente recomendável.

Todavia, a realidade atualmente enfrentada pelo Município de Tarauacá/AC não se limita a uma obra isolada, previamente definida e integralmente projetada. As necessidades da malha viária urbana são múltiplas, variáveis, territorialmente dispersas e dependentes de diagnóstico técnico individualizado. Há situações que podem exigir apenas tapa-buraco emergencial; outras demandam recomposição de base; outras podem exigir recapeamento, drenagem, sarjetas, meios-fios, calçadas ou pavimentação parcial; e, em determinadas hipóteses, poderá haver necessidade de pavimentação integral de trechos específicos.

Nesse contexto, a contratação exclusiva por obras específicas poderia gerar excessiva fragmentação administrativa, com necessidade de sucessivos processos licitatórios para cada rua ou conjunto reduzido de trechos, aumentando o tempo de resposta da

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Administração, a burocracia processual, os custos indiretos e o risco de descontinuidade das ações, especialmente diante da limitada janela climática favorável à execução dos serviços no período de estiagem.

Além disso, tal modelo não atende com a mesma eficiência às demandas pontuais, emergenciais ou corretivas que surgem ao longo do exercício, sobretudo aquelas que podem ser resolvidas por execução direta com apoio de insumos adquiridos, ou por contratação sob demanda de serviços já registrados. A necessidade municipal exige instrumento que permita respostas diferenciadas conforme o nível de gravidade, a solução técnica adequada e a capacidade operacional disponível no momento do acionamento.

Assim, a contratação por obra específica não é descartada como possibilidade futura para intervenções estruturantes, previamente projetadas e com escopo fechado. Contudo, ela não se apresenta como solução principal para o objeto deste ETP, cuja finalidade é estruturar mecanismo mais flexível para atender demandas recorrentes, variáveis e progressivas de manutenção, recuperação, recomposição e melhoria da malha viária urbana.

Ademais, a natureza variável, progressiva e territorialmente dispersa da demanda revela incompatibilidade entre o modelo de contratação por obra específica e a dinâmica das intervenções necessárias, uma vez que o Sistema de Registro de Preços não se destina à execução de obra com escopo fechado, mas à contratação de serviços padronizáveis e insumos para atendimento sob demanda.

7.3. Adesão a atas de registro de preços de outros órgãos

A possibilidade de adesão a atas de registro de preços de outros órgãos públicos também foi considerada, por se tratar de instrumento admitido no ordenamento jurídico, desde que observados os requisitos legais, a vantajosidade, a compatibilidade do objeto, a anuência do órgão gerenciador e do fornecedor, bem como a demonstração de que a adesão atende ao interesse público.

Entretanto, no caso concreto, a adesão a atas externas apresenta limitações relevantes. A contratação pretendida possui forte dependência da realidade local de Tarauacá/AC, especialmente quanto à entrega efetiva de insumos no Município, à execução de serviços dentro do perímetro urbano ou em áreas indicadas pela Administração, à mobilização de máquinas, equipamentos e equipes pela BR-364, à sazonalidade do inverno amazônico e à necessidade de atendimento sob demanda em diferentes níveis de complexidade.

Atas de outros órgãos podem ter sido formadas a partir de condições territoriais, logísticas, econômicas e operacionais distintas, sem considerar os custos específicos de transporte até Tarauacá, a disponibilidade local de estrutura operacional, a distância dos centros fornecedores, os riscos de deslocamento de equipamentos pesados e a necessidade de

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

compatibilização entre fornecimento de insumos, execução própria municipal e contratação de serviços especializados.

Além disso, a adesão a ata externa tende a reduzir a capacidade da Administração de modelar o objeto conforme sua realidade específica, sobretudo quanto à forma de disputa por percentual de desconto sobre a Tabela SINAPI/AC, às exigências de entrega no Município, ao controle de exequibilidade dos descontos e à previsão de acionamentos individualizados conforme projeto, levantamento técnico, ordem de serviço, medição e fiscalização.

Outro ponto relevante é que a Administração já vem estruturando contratação correlata para locação de máquinas, equipamentos e implementos operacionais, o que reforça a necessidade de compatibilizar o presente objeto com a execução direta parcial pelo Município. Uma ata externa dificilmente permitiria essa integração de forma suficientemente adequada, pois poderia não contemplar a flexibilidade necessária para alternar, conforme o caso concreto, entre aquisição de insumos para aplicação pela equipe municipal e execução de serviços pela contratada.

Dessa forma, embora a adesão a atas de outros órgãos possa ser útil em situações ordinárias e compatíveis, ela não se mostra a alternativa mais segura nem mais adequada para a presente contratação, diante da necessidade de planejamento próprio, disputa específica, adequação logística, controle de exequibilidade e integração com a estratégia municipal de execução direta complementar.

A utilização de ata externa também implica redução da autonomia administrativa e da governança contratual, limitando a capacidade do Município de ajustar exigências técnicas, condições de execução, critérios de medição, logística de entrega e mecanismos de controle à sua realidade específica.

7.4. Contratação por meio de Sistema de Registro de Preços próprio — solução escolhida

A contratação por meio de Sistema de Registro de Preços próprio foi identificada como a solução mais adequada, eficiente e juridicamente segura para o atendimento da necessidade pública identificada, especialmente porque permite conciliar a execução direta parcial pelo Município com a contratação de empresa especializada para fornecimento de insumos e execução de serviços quando necessário.

Esse modelo permite à Administração registrar preços para futuras aquisições de insumos e futuras execuções de serviços, sem obrigação de contratação integral, viabilizando o acionamento conforme demanda concreta, disponibilidade orçamentária, diagnóstico técnico, gravidade do problema e capacidade operacional disponível no momento da intervenção.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

A solução escolhida é especialmente adequada porque reconhece que nem todas as demandas exigirão a mesma resposta. Em alguns casos, a Administração poderá adquirir material betuminoso ou CBUQ e utilizar sua própria equipe, sobretudo em intervenções menores, emergenciais ou de manutenção corretiva pontual, desde que disponha dos equipamentos e condições operacionais necessários. Em outros casos, será mais eficiente acionar a empresa registrada para executar o serviço completo, especialmente quando a intervenção exigir maior especialização, escala, produtividade, equipamentos específicos ou mobilização técnica incompatível com a estrutura própria disponível.

A adoção de Sistema de Registro de Preços próprio permite estruturar a disputa conforme as condições reais de execução no Município de Tarauacá/AC, assegurando que os percentuais de desconto ofertados reflitam a totalidade dos custos envolvidos, incluindo logística, transporte, mobilização, condições climáticas e demais fatores que impactam diretamente a exequibilidade da contratação.

A utilização do percentual de desconto sobre tabela oficial confere objetividade, transparência e controle à contratação, ao mesmo tempo em que permite buscar economicidade sem afastar a análise de exequibilidade. Essa cautela é essencial para evitar propostas artificialmente vantajosas, formuladas com descontos incompatíveis com a realidade logística e operacional do objeto, que possam resultar em inadimplemento, recusa de fornecimento, atrasos, perda de qualidade ou pedidos indevidos de reequilíbrio econômico-financeiro.

Importa destacar que o SRP próprio não substituirá o planejamento técnico de cada intervenção. Cada acionamento deverá ser precedido de demanda concreta, levantamento ou projeto específico, indicação do local, definição da solução técnica, composição SINAPI aplicável, quantitativos, forma de execução, critérios de medição e fiscalização. A ata funcionará como instrumento de suporte à gestão, permitindo que a Administração contrate com maior celeridade e controle quando a necessidade estiver tecnicamente caracterizada.

Dessa forma, o SRP próprio apresenta melhor aderência à realidade municipal porque permite flexibilidade operacional, integração com execução direta, obtenção de preços competitivos, controle da vantajosidade, adequação às condições locais e capacidade de resposta progressiva às demandas da malha viária.

7.5. Conclusão quanto à adequação da solução escolhida

Diante da análise das alternativas consideradas, conclui-se que a solução mais adequada não consiste na adoção exclusiva de uma única forma de execução, mas na estruturação de modelo híbrido, planejado e tecnicamente controlado, em que a Administração possa utilizar execução direta quando viável e, simultaneamente, dispor de Ata de Registro de Preços própria para fornecimento de insumos e execução de serviços especializados quando necessário.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

A execução direta pelo Município possui papel relevante, especialmente para demandas menores, urgentes, localizadas ou de resposta imediata, desde que haja disponibilidade de equipe, máquinas, equipamentos e insumos. Entretanto, não é suficiente para atender isoladamente à totalidade das necessidades da malha viária urbana, sobretudo em intervenções de maior porte, maior complexidade, maior extensão ou que exijam produtividade e estrutura especializada.

A contratação por obra específica, embora adequada para intervenções fechadas e integralmente projetadas, não se mostra eficiente como solução principal para demandas variáveis, dispersas e recorrentes. A adesão a atas externas, por sua vez, apresenta limitações quanto à compatibilidade com a realidade logística de Tarauacá, à entrega efetiva no Município, ao controle de exequibilidade e à integração com a estratégia municipal de execução direta parcial.

Nesse cenário, o Sistema de Registro de Preços próprio representa a alternativa mais vantajosa e juridicamente adequada, por permitir que a Administração obtenha preços competitivos ajustados à realidade local, mantenha flexibilidade de acionamento, preserve o planejamento técnico por intervenção, reduza contratações fragmentadas, aproveite melhor a janela climática de execução e compatibilize os recursos disponíveis com a necessidade pública efetivamente demonstrada.

Assim, a solução escolhida revela-se tecnicamente justificada, economicamente racional, administrativamente eficiente e juridicamente adequada, por permitir que o Município de Tarauacá/AC atue com maior capacidade de resposta, planejamento, controle, economicidade e segurança na manutenção, recuperação, recomposição e melhoria da sua infraestrutura viária urbana.

Quadro comparativo das alternativas analisadas

Alternativa analisada	Vantagens identificadas	Limitações/Riscos	Adequação ao caso concreto
Execução direta pelo Município	Permite resposta rápida em demandas pequenas, urgentes ou localizadas; aproveita equipe municipal; reduz dependência de empresas externas em situações pontuais.	Depende da conclusão da licitação de locação de máquinas/equipamentos; pode haver limitação de equipe, operadores, insumos e capacidade simultânea de execução.	Adequada de forma complementar , especialmente para tapa-buracos, manutenções emergenciais e serviços de menor complexidade.
Contratação por obra específica/empreitada	Adequada para obra com escopo fechado, projeto	Pode gerar múltiplas licitações, demora, fragmentação, menor	Adequada apenas para intervenções estruturantes

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

	definido, quantitativos certos e execução integral por rua ou trecho.	flexibilidade e dificuldade de resposta durante o verão amazônico.	pontuais , não como solução principal para demanda variável e dispersa.
Adesão a atas de outros órgãos	Pode trazer rapidez em situações compatíveis; aproveita licitação já realizada por outro ente.	Pode não refletir custos de Tarauacá, logística da BR-364, entrega local, mobilização de equipamentos, execução sob demanda e desconto sobre SINAPI/AC.	Pouco adequada como solução principal , pela necessidade de modelagem própria e controle da exequibilidade.
SRP próprio para insumos e serviços	Permite competição específica para a realidade local; desconto sobre SINAPI/AC; execução sob demanda; integração com execução direta; controle de preços, fiscalização e exequibilidade.	Exige planejamento técnico por ordem, controle rigoroso de medições e análise de exequibilidade dos descontos ofertados.	Solução mais adequada , por equilibrar flexibilidade, economicidade, planejamento, controle e capacidade de resposta.

Da análise comparativa, verifica-se que a solução mais adequada não é a substituição integral da capacidade própria municipal pela execução indireta, mas a adoção de modelo híbrido, no qual a execução direta será utilizada quando técnica e operacionalmente viável, enquanto o Sistema de Registro de Preços próprio assegurará suporte contratual para fornecimento de insumos e execução de serviços especializados nas situações em que a Administração não disponha de estrutura suficiente ou em que a complexidade da intervenção exija maior capacidade técnica e operacional.

Assim, a solução escolhida não apenas atende aos requisitos legais da Lei nº 14.133/2021, mas também se revela a mais adequada sob os aspectos técnico, econômico e administrativo, por permitir atuação planejada, flexível, controlada e progressiva da Administração Pública, assegurando maior eficiência na aplicação dos recursos públicos e maior efetividade na resposta às demandas da malha viária urbana.

8. DO DIMENSIONAMENTO DA SOLUÇÃO E DA JUSTIFICATIVA DOS QUANTITATIVOS

O dimensionamento da solução proposta foi estruturado com base em abordagem técnico-administrativa compatível com a natureza do objeto, nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, considerando a necessidade pública identificada, a realidade territorial do Município de Tarauacá/AC, os levantamentos técnicos preliminares da malha viária urbana,

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

a existência de pontos críticos, a disponibilidade orçamentária e a característica sob demanda da contratação.

Por se tratar de contratação a ser processada por meio do Sistema de Registro de Preços, os quantitativos e valores previstos não representam obrigação de contratação integral pela Administração, mas constituem previsão de consumo potencial e limite máximo de planejamento da ata, a ser utilizado conforme a efetiva necessidade pública, a disponibilidade orçamentária, a priorização técnica das vias e a emissão das respectivas Ordens de Fornecimento ou Ordens de Serviço.

Ressalta-se que, em razão da natureza variável, progressiva e territorialmente dispersa da demanda, não se mostra tecnicamente viável a definição prévia de quantitativos físicos exatos por rua ou trecho nesta fase de planejamento. O dimensionamento, portanto, assume caráter estimativo e referencial, baseado em parâmetros financeiros, operacionais e territoriais, devendo a definição específica de cada intervenção ocorrer no momento do acionamento da ata, mediante levantamento técnico individualizado.

A solução foi organizada em dois eixos complementares: o Item 1, voltado à aquisição de insumos asfálticos, especialmente CBUQ e demais materiais correlatos constantes das composições do SINAPI; e o Item 2, voltado à execução de serviços de pavimentação, manutenção, recuperação, recomposição, drenagem, sarjetas, meios-fios, calçadas e demais serviços correlatos de infraestrutura urbana. Essa divisão permite à Administração atuar com maior flexibilidade, podendo adquirir apenas o insumo quando houver condições de execução direta, ou contratar a execução completa quando a intervenção exigir estrutura técnica, equipamentos, equipe e responsabilidade operacional da empresa registrada.

O dimensionamento considera, ainda, a existência de recursos financeiros previamente identificados, compreendendo emendas parlamentares no montante de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), além de previsão orçamentária municipal de até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para aquisição de insumos e até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para execução de serviços, totalizando o montante potencial de até R\$ 27.000.000,00 (vinte e sete milhões de reais), conforme planejamento administrativo. Tais valores não impõem execução integral, mas justificam a estruturação de ata em escala compatível com a dimensão da demanda urbana.

A existência de recursos formalmente destinados à pavimentação urbana reforça, inclusive, a necessidade de dimensionamento alinhado a metas físicas previamente delineadas. Os planos de trabalho vinculados às transferências especiais da Deputada Federal Socorro Neri e do Senador Márcio Bittar preveem, respectivamente, a pavimentação de aproximadamente 4 km e 2 km de vias urbanas, evidenciando a materialidade da demanda e a necessidade de intervenção estruturada para melhoria da mobilidade urbana.

Nesse contexto, os quantitativos estimados devem ser compreendidos como instrumentos de planejamento para atendimento progressivo da malha viária, e não como definição

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

prévia de execução em ruas específicas. Cada acionamento da ata dependerá de levantamento técnico próprio, relatório fotográfico, definição da solução aplicável, indicação da área ou extensão da intervenção, espessura, composição SINAPI correspondente, forma de execução, disponibilidade orçamentária, medição e fiscalização.

A eventual aquisição de CBUQ, por exemplo, não ocorrerá de forma abstrata ou desvinculada de necessidade técnica. Antes de qualquer fornecimento, a Administração deverá indicar o local de aplicação, a finalidade da intervenção, a forma de execução — direta ou indireta —, a espessura prevista, a composição referencial aplicável e os quantitativos efetivamente necessários para o trecho analisado.

Da mesma forma, a execução dos serviços não se dará de maneira genérica, devendo a Administração definir previamente a natureza da intervenção, se consistente em tapa-buraco emergencial, tapa-buraco estruturado, recomposição de base, recapeamento, pavimentação parcial, pavimentação integral, drenagem ou execução de elementos complementares, sempre com base em critérios técnicos e diagnóstico específico.

O dimensionamento proposto parte da premissa de que a demanda municipal é ampla, dispersa e variável. Não há, nesta fase, como afirmar que todas as ruas do Município serão contempladas, nem que os valores registrados serão integralmente utilizados. O objetivo é assegurar que a Administração disponha de instrumento contratual adequado para responder às necessidades prioritárias, considerando a criticidade das vias, a janela climática favorável, a disponibilidade de recursos e a capacidade operacional existente.

A definição dos quantitativos também considera a estratégia de execução híbrida adotada pelo Município. Parte das intervenções poderá ser realizada diretamente pela Administração, especialmente nos casos de menor complexidade ou caráter emergencial, desde que haja disponibilidade de máquinas, equipamentos, operadores e insumos. Outra parte demandará a contratação da execução pela empresa registrada, especialmente quando houver necessidade de equipamentos especializados, maior produtividade, estrutura técnica ou execução em escala.

Dessa forma, os quantitativos foram dimensionados de modo a permitir flexibilidade administrativa, evitando tanto a insuficiência da ata quanto o engessamento da execução. A Administração poderá utilizar os saldos registrados de forma progressiva, sempre vinculando cada contratação à necessidade concreta e tecnicamente demonstrada.

A adoção do critério de maior desconto sobre a Tabela SINAPI/AC influencia diretamente o alcance do dimensionamento, uma vez que a efetiva capacidade de execução dentro dos recursos disponíveis dependerá do percentual de desconto obtido na licitação, desde que formulado de maneira exequível e compatível com a realidade local.

Os registros públicos e manifestações sociais mencionados no presente estudo constituem elementos complementares de diagnóstico, evidenciando a percepção coletiva acerca das

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

condições da infraestrutura viária, sem prejuízo da análise técnica realizada pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, que permanece como referência para definição das prioridades de intervenção.

Esses elementos demonstram que o problema não é recente nem pontual, mas decorre de passivo urbano progressivo, agravado pelas condições climáticas, pela deficiência de drenagem e pela ausência histórica de intervenções estruturantes suficientes.

A atual Administração, iniciada em janeiro de 2025, ao estruturar a presente contratação, busca enfrentar esse passivo de forma planejada, técnica e juridicamente adequada, substituindo respostas reativas por modelo de atuação baseado em diagnóstico territorial, levantamento de prioridades, utilização de base georreferenciada, aplicação de parâmetros oficiais de preço e execução progressiva das intervenções.

As manifestações sociais recentes, inclusive em redes digitais, embora sujeitas a recortes opinativos, reforçam a percepção pública da precariedade da infraestrutura viária e evidenciam a necessidade de resposta administrativa estruturada. Tais registros são considerados elementos complementares de diagnóstico, não substituindo a análise técnica da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, responsável pela definição das prioridades de intervenção.

Nesse cenário, o dimensionamento da solução não decorre apenas das demandas atuais, mas também da necessidade de correção gradual de deficiências acumuladas, de forma responsável, técnica e compatível com a capacidade financeira e operacional do Município.

Conclui-se, portanto, que o dimensionamento proposto encontra-se tecnicamente justificado, sendo compatível com a natureza da contratação, com a disponibilidade de recursos, com a realidade territorial do Município de Tarauacá/AC e com o regime de execução sob demanda. Os quantitativos estimados não configuram obrigação de contratação integral, mas representam limite técnico-financeiro de planejamento, estruturado para assegurar flexibilidade administrativa, controle da execução e adequada resposta às necessidades da malha viária urbana, em observância aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público.

9. LEVANTAMENTO E ANÁLISE DE MERCADO

Em atendimento ao art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, realizou-se levantamento de mercado com vistas a identificar soluções disponíveis, modelos operacionais praticados, formas de composição de preços e alternativas de atendimento relacionadas ao fornecimento de insumos asfálticos e à execução de serviços de pavimentação, manutenção, recuperação, recomposição e conservação viária, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos do Município de Tarauacá/AC.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

O levantamento de mercado adotado neste estudo possui caráter qualitativo e metodológico, compatível com a natureza do objeto, não se limitando à coleta de preços, mas abrangendo análise das formas de execução praticadas, da estrutura operacional exigida, das alternativas de contratação disponíveis e das condições de exequibilidade no contexto específico do Município de Tarauacá/AC.

O levantamento demonstrou que o mercado pertinente é composto, em regra, por empresas especializadas no fornecimento de insumos betuminosos, especialmente Concreto Betuminoso Usinado a Quente — CBUQ, empresas executoras de serviços de pavimentação asfáltica, manutenção e recuperação viária, bem como prestadores que atuam de forma integrada, fornecendo material, equipe técnica, máquinas, equipamentos, operadores e estrutura operacional necessária à execução de intervenções em vias urbanas e rurais.

Verificou-se, ainda, que, para contratações dessa natureza, é prática consolidada a utilização de sistemas referenciais oficiais de custos, especialmente o SINAPI, com aplicação de percentual de desconto sobre as composições correspondentes, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, como forma de assegurar objetividade, transparência, padronização e controle da formação dos preços. No caso concreto, o aviso de cotação já prevê a adoção da Tabela SINAPI/AC como referência para formação dos preços, com aplicação de percentual de desconto sobre os itens e serviços a serem futuramente acionados pela Administração.

O mercado também evidencia que a execução de serviços de pavimentação e recuperação viária exige estrutura operacional compatível com a complexidade de cada intervenção, podendo envolver fornecimento de massa asfáltica, transporte, mobilização de máquinas, equipamentos de compactação, equipamentos de aplicação, equipe técnica, operadores, sinalização, controle da execução, medição e acompanhamento técnico. A depender da natureza da demanda, a Administração poderá optar pela aquisição isolada de insumos, quando possuir condições de execução direta, ou pela contratação da execução completa dos serviços, quando houver necessidade de maior capacidade técnica, produtividade ou especialização.

No caso de Tarauacá/AC, a análise de mercado deve considerar peculiaridades relevantes. O Município está localizado no interior do Estado do Acre, com dependência logística da BR-364 para deslocamento de insumos, equipes e equipamentos. Tais fatores logísticos impactam diretamente não apenas a formação dos preços, mas também a disponibilidade de fornecedores interessados, a competitividade do certame e a própria viabilidade de execução contratual. Essa circunstância afeta diretamente a composição dos preços, a disponibilidade de fornecedores, o tempo de mobilização, o risco operacional e a exequibilidade dos descontos ofertados. Assim, a disputa por maior desconto sobre a Tabela SINAPI/AC deverá considerar a efetiva entrega e execução no Município de Tarauacá/AC, não sendo suficiente a simples apresentação de percentual competitivo dissociado da realidade local.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

O levantamento ainda identificou que a execução direta pelo Município constitui alternativa possível e complementar, a ser utilizada dentro dos limites da capacidade operacional da Administração, especialmente para intervenções de menor complexidade ou caráter emergencial, não substituindo a necessidade de contratação estruturada para atendimento das demandas de maior escala ou complexidade técnica, especialmente para demandas menores, emergenciais ou localizadas, desde que haja disponibilidade de insumos, equipe, máquinas e equipamentos. A Administração, inclusive, encontra-se em fase de cotação para futura contratação de locação de veículos, máquinas, equipamentos e implementos, contemplando itens relacionados à infraestrutura urbana, manutenção viária, compactação, preparação de superfícies, drenagem e pavimentação asfáltica, o que demonstra planejamento integrado para ampliar sua capacidade própria de execução.

Todavia, o mercado local e regional nem sempre dispõe de empresas com estrutura fixa no Município ou com interesse econômico em manter equipe e equipamentos à disposição para demandas intermitentes. Essa realidade reforça a necessidade de solução flexível, capaz de combinar aquisição de insumos, execução direta parcial e contratação de serviços especializados quando necessário.

A análise de mercado também permitiu afastar, como solução principal, a contratação por obra específica para cada rua ou trecho, uma vez que tal modelo exigiria múltiplos processos, projetos individualizados prévios, licitações sucessivas e maior tempo de resposta. Embora a obra específica possa ser adequada para intervenções estruturantes de escopo fechado, ela não se mostra a alternativa mais eficiente para demandas variáveis, dispersas e progressivas, como aquelas verificadas na malha viária urbana de Tarauacá.

Também foi considerada a possibilidade de adesão a atas de registro de preços de outros órgãos. Contudo, tal alternativa apresenta limitações relevantes, pois atas externas podem não refletir a realidade logística de Tarauacá/AC, os custos de entrega no Município, a mobilização pela BR-364, a sazonalidade climática, a necessidade de execução sob demanda e a integração com a estratégia de execução direta parcial, além de limitar a capacidade de adaptação das condições contratuais às especificidades técnicas, logísticas e operacionais do Município, reduzindo a governança administrativa sobre a execução. Por essa razão, a realização de registro de preços próprio revela-se mais adequada, pois permite modelagem específica, disputa direcionada à realidade local, controle da exequibilidade e maior aderência ao planejamento municipal.

Diante desse cenário, conclui-se que o mercado possui agentes econômicos aptos, em tese, ao fornecimento de insumos e à execução dos serviços pretendidos, desde que a modelagem da contratação observe as condições reais de execução, estabeleça parâmetros técnicos claros e assegure mecanismos de controle da exequibilidade das propostas, desde que o edital estabeleça condições claras quanto à entrega em Tarauacá/AC, à execução sob demanda, ao uso do SINAPI/AC como referência, à

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

aplicação de percentual de desconto exequível, à necessidade de mobilização adequada e à fiscalização técnica de cada ordem emitida.

Assim, o levantamento de mercado confirma a adequação da solução escolhida: Registro de Preços próprio, por maior desconto sobre a Tabela SINAPI/AC, contemplando tanto o fornecimento de insumos quanto a execução de serviços de pavimentação, manutenção e recuperação viária, com possibilidade de utilização complementar da execução direta pelo Município. Tal modelagem apresenta melhor equilíbrio entre flexibilidade, economicidade, controle, exequibilidade e capacidade de resposta às necessidades da infraestrutura urbana de Tarauacá/AC.

Para fins da presente licitação, cuja modelagem adota o critério de maior desconto sobre a Tabela SINAPI/AC, não se exige, na fase de cotação ou disputa, a apresentação prévia de BDI individualizado por parte dos interessados, uma vez que o objeto será executado sob demanda, mediante Ordens de Fornecimento ou Ordens de Serviço específicas.

No que se refere à formação de preços e à composição de custos, destaca-se que, para a modelagem adotada — maior desconto sobre a Tabela SINAPI/AC — não se exige, na fase de cotação ou disputa, a apresentação prévia de BDI individualizado pelos licitantes, uma vez que a execução ocorrerá sob demanda, mediante elaboração de planilha técnica específica para cada Ordem de Serviço. As composições SINAPI aplicáveis, os custos diretos, as despesas indiretas, tributos, riscos, administração local, mobilização e demais encargos pertinentes, observadas as normas técnicas e os referenciais legais aplicáveis. Essa sistemática visa evitar distorções na formação dos preços, prevenir a duplicidade de incidência de parcelas de custo e assegurar que o BDI, quando aplicável, reflita efetivamente as condições reais de execução de cada intervenção autorizada.

Assim, o percentual de desconto ofertado na licitação incidirá sobre a base referencial definida pela Administração para cada acionamento da ata, conforme a Tabela SINAPI/AC vigente e a respectiva planilha de autorização de serviço, não sendo admitida cobrança adicional posterior sob alegação de BDI não considerado, salvo nos casos tecnicamente justificados e previamente previstos na composição da ordem emitida pela Administração.

Nos casos de simples fornecimento de insumos, como CBUQ posto usina ou outro material betuminoso, a Administração deverá observar a composição aplicável e a natureza do item, evitando a incidência indevida de parcelas típicas de execução de serviço quando se tratar apenas de aquisição de material. Já nos casos de execução de serviços de engenharia, o BDI eventualmente aplicável deverá constar expressamente da planilha da Ordem de Serviço, de modo transparente, motivado e compatível com o regime de execução autorizado.

Ressalta-se que a definição do BDI em cada Ordem de Serviço deverá observar parâmetros de razoabilidade, compatibilidade com a realidade local e aderência às práticas usuais de

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

mercado, de modo a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a vantajosidade da contratação para a Administração.

10. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS DE SOLUÇÃO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA

A definição da solução proposta decorre de análise técnica estruturada das alternativas disponíveis à Administração para enfrentamento das demandas de pavimentação, manutenção, recuperação e conservação da malha viária urbana de Tarauacá/AC, nos termos do art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

Foram considerados, para tanto, aspectos relacionados à realidade territorial do Município, à dificuldade logística de mobilização de insumos e equipamentos, à dependência da BR-364, à sazonalidade climática, à existência simultânea de demandas emergenciais e programadas, à possibilidade de execução direta parcial e à necessidade de assegurar economicidade sem comprometer a exequibilidade da contratação.

Inicialmente, avaliou-se a possibilidade de execução direta pelo Município, mediante utilização de equipe própria, insumos adquiridos e máquinas/equipamentos a serem disponibilizados em contratação correlata. Essa alternativa mostra-se relevante e deverá ser utilizada de forma complementar, especialmente em intervenções pontuais, urgentes ou de menor complexidade. Contudo, não se revela suficiente como solução única, tendo em vista a limitação da estrutura operacional própria da Administração para atendimento simultâneo de demandas mais amplas, complexas e territorialmente dispersas.

Também foi analisada a alternativa de contratação por obra específica, com escopo previamente definido, projeto completo e execução integral por rua ou trecho determinado. Embora adequada para intervenções estruturantes pontuais, essa modelagem não se mostra compatível com a natureza variável, progressiva e sob demanda das necessidades da malha viária municipal, exigindo múltiplos processos licitatórios, maior tempo de resposta e menor flexibilidade administrativa. Ademais, não se coaduna com a lógica de contratação por Registro de Preços, que não se destina à execução de obra com escopo fechado, mas à contratação de serviços padronizáveis e insumos para atendimento sob demanda.

A hipótese de adesão a atas de registro de preços de outros órgãos também foi considerada. Contudo, essa alternativa apresenta limitações relevantes, especialmente no que se refere à aderência às condições logísticas, operacionais e climáticas do Município de Tarauacá/AC, bem como à capacidade de controle e governança contratual pela Administração. Atas externas, em regra, não contemplam adequadamente custos de entrega no Município, mobilização de equipamentos, deslocamento pela BR-364, sazonalidade regional e necessidade de integração com eventual execução direta parcial.

Diante das alternativas analisadas, a solução que se revela mais adequada é a realização de Sistema de Registro de Preços próprio, com critério de julgamento por maior desconto

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

sobre a Tabela SINAPI/AC, contemplando tanto o fornecimento de insumos quanto a execução de serviços de pavimentação, manutenção, recuperação, recomposição e conservação viária.

A escolha dessa solução fundamenta-se em critérios técnicos, econômicos e operacionais, permitindo à Administração estruturar contratação compatível com a natureza da demanda, assegurando flexibilidade para execução sob demanda, maior capacidade de resposta às necessidades da malha viária, controle da execução por meio de ordens específicas, rastreabilidade das intervenções e compatibilização com a disponibilidade orçamentária.

A adoção de Registro de Preços próprio possibilita, ainda, a integração entre execução direta parcial e contratação de serviços especializados, permitindo que o Município utilize sua estrutura própria quando houver capacidade operacional disponível e recorra ao mercado quando a intervenção exigir maior escala, produtividade, equipamentos ou especialização técnica.

A utilização da Tabela SINAPI/AC como referência, associada à aplicação de percentual de desconto, encontra respaldo no art. 34 da Lei nº 14.133/2021 e confere maior objetividade, transparência, padronização e controle à formação dos preços, além de permitir atualização contínua dos valores de referência, reduzindo riscos de defasagem e perda de economicidade.

O desconto ofertado deverá incidir de forma linear sobre as composições aplicáveis, sendo vedada a adoção de descontos seletivos que possam comprometer a comparabilidade entre propostas ou gerar distorções na execução contratual, em consonância com o entendimento técnico dos órgãos de controle.

A modelagem adotada também contribui para mitigação dos riscos inerentes à contratação por preços unitários fixos, especialmente diante da volatilidade dos insumos asfálticos, combustíveis, fretes e custos logísticos. Ao vincular os acionamentos à Tabela SINAPI/AC vigente e ao percentual de desconto registrado, a Administração reduz a exposição a sobrepreço, defasagem de valores e pedidos recorrentes de reequilíbrio econômico-financeiro.

Importa destacar que a solução proposta não se confunde com contratação de obra pública por meio de ata de registro de preços, uma vez que não há definição prévia de escopo fechado, quantitativos exatos por trecho ou execução integral de empreendimento específico. A execução será sempre condicionada à existência de demanda concreta, levantamento técnico individualizado, definição da solução aplicável, emissão de ordem formal, medição e fiscalização, afastando-se qualquer hipótese de execução genérica ou desvinculada de planejamento.

Assim, a solução escolhida representa o melhor equilíbrio entre planejamento, flexibilidade, economicidade, controle, exequibilidade e segurança jurídica, permitindo à Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

enfrentar de forma estruturada, progressiva e racional as demandas da malha viária urbana de Tarauacá/AC, com adequada aplicação dos recursos públicos e observância aos princípios da legalidade, eficiência e interesse público.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação foi elaborada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, bem como com os parâmetros estabelecidos no Decreto Federal nº 11.462/2023 e no Decreto Municipal nº 129/2023, observando-se metodologia compatível com a natureza do objeto, com a modelagem por Sistema de Registro de Preços e com a utilização da Tabela SINAPI/AC como referência oficial para formação dos preços.

Considerando a natureza da contratação — baseada em execução sob demanda, com utilização de percentual de desconto sobre sistema referencial de custos — a estimativa não se estrutura como orçamento fechado com preços unitários fixos previamente definidos, mas como parâmetro técnico-financeiro de planejamento, destinado a dimensionar a futura Ata de Registro de Preços e assegurar capacidade de atendimento das demandas identificadas.

Para fins de levantamento de parâmetros de mercado, a Administração realizou pesquisa pública mediante aviso formal de cotação, com ampla divulgação, destinada à obtenção de referências iniciais de preços, estruturação do objeto e validação da modelagem proposta. O aviso contemplou tanto o fornecimento de insumos asfálticos quanto a execução de serviços de pavimentação, manutenção, recuperação e conservação viária, sem gerar obrigação de contratação com os participantes, servindo exclusivamente como instrumento de apoio à fase preparatória.

A pesquisa foi estruturada em dois eixos principais: o primeiro, relativo ao fornecimento de insumos asfálticos, especialmente Concreto Betuminoso Usinado a Quente — CBUQ, em padrões técnicos compatíveis com as composições do SINAPI; e o segundo, relativo à execução de serviços de engenharia, abrangendo pavimentação, recapeamento, recomposição de pavimento, drenagem, sarjetas, meios-fios, calçadas e demais intervenções correlatas.

Inicialmente, adotou-se como parâmetro referencial o montante de R\$ 15.000.000,00, distribuído entre insumos e serviços, com indicativo preliminar de desconto médio de 5% sobre a Tabela SINAPI/AC. Contudo, após reavaliação do planejamento administrativo e consolidação das fontes de recursos disponíveis, especialmente emendas parlamentares e previsão orçamentária municipal, a estimativa foi ampliada para o montante potencial de até R\$ 27.000.000,00 (vinte e sete milhões de reais), sendo R\$ 17.000.000,00 destinados ao fornecimento de insumos e R\$ 10.000.000,00 destinados à execução de serviços.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Essa ampliação não representa aumento arbitrário de valores, mas adequação do parâmetro financeiro à dimensão real da demanda urbana e à capacidade de investimento identificada pela Administração, permitindo que a futura Ata de Registro de Preços seja estruturada em escala compatível com o planejamento municipal.

Ressalta-se que os valores estimados possuem natureza meramente referencial e não constituem obrigação de contratação integral, uma vez que, por se tratar de Sistema de Registro de Preços, a execução dependerá da necessidade administrativa, da disponibilidade orçamentária, do percentual de desconto obtido na licitação e da emissão das respectivas Ordens de Fornecimento ou Ordens de Serviço.

A modelagem adotada — maior desconto sobre a Tabela SINAPI/AC — implica que a formação de preços ocorrerá de maneira dinâmica, considerando, em cada acionamento da ata, a tabela vigente à época da ordem, sobre a qual incidirá o percentual de desconto registrado. Tal sistemática permite maior aderência aos preços de mercado, reduzindo o risco de defasagem, sobrepreço ou perda de economicidade decorrente da fixação de valores estáticos ao longo do tempo.

No que se refere à composição dos custos, destaca-se que, nos casos de fornecimento de insumos, como CBUQ ou materiais betuminosos, deverá ser observada a natureza própria do item, evitando-se a inclusão indevida de parcelas típicas de execução de serviços. Já nos casos de execução de serviços de engenharia, a planilha correspondente à intervenção deverá refletir os custos efetivamente necessários, incluindo, quando cabível, o BDI — Benefícios e Despesas Indiretas — de forma transparente, motivada e compatível com o regime de execução autorizado.

A Administração dispõe de estudo técnico referencial de BDI, elaborado com base em parâmetros compatíveis com obras e serviços de pavimentação asfáltica e alinhado às diretrizes do Tribunal de Contas da União, especialmente o Acórdão nº 2.622/2013 — Plenário. Todavia, em razão da modelagem por Registro de Preços sob demanda, não se mostra tecnicamente adequado fixar previamente percentual único de BDI, devendo sua aplicação ocorrer de forma individualizada, quando da elaboração das planilhas específicas de cada Ordem de Serviço.

Essa sistemática não implica ausência de BDI, mas sua correta alocação no momento adequado da formação do preço, evitando tanto a subestimativa quanto a superestimativa dos custos indiretos, prevenindo distorções e assegurando maior compatibilidade com a realidade de cada intervenção.

Adicionalmente, destaca-se que o percentual de desconto ofertado pelos licitantes deverá contemplar todos os custos envolvidos na execução no Município de Tarauacá/AC, incluindo transporte pela BR-364, mobilização e desmobilização de equipamentos, deslocamento de equipes, encargos trabalhistas e previdenciários, tributos, seguros, riscos

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

logísticos e operacionais, administração local e demais despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto.

Na análise das propostas, deverão ser observados critérios rigorosos de exequibilidade, especialmente considerando as condições logísticas e operacionais locais. Descontos artificialmente elevados, dissociados da realidade de execução, poderão comprometer a viabilidade do contrato, razão pela qual a Administração poderá realizar diligências para verificação da consistência econômico-financeira das propostas apresentadas.

A utilização da Tabela SINAPI/AC como referência deverá observar sua natureza de sistema oficial de custos, baseado em metodologia própria da CAIXA/IBGE, sendo admitida, quando tecnicamente justificada, a utilização de composições complementares, cotações de mercado ou referências adicionais, como SICRO, DNIT ou ANP, especialmente para insumos sujeitos a variações significativas, como CAP, emulsões e materiais betuminosos.

Por fim, a memória de cálculo, os documentos de cotação, o estudo de BDI e a metodologia adotada deverão permanecer devidamente registrados nos autos do processo administrativo, assegurando transparência, rastreabilidade e controle pelos órgãos de fiscalização, nos termos da legislação vigente.

Conclui-se, portanto, que a estimativa do valor da contratação foi construída de forma compatível com a natureza do objeto, com a modelagem por Sistema de Registro de Preços, com a utilização de parâmetros oficiais de custo e com a necessidade de assegurar equilíbrio entre economicidade, competitividade, exequibilidade, transparência e qualidade da execução.

12. ANÁLISE DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

A análise de riscos da presente contratação foi elaborada com a finalidade de identificar, avaliar e propor medidas de mitigação para eventos que possam comprometer a adequada execução do objeto, a economicidade, a exequibilidade das propostas, a continuidade do fornecimento e a efetiva entrega dos resultados pretendidos pela Administração Municipal.

A contratação apresenta natureza técnica e operacional complexa, envolvendo fornecimento de insumos asfálticos e, quando necessário, execução de serviços de pavimentação, manutenção e recuperação viária, sob demanda, no âmbito do Sistema de Registro de Preços. Tal modelagem exige atenção especial à formação dos preços, à logística de execução no Município de Tarauacá/AC, à sazonalidade climática da região amazônica e ao controle técnico das Ordens de Fornecimento e Ordens de Serviço.

A análise de contratações similares evidencia que modelos baseados em preços unitários fixos — por tonelada, por item ou por serviço — apresentam riscos relevantes quando aplicados a objetos sujeitos à volatilidade de mercado, especialmente insumos

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

betuminosos, combustíveis, transporte e mobilização. Tais modelos tendem a gerar pedidos recorrentes de reequilíbrio econômico-financeiro, perda de economicidade ou até inviabilidade contratual.

Diante desse cenário, a modelagem adotada neste processo — baseada em percentual de desconto sobre a Tabela SINAPI/AC vigente à época de cada acionamento — constitui importante medida de mitigação, ao permitir atualização dinâmica da base de preços, maior aderência ao mercado e redução do risco de defasagem.

A análise dos riscos permitiu identificar cinco eixos principais:

12.1. Risco econômico-financeiro e de exequibilidade

Refere-se à possibilidade de apresentação de propostas com descontos excessivos, incompatíveis com os custos reais de execução no Município, bem como à variação de preços de insumos asfálticos, combustíveis, fretes, mobilização e demais componentes da execução.

Esse risco pode resultar em inexecução contratual, pedidos de reequilíbrio, paralisação dos serviços ou perda de economicidade.

A mitigação ocorre mediante:

- Utilização da Tabela SINAPI/AC como base referencial dinâmica
- Aplicação de desconto linear
- Análise rigorosa da exequibilidade
- Possibilidade de diligências
- Desclassificação de propostas inviáveis
- exigência de compatibilidade entre desconto e realidade operacional

12.2. Risco logístico e operacional

Decorre da realidade territorial do Município de Tarauacá/AC, da dependência da BR-364, das distâncias, da mobilização de equipamentos e da dificuldade de manutenção de estrutura permanente pelas empresas.

Esse risco pode ocasionar atrasos, descontinuidade da execução, aumento de custos e baixa capacidade de atendimento.

A mitigação envolve:

- Exigência de que os preços contemplem todos os custos logísticos
- Previsão expressa de execução no município
- Planejamento por ordens de serviço

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

- Avaliação da capacidade operacional da contratada
- Adoção de modelo híbrido (execução direta + contratação)

12.3. Risco climático e de execução

Relaciona-se à sazonalidade da região amazônica, especialmente ao período chuvoso, que compromete a execução de serviços de pavimentação e reduz a durabilidade das intervenções.

Pode gerar paralisações, retrabalho e desperdício de recursos.

A mitigação ocorre por:

- Planejamento conforme janela climática
- Priorização de ações emergenciais no inverno
- Execução estruturante no período de estiagem
- Avaliação técnica prévia de cada intervenção

12.4. Risco técnico e de qualidade da execução

Refere-se à possibilidade de execução inadequada dos serviços, incluindo uso de materiais incompatíveis, falhas de compactação, ausência de drenagem ou solução técnica inadequada.

Esse risco compromete a durabilidade do pavimento e a eficiência do gasto público.

A mitigação envolve:

- Diagnóstico técnico prévio
- Definição adequada da solução
- Utilização de composições sinapi
- Fiscalização técnica
- Registro fotográfico
- Medição por execução efetiva
- Recebimento condicionado à conformidade

12.5. Risco de governança, controle e fiscalização

Relaciona-se à natureza sob demanda da contratação, que exige controle rigoroso para evitar pagamentos indevidos, falhas de execução, baixa competitividade ou problemas ambientais.

A mitigação compreende:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

- Controle por Ordem de Serviço individualizada
- Rastreabilidade completa da execução
- Designação de fiscal técnico
- Documentação formal de medição e recebimento
- Ampla divulgação do certame
- Exigência de destinação adequada de resíduos

12.6. Considerações sobre BDI e composição de custos

A aplicação do BDI constitui ponto sensível da contratação, especialmente em razão da modelagem sob demanda. A fixação prévia de percentual único poderia gerar distorções, considerando a diversidade de intervenções possíveis.

Assim, a mitigação consiste na utilização de estudo referencial de BDI, com aplicação individualizada nas planilhas de cada Ordem de Serviço, quando cabível, observando a natureza da intervenção e os parâmetros jurisprudenciais.

12.7. Matriz consolidada de riscos:

Nº	Risco Consolidado	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Consequências	Medidas de Mitigação
1	Risco econômico-financeiro e de exequibilidade (descontos excessivos, variação de insumos, BDI, reequilíbrio)	Alta	Alto	Crítico	Inexecução contratual, pedidos de reequilíbrio, sobrepreço ou perda de economicidade	Uso da Tabela SINAPI/AC como base dinâmica; aplicação de percentual de desconto; análise rigorosa da exequibilidade; diligências; desclassificação de propostas inviáveis; aplicação do BDI por Ordem de Serviço; exigência de proposta final suficiente e exequível
2	Risco logístico e operacional (BR-364, mobilização, descontinuidade, capacidade da contratada)	Alta	Alto	Crítico	Atrasos, paralisação de serviços, aumento de custos, descontinuidade da execução	Inclusão de todos os custos logísticos no preço; exigência de entrega/execução em Tarauacá; planejamento por Ordens de Serviço; avaliação da capacidade operacional; modelo híbrido (execução direta + contratada)
3	Risco climático e de condições de execução (inverno amazônico)	Alta	Alto	Crítico	Paralisação, retrabalho, durabilidade baixa das intervenções	Planejamento conforme sazonalidade; priorização de serviços emergenciais no período chuvoso; execução estruturante no verão; adequação técnica por trecho
4	Risco técnico e de qualidade da execução (falha de execução ou solução inadequada)	Média	Alto	Alto	Pavimentação ineficiente, desperdício de recursos, necessidade de retrabalho	Diagnóstico técnico prévio; definição adequada da solução; uso de composições SINAPI; fiscalização técnica; relatórios fotográficos; medição por execução efetiva
5	Risco de gestão, controle e governança (fiscalização, dimensionamento, competitividade, ambiental e segurança)	Média	Alto	Alto	Pagamentos indevidos, falhas na execução, baixa competitividade, riscos operacionais e ambientais	Designação de fiscal técnico; controle por Ordem de Serviço; medição formal; ampla divulgação do certame; planejamento por demanda (SRP); exigência de destinação de resíduos e segurança na execução

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

12.8. Conclusão da análise de riscos

Da análise realizada, verifica-se que os riscos mais críticos concentram-se nos eixos econômico-financeiro, logístico, climático e de controle da execução.

Tais riscos são inerentes à natureza do objeto, porém previsíveis, controláveis e mitigáveis, desde que observadas as medidas estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar e aquelas a serem detalhadas no Termo de Referência e no edital.

A adoção do Sistema de Registro de Preços, associada ao uso da Tabela SINAPI/AC como base dinâmica e ao critério de maior desconto, constitui mecanismo adequado de mitigação dos riscos econômico-financeiros, especialmente quanto à variação de preços, defasagem de valores e pedidos de reequilíbrio.

A execução condicionada a Ordens de Serviço individualizadas, com fiscalização técnica documentada, assegura maior controle, rastreabilidade e segurança jurídica da contratação.

Conclui-se, portanto, que a solução proposta apresenta riscos compatíveis com sua natureza, sendo estes adequadamente mitigados pela modelagem adotada, revelando-se a contratação viável sob a perspectiva da gestão de riscos, da economicidade, da exequibilidade e do interesse público.

13. PREVISÃO NO PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL (PCA) E ALINHAMENTO ORÇAMENTÁRIO

A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento institucional da Administração Pública Municipal, constituindo medida necessária ao fortalecimento das ações de infraestrutura urbana, manutenção viária, mobilidade, trafegabilidade e recuperação progressiva da malha viária do Município de Tarauacá/AC.

Nos termos do art. 18, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, o Estudo Técnico Preliminar deve demonstrar a previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, sempre que elaborado, de modo a evidenciar sua compatibilidade com o planejamento da Administração. Nesse sentido, a contratação pretendida deverá ser registrada, compatibilizada ou vinculada ao planejamento anual das contratações da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, quando formalmente consolidado o PCA do exercício correspondente, por se tratar de demanda recorrente, estratégica e diretamente relacionada à continuidade dos serviços públicos de infraestrutura urbana.

A contratação também se mostra compatível com a programação administrativa voltada à recuperação de vias urbanas, execução de serviços de pavimentação, aquisição de insumos asfálticos, manutenção corretiva e preventiva, drenagem, sarjetas, meios-fios,

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

calçadas e demais intervenções necessárias à melhoria das condições de circulação no Município.

Registra-se que a solução pretendida guarda aderência com os instrumentos de planejamento orçamentário do Município, especialmente o Plano Plurianual — PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO e a Lei Orçamentária Anual — LOA, devendo a execução das despesas observar a existência de dotação orçamentária própria, a disponibilidade financeira, a fonte de recurso aplicável e a emissão das respectivas Ordens de Fornecimento ou Ordens de Serviço.

Considerando a modelagem por Sistema de Registro de Preços, a previsão orçamentária não implica obrigação de contratação integral dos valores estimados, mas assegura que cada acionamento da ata seja precedido da verificação da disponibilidade orçamentária e financeira correspondente. Assim, a contratação será executada de forma progressiva, conforme a necessidade pública, a priorização técnica das vias, o cronograma administrativo, os recursos disponíveis e o interesse público.

A contratação também se compatibiliza com os recursos específicos destinados ao Município para ações de pavimentação urbana, inclusive emendas parlamentares já identificadas, bem como com a previsão orçamentária municipal voltada à aquisição de insumos e execução de serviços de infraestrutura viária. Desse modo, o planejamento da contratação permite integrar diferentes fontes de recursos em uma solução administrativa única, flexível e controlada, sem afastar a necessidade de planejamento técnico e orçamentário específico para cada intervenção.

Dessa forma, conclui-se que a contratação possui compatibilidade com o planejamento institucional da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, com o Plano de Contratações Anual do exercício correspondente, quando formalmente consolidado, e com os instrumentos de planejamento orçamentário do Município, constituindo medida administrativa adequada, necessária e alinhada às prioridades públicas de mobilidade urbana, infraestrutura, segurança viária e melhoria da qualidade de vida da população de Tarauacá/AC.

14. RESULTADOS PRETENDIDOS COM A CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem como finalidade assegurar a melhoria contínua das condições de infraestrutura viária urbana do Município de Tarauacá/AC, mediante a disponibilização de solução administrativa estruturada, flexível, eficiente e tecnicamente adequada para o fornecimento de insumos asfálticos e a execução, sob demanda, de serviços de pavimentação, manutenção, recuperação e conservação de vias públicas.

Os resultados pretendidos devem ser compreendidos sob uma perspectiva multidimensional, abrangendo aspectos operacionais, técnicos, econômicos, institucionais,

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

sociais e urbanísticos, em consonância com os princípios do planejamento, eficiência, economicidade, transparência e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

Sob o aspecto operacional, busca-se assegurar a disponibilidade contínua de insumos e serviços necessários à execução de intervenções na malha viária urbana, permitindo resposta tempestiva às demandas emergenciais, corretivas e preventivas, especialmente em períodos críticos, como o inverno amazônico. A modelagem por Sistema de Registro de Preços viabiliza maior agilidade na emissão de Ordens de Fornecimento e Ordens de Serviço, reduzindo o tempo entre a identificação da necessidade e a efetiva intervenção, contribuindo para a continuidade e regularidade da prestação do serviço público.

No âmbito técnico, pretende-se garantir a adequada aplicação de soluções de engenharia compatíveis com a realidade de cada trecho, mediante diagnóstico prévio, definição da solução mais apropriada — tais como tapa-buraco, recapeamento, pavimentação parcial ou integral, drenagem, entre outros — e utilização de composições referenciadas na Tabela SINAPI/AC. Com isso, busca-se elevar o padrão de qualidade das intervenções, aumentar a durabilidade dos serviços executados, reduzir a incidência de retrabalho e ampliar a eficiência técnica da execução.

Sob o ponto de vista econômico, a contratação visa assegurar maior racionalidade na aplicação dos recursos públicos, por meio da utilização de sistema referencial oficial de custos atualizado e da adoção de critério de julgamento baseado em percentual de desconto. Essa modelagem proporciona maior aderência aos preços de mercado, reduzindo riscos de sobrepreço, defasagem de valores e necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro, ao mesmo tempo em que estimula a competitividade entre os licitantes e amplia a capacidade de execução dentro dos limites financeiros disponíveis.

No campo institucional e de governança, a contratação busca fortalecer os mecanismos de planejamento, controle e fiscalização da execução, mediante padronização de procedimentos, vinculação das intervenções a Ordens de Serviço individualizadas, realização de medições formais, registro documental e fotográfico das etapas executadas e rastreabilidade dos gastos. Com isso, pretende-se aprimorar a transparência, a accountability e a capacidade de gestão da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, assegurando maior controle sobre a execução contratual e melhor prestação de contas aos órgãos de controle interno e externo.

Sob a perspectiva logística e estratégica, a solução adotada permite a atuação integrada entre a execução direta pelo Município e a contratação de empresas especializadas, viabilizando modelo híbrido e complementar. Essa configuração assegura maior autonomia administrativa para atendimento de demandas emergenciais ou de menor complexidade, sem prejuízo da execução de intervenções de maior escala por meio da contratação, ampliando a capacidade operacional da Administração.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

No aspecto social, os resultados pretendidos concentram-se na melhoria efetiva das condições de trafegabilidade das vias urbanas, com redução de pontos críticos, eliminação de buracos e lama, aumento da segurança viária e melhoria das condições de mobilidade da população. Espera-se impacto direto sobre o deslocamento de pessoas e mercadorias, o funcionamento do comércio local, o acesso a serviços públicos essenciais e a qualidade de vida da população.

Adicionalmente, a contratação contribuirá para a mitigação de riscos à saúde pública associados à precariedade das vias urbanas, tais como acúmulo de água, proliferação de vetores e dificuldade de acesso a unidades de saúde, especialmente em áreas mais vulneráveis, reforçando o caráter preventivo das ações de infraestrutura urbana.

Sob a ótica urbanística e ambiental, pretende-se promover a organização do espaço urbano, a melhoria estética da cidade e a adequada execução de elementos complementares de infraestrutura, como sarjetas, meios-fios, calçadas e sistemas de drenagem, contribuindo para a sustentabilidade das intervenções, a preservação da estrutura viária e a redução de danos futuros.

Por fim, sob a perspectiva de resultados mensuráveis, a contratação permitirá acompanhar a evolução das condições da malha viária por meio de indicadores como número de intervenções realizadas, extensão de vias recuperadas, redução de pontos críticos, melhoria da trafegabilidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos, possibilitando avaliação contínua da efetividade da política pública implementada.

Dessa forma, conclui-se que a contratação pretendida não se limita à execução de serviços pontuais, mas se configura como instrumento estruturante de gestão da infraestrutura urbana, apto a gerar resultados concretos, progressivos e mensuráveis, alinhados às necessidades da população e às diretrizes de planejamento da Administração Pública Municipal.

15. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Previamente à celebração do contrato ou à formalização do instrumento equivalente decorrente da Ata de Registro de Preços, a Administração deverá adotar providências administrativas, técnicas, orçamentárias e jurídicas destinadas a assegurar que a futura execução ocorra de forma planejada, regular, fiscalizável e compatível com a necessidade pública efetivamente identificada.

Inicialmente, deverá ser confirmada a regularidade da fase preparatória da contratação, com a juntada aos autos do Documento de Formalização da Demanda, Estudo Técnico Preliminar, pesquisa de preços, memória de cálculo, justificativas técnicas, análise de riscos, Termo de Referência, minuta do edital e demais documentos exigidos pela Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto Municipal nº 129/2023 e demais normas aplicáveis.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Antes da formalização de cada contratação decorrente da ata, a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos deverá identificar a demanda concreta a ser atendida, indicando a rua, trecho, ponto crítico ou área de intervenção, acompanhada, sempre que possível, de relatório fotográfico, levantamento técnico, diagnóstico da situação existente e definição da solução adequada, seja aquisição de insumo, tapa-buraco, recomposição de base, recapeamento, drenagem, meio-fio, sarjeta, calçada, pavimentação parcial ou intervenção mais ampla.

Também deverá ser elaborada planilha técnica específica para cada Ordem de Fornecimento ou Ordem de Serviço, com indicação da composição SINAPI/AC aplicável, quantitativos estimados, unidade de medida, percentual de desconto registrado, eventual BDI quando cabível, local de aplicação, forma de execução, prazo e critérios de medição. Essa providência é essencial para evitar execução genérica, pagamento indevido ou utilização da ata sem vinculação a necessidade real.

A Administração deverá verificar previamente a existência de disponibilidade orçamentária e financeira para suportar a despesa, observando os recursos vinculados, emendas parlamentares, dotações próprias e demais fontes aplicáveis, sem prejuízo da natureza estimativa da Ata de Registro de Preços, que não impõe obrigação de contratação integral.

Antes da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, deverá ser confirmada a manutenção das condições de habilitação da empresa vencedora, especialmente regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária, jurídica, econômico-financeira e qualificação técnica, conforme exigências do edital e do Termo de Referência.

Deverá ser providenciada a designação formal do gestor e do fiscal do contrato, preferencialmente com indicação de servidor ou equipe técnica apta a acompanhar a execução dos serviços, conferir medições, verificar relatórios fotográficos, controlar ordens emitidas, atestar notas fiscais e registrar eventuais inconformidades.

Quando a contratação envolver execução de serviços, a Administração deverá exigir, antes do início da intervenção, a apresentação ou confirmação dos meios necessários à execução, incluindo equipe, equipamentos, máquinas, ferramentas, veículos, sinalização, EPIs, plano mínimo de mobilização e demais recursos compatíveis com a Ordem de Serviço.

No caso de aquisição de insumos, deverá ser previamente definido o local de entrega, forma de recebimento, responsável pelo atesto, condições de transporte, qualidade mínima exigida, documentação fiscal e eventual necessidade de controle técnico do material entregue.

A Administração deverá avaliar a compatibilidade da execução com o calendário climático local, priorizando intervenções estruturantes no período de estiagem e reservando ações

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

emergenciais ou paliativas para períodos de maior instabilidade climática, quando tecnicamente recomendável.

Todas as providências prévias deverão ser formalmente documentadas nos autos, de modo a assegurar rastreabilidade, transparência, controle interno e segurança jurídica na utilização da Ata de Registro de Preços.

Dessa forma, a celebração do contrato ou instrumento equivalente somente deverá ocorrer após a confirmação da necessidade concreta, disponibilidade orçamentária, definição técnica da intervenção, manutenção das condições de habilitação da contratada, designação da fiscalização e elaboração da respectiva Ordem de Fornecimento ou Ordem de Serviço, garantindo que a contratação seja executada de forma planejada, eficiente e compatível com o interesse público.

16. REQUISITOS TÉCNICOS DA CONTRATAÇÃO

Considerando que o objeto da contratação envolve o fornecimento de insumos asfálticos e, quando necessário, a execução de serviços de pavimentação, manutenção, recuperação, recomposição, drenagem e conservação viária, a futura contratada deverá comprovar efetiva pertinência com o ramo do objeto, regularidade técnica perante os conselhos profissionais competentes, capacidade operacional compatível e lastro documental fidedigno quanto à experiência anteriormente executada.

As exigências estabelecidas possuem caráter necessário, proporcional e adequado à natureza do objeto, não se destinando a restringir indevidamente a competitividade, mas a assegurar que a futura contratação seja executada por empresa que efetivamente possua capacidade técnica, operacional e profissional para atendimento das demandas do Município de Tarauacá/AC.

As exigências de qualificação técnica previstas neste Termo de Referência possuem fundamento no art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e destinam-se a comprovar que a licitante possui capacidade real para executar o objeto com segurança, qualidade, regularidade e responsabilidade técnica, especialmente diante da natureza dos serviços, da complexidade logística do Município de Tarauacá/AC, da execução sob demanda e da adoção do critério de julgamento por maior percentual de desconto sobre a Tabela SINAPI/AC.

A licitante deverá comprovar que pertence ao ramo de atividade compatível com o objeto da contratação, mediante análise de seu objeto social, atividades econômicas registradas, documentos cadastrais e demais elementos que demonstrem pertinência com o fornecimento de insumos asfálticos e/ou execução de serviços de pavimentação, recuperação, manutenção, recomposição, drenagem, meio-fio, sarjetas, calçadas e demais serviços correlatos de infraestrutura viária.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Quando a licitante participar para execução de serviços de engenharia, será exigido registro ou inscrição regular da empresa no conselho profissional competente, especialmente no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia — CREA, ou entidade equivalente, quando aplicável. Também será exigida a indicação de responsável técnico legalmente habilitado, com registro ativo e regular no respectivo conselho profissional, apto a supervisionar, orientar e responder tecnicamente pela execução dos serviços, inclusive mediante emissão das Anotações de Responsabilidade Técnica — ARTs, quando cabíveis.

A licitante deverá comprovar aptidão técnico-operacional compatível com o objeto, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre(m) a execução anterior de fornecimento de insumos asfálticos e/ou serviços de natureza semelhante ou compatível com o objeto licitado. Os atestados deverão indicar, de forma clara e verificável, o contratante, o objeto executado, o período de execução, a natureza dos serviços ou fornecimentos, os quantitativos compatíveis e relevantes, quando aplicáveis, o local de execução e demais elementos que permitam aferir a compatibilidade com a contratação pretendida, vedada a exigência de comprovação excessiva ou desproporcional.

Não serão admitidos, para fins de comprovação técnica, atestados genéricos, imprecisos, sem identificação suficiente do objeto, sem indicação do contratante, sem lastro documental ou que não permitam verificar a efetiva execução anterior de objeto compatível. A Administração poderá realizar diligências para confirmar a veracidade, a consistência e a materialidade dos atestados apresentados, podendo exigir contratos, notas fiscais, ordens de serviço, medições, termos de recebimento, relatórios técnicos, ARTs, CATs, comprovantes de pagamento ou outros documentos aptos a comprovar a efetiva execução do objeto declarado. A Administração poderá, ainda, realizar diligência diretamente junto ao emitente do atestado, quando necessário, a fim de validar as informações apresentadas e aferir a compatibilidade técnica do objeto executado.

Nos casos de fornecimento de insumos asfálticos, a licitante deverá demonstrar experiência compatível com fornecimento de CBUQ, materiais betuminosos, emulsões, CAP ou insumos correlatos, mediante documentos que comprovem entrega efetiva, regularidade do fornecimento e compatibilidade com a natureza do objeto. Nos casos de execução de serviços, deverá demonstrar experiência compatível com pavimentação asfáltica, tapa-buraco, recapeamento, recomposição de pavimento, recuperação viária, drenagem, sarjetas, meio-fio, calçadas ou serviços correlatos de infraestrutura urbana ou viária.

Será exigido que a licitante demonstre possuir ou ter condições de disponibilizar estrutura operacional compatível com a execução das Ordens de Fornecimento e Ordens de Serviço, incluindo equipe técnica, profissionais operacionais, máquinas, equipamentos, ferramentas, veículos, sinalização, equipamentos de proteção individual e coletiva, bem como logística necessária ao atendimento no Município de Tarauacá/AC.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

A empresa contratada deverá observar, em toda execução, as normas técnicas aplicáveis à natureza de cada intervenção, especialmente as normas da ABNT, DNIT/IPR, DER/AC, SINAPI/SICRO, quando cabíveis, além das especificações constantes do edital, deste Termo de Referência, das Ordens de Fornecimento, das Ordens de Serviço e das planilhas técnicas autorizadas pela Administração.

Para os serviços de pavimentação asfáltica com concreto asfáltico, deverão ser observadas, no que forem aplicáveis e compatíveis com a natureza da intervenção, as especificações técnicas do DNIT relativas a pavimentos flexíveis e concreto asfáltico, especialmente a DNIT 031/2024-ES – Pavimentação – Concreto Asfáltico – Especificação de Serviço, ou norma que venha a substituí-la. Essa norma estabelece a sistemática para produção e execução de camada de pavimento com mistura asfáltica densa usinada a quente, composta por cimento asfáltico convencional, agregados, filer e, quando necessário, material de enchimento ou melhorador de adesividade.

Para os serviços de drenagem, sarjetas, valetas, meios-fios, guias e dispositivos correlatos, deverão ser observadas, no que couber e quando compatíveis com a natureza da intervenção municipal, as especificações técnicas do DNIT/IPR aplicáveis à drenagem, especialmente a DNIT 018/2023-ES – Drenagem – Sarjetas e Valetas e a DNIT 020/2023-ES – Drenagem – Meios-fios e Guias, ou normas que venham a substituí-las.

A Administração poderá utilizar, ainda, os manuais técnicos do DNIT como referência subsidiária para planejamento, fiscalização e controle dos serviços de conservação, manutenção e recuperação viária, especialmente o Manual de Conservação Rodoviária – IPR 710, sem que isso implique transferência de regime jurídico federal à contratação municipal ou restrição indevida à competitividade. Referidos instrumentos serão utilizados como parâmetros técnicos de boas práticas, qualidade, segurança, durabilidade e controle, no que forem compatíveis com o objeto e com a realidade local.

A utilização dessas normas e referenciais técnicos não implica obrigatoriedade absoluta de adoção de soluções padronizadas quando houver alternativa técnica equivalente, desde que devidamente justificada, compatível com o objeto, aceita pela fiscalização da Administração e preservados os padrões mínimos de qualidade, segurança e durabilidade.

Não se aplicam ao presente objeto normas específicas de hidrovias, navegação ou transporte aquaviário, por não guardarem pertinência direta com a contratação. Pontes, bueiros, sarjetas, meios-fios e dispositivos de drenagem, quando contemplados, deverão ser tratados conforme sua natureza técnica própria — obras de arte, drenagem ou infraestrutura viária terrestre — observadas as normas correspondentes e a compatibilidade com o escopo licitado.

Não será admitida a execução de serviços de forma genérica, informal ou desvinculada de planejamento técnico, devendo cada intervenção estar vinculada a Ordem de Serviço

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

específica, com definição prévia de escopo, quantitativos, solução técnica, composição aplicável, critérios de medição, prazo de execução e responsável pela fiscalização.

Não será admitida a aplicação indiscriminada de massa asfáltica em locais que demandem previamente recomposição de base, drenagem, regularização, compactação ou outra intervenção necessária à durabilidade do serviço. A definição da solução técnica cabível deverá observar o diagnóstico da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e a fiscalização técnica designada.

A contratada deverá declarar expressamente que os preços e percentuais de desconto ofertados contemplam todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto no Município de Tarauacá/AC, incluindo frete, transporte, mobilização, desmobilização, encargos trabalhistas e previdenciários, tributos, seguros, administração local, riscos, lucro, equipamentos, mão de obra, sinalização, EPIs e demais despesas indispensáveis à execução contratual.

A fiscalização técnica da Administração deverá acompanhar a execução dos serviços, conferir medições, verificar a conformidade dos materiais, controlar os quantitativos executados, registrar relatórios fotográficos antes, durante e após a execução, atestar o recebimento e apontar eventuais inconformidades.

A medição e o pagamento somente poderão ocorrer com base nos quantitativos efetivamente executados e aceitos pela fiscalização, vedado o pagamento por estimativa genérica, por simples disponibilização de equipe ou por serviços não comprovadamente executados e aceitos pela fiscalização.

A contratada deverá observar as especificações técnicas dos insumos e serviços previstos nas composições oficiais utilizadas, inclusive fichas técnicas SINAPI, normas DNIT/IPR, ABNT, DER/AC e referências complementares justificadas pela Administração, quando aplicáveis.

Dessa forma, os requisitos técnicos estabelecidos neste Termo de Referência possuem caráter obrigatório e indispensável, destinando-se a assegurar que a empresa contratada possua efetiva capacidade técnica, regularidade profissional, estrutura operacional compatível, experiência comprovada e condições reais de execução no Município de Tarauacá/AC, garantindo a entrega de serviços com qualidade, segurança, durabilidade, exequibilidade e aderência ao interesse público, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e planejamento.

17. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E INTERDEPENDENTES

A presente contratação possui relação direta com outras iniciativas administrativas em andamento e planejadas pela Prefeitura Municipal de Tarauacá/AC, especialmente aquelas voltadas à execução de obras de pavimentação urbana, manutenção da malha viária e

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

ampliação da capacidade operacional da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Nesse contexto, destaca-se a realização da Concorrência Eletrônica nº 90007/2026, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada em engenharia para execução de obra de pavimentação das Ruas Projetadas 03 e 05, localizadas no Bairro Corcovado, em atendimento ao Convênio nº 943575/2023 celebrado com o Ministério das Cidades.

Referida contratação possui natureza de obra estruturante, com escopo definido, recursos vinculados e execução contratual específica, voltada à implantação de infraestrutura viária permanente em área determinada do Município.

A contratação ora proposta, por sua vez, possui natureza distinta e complementar, estando estruturada sob a forma de Sistema de Registro de Preços para fornecimento de insumos asfálticos e execução de serviços de manutenção, recuperação, recomposição e conservação viária, sob demanda, em toda a malha urbana do Município.

Dessa forma, verifica-se que ambas as contratações não se confundem, mas se complementam no âmbito da política pública de infraestrutura urbana, na medida em que:

a contratação decorrente do convênio atende a uma intervenção específica, com escopo fechado e financiamento externo vinculado;

a presente contratação atende às demandas contínuas, emergenciais, corretivas e preventivas da malha viária municipal, permitindo atuação permanente da Administração.

Adicionalmente, encontra-se em fase de planejamento e cotação de preços a contratação de locação de veículos, máquinas e equipamentos, os quais poderão ser utilizados pela Administração na execução direta de serviços de menor complexidade, tais como tapa-buracos, pequenas intervenções corretivas, transporte de materiais, apoio logístico e manutenção localizada.

Essa contratação correlata reforça a estratégia de atuação híbrida adotada pela Administração, permitindo:

execução direta de intervenções emergenciais ou de baixa complexidade, com uso de estrutura própria e equipamentos locados;

contratação de empresa especializada, quando a intervenção exigir maior escala, responsabilidade técnica, produtividade ou complexidade operacional.

A relação entre as contratações descritas é de complementaridade técnica e operacional, e não de interdependência obrigatória. A execução da presente contratação não depende da conclusão das demais, tampouco a contratação vinculada ao convênio substitui a necessidade da solução ora proposta.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Por outro lado, a integração entre essas iniciativas possibilita:

maior eficiência na alocação de recursos públicos;
melhor planejamento das intervenções urbanas;
ampliação da capacidade de resposta da Administração;
redução de custos operacionais em demandas de pequena escala;
melhor utilização de insumos adquiridos e serviços contratados.

Eventuais outras contratações correlatas, como aquisição de materiais de drenagem, combustíveis, manutenção de máquinas, serviços de apoio técnico, controle tecnológico ou transporte de insumos, poderão ser realizadas em processos próprios, conforme necessidade administrativa, sem prejuízo da articulação técnica com o objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

Dessa forma, conclui-se que a presente contratação está inserida em um conjunto integrado de ações voltadas à melhoria da infraestrutura urbana do Município de Tarauacá/AC, possuindo relação de complementaridade com a Concorrência Eletrônica nº 90007/2026 (Convênio nº 943575/2023) e com a futura contratação de locação de máquinas e equipamentos, contribuindo para a implementação de política pública contínua, estruturada e eficiente de recuperação e manutenção da malha viária municipal.

18. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

A presente contratação, embora voltada à melhoria da infraestrutura viária urbana, poderá gerar impactos ambientais diretos e indiretos durante o fornecimento de insumos asfálticos e a execução de serviços de pavimentação, manutenção, recomposição, drenagem, sarjetas, meios-fios, calçadas e demais intervenções correlatas. Tais impactos, entretanto, são previsíveis, controláveis e mitigáveis, desde que observadas as normas ambientais aplicáveis, as boas práticas de engenharia, as especificações técnicas do Termo de Referência e as orientações da fiscalização da Administração.

Os principais impactos ambientais potenciais relacionam-se à geração de resíduos provenientes de demolição, corte, requadramento, limpeza, retirada de material deteriorado, entulhos, solo, sedimentos, restos de pavimento, embalagens, materiais contaminados ou excedentes de obra. Também podem ocorrer emissão de poeira, ruídos, movimentação de máquinas, interferência temporária no tráfego, consumo de combustíveis, risco de derramamento de óleos, graxas ou materiais betuminosos, além de eventual obstrução provisória de dispositivos de drenagem durante a execução dos serviços.

No caso específico do Município de Tarauacá/AC, os impactos ambientais devem ser analisados em conjunto com a realidade climática e urbana local, especialmente em razão do período chuvoso, da existência de áreas sujeitas a alagamentos, do acúmulo de sedimentos, da presença de igarapés, bueiros, sarjetas e demais dispositivos de drenagem.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

A execução inadequada de serviços de pavimentação ou a ausência de limpeza e destinação correta de resíduos pode agravar problemas de drenagem, provocar assoreamento, dificultar o escoamento das águas pluviais e comprometer a durabilidade das intervenções.

Dessa forma, a contratada deverá adotar medidas preventivas e mitigadoras durante toda a execução, cabendo-lhe manter a área de intervenção limpa, organizada e sinalizada, recolher e destinar adequadamente os resíduos gerados, evitar o lançamento de materiais em vias, calçadas, bueiros, igarapés, terrenos baldios ou áreas ambientalmente sensíveis, bem como impedir a obstrução de dispositivos de drenagem e o carreamento de sedimentos para cursos d'água ou redes pluviais.

A contratada deverá, ainda, adotar cuidados específicos no transporte, armazenamento, manuseio e aplicação de materiais betuminosos, CBUQ, emulsões, CAP e demais insumos correlatos, prevenindo derramamentos, perdas, contaminação do solo, danos a dispositivos urbanos e riscos à segurança de trabalhadores, pedestres e usuários da via. Eventuais resíduos contaminados ou materiais impróprios deverão receber tratamento e destinação compatíveis com sua natureza, observadas as normas ambientais e sanitárias pertinentes.

A movimentação de máquinas e equipamentos deverá observar boas práticas de segurança e controle ambiental, com adoção de medidas para reduzir poeira, ruídos excessivos, emissão de poluentes, danos a calçadas, meio-fio, sarjetas, redes de drenagem e áreas adjacentes. Sempre que possível, as frentes de serviço deverão ser organizadas de modo a minimizar transtornos à população, preservar acessos essenciais, garantir sinalização adequada e reduzir o tempo de exposição da via à intervenção.

Nos serviços que envolverem drenagem, sarjetas, meios-fios, bueiros, valetas ou dispositivos correlatos, a execução deverá priorizar soluções que favoreçam o adequado escoamento das águas pluviais, reduzam empoçamentos, evitem erosões e contribuam para a maior vida útil do pavimento. Não será admitida intervenção que, por falha técnica ou ausência de planejamento, agrave alagamentos, retenha água sobre a pista ou transfira o problema para áreas vizinhas.

A Administração deverá exigir que cada Ordem de Serviço contemple, quando aplicável, medidas mínimas de controle ambiental, limpeza, remoção de resíduos, proteção de dispositivos de drenagem, sinalização e recomposição da área afetada. O recebimento dos serviços deverá considerar não apenas a execução física do objeto, mas também a limpeza final, a retirada de materiais excedentes, a desobstrução de bueiros ou sarjetas eventualmente afetados e a inexistência de passivos ambientais decorrentes da intervenção.

A fiscalização técnica deverá acompanhar o cumprimento dessas medidas, registrando eventuais inconformidades e podendo exigir a correção imediata de práticas que possam causar dano ambiental, risco sanitário, obstrução de drenagem, descarte irregular de

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

resíduos ou prejuízo à população. O descumprimento das obrigações ambientais deverá sujeitar a contratada às sanções previstas no edital, no contrato e na legislação aplicável, sem prejuízo da obrigação de reparar integralmente os danos causados.

A contratação também poderá gerar impactos ambientais positivos, na medida em que a melhoria da pavimentação, a recuperação de drenagem, a adequação de sarjetas e meios-fios e a redução de pontos de lama, erosão e alagamento contribuem para a organização do espaço urbano, redução de sedimentos nas vias, melhoria das condições sanitárias, diminuição de áreas de água parada e maior eficiência no escoamento das águas pluviais.

Assim, conclui-se que os impactos ambientais decorrentes da contratação são compatíveis com a natureza dos serviços pretendidos e podem ser adequadamente mitigados mediante planejamento técnico, execução responsável, controle de resíduos, proteção dos dispositivos de drenagem, fiscalização efetiva e observância das normas ambientais aplicáveis. A adoção dessas medidas assegura que a contratação contribua não apenas para a melhoria da infraestrutura viária, mas também para a salubridade urbana, a sustentabilidade das intervenções e a proteção do meio ambiente local.

19. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E FORMA DE ADJUDICAÇÃO

A presente contratação deverá adotar como critério de julgamento o menor preço, aferido pelo maior percentual de desconto por item sobre a Tabela SINAPI/AC, em razão da natureza do objeto, da utilização de sistema oficial de referência de custos e da necessidade de assegurar objetividade, transparência, economicidade e controle na formação dos preços.

O critério de julgamento da licitação será o de menor preço, apurado por meio do maior percentual de desconto por item, incidente sobre a Tabela SINAPI/AC vigente à época da execução.

A disputa ocorrerá por item, sendo vencedor o licitante que ofertar o maior percentual de desconto para cada item, observadas as condições de exequibilidade da proposta e demais requisitos do edital.

O julgamento por maior percentual de desconto mostra-se mais adequado do que a adoção de menor preço global em valor absoluto, uma vez que a contratação será executada sob demanda, mediante Ordens de Fornecimento ou Ordens de Serviço, com aplicação do desconto registrado sobre as composições SINAPI/AC pertinentes a cada acionamento da ata.

A adjudicação deverá ocorrer por item, observada a distinção técnica e econômica entre o fornecimento de insumos asfálticos e a execução de serviços de pavimentação, manutenção, recuperação, recomposição, drenagem e conservação viária. Essa separação é necessária porque insumos e serviços possuem estruturas de custo distintas, diferentes

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

incidências de encargos, logística, mobilização, equipamentos, mão de obra, BDI e responsabilidades técnicas específicas.

Dessa forma, o certame deverá ser estruturado, no mínimo, em itens autônomos, contemplando o Item 1 – fornecimento de insumos asfálticos e o Item 2 – execução de serviços de pavimentação, manutenção, recuperação, recomposição, drenagem e conservação viária, podendo a Administração detalhar subitens conforme as composições aplicáveis, desde que preservada a lógica de julgamento por item e a ampla competitividade.

O percentual de desconto ofertado deverá incidir sobre a base referencial correspondente ao item disputado, vedada a compensação indevida entre fornecimento de insumos e execução de serviços. Essa modelagem reduz o risco de distorções na formação dos preços, jogo de planilha, proposta artificialmente vantajosa ou inexecutável, além de permitir análise mais precisa da compatibilidade entre o desconto ofertado e a realidade de execução no Município de Tarauacá/AC.

Assim, conclui-se que o critério mais adequado para a presente contratação é o menor preço, apurado pelo maior percentual de desconto por item sobre a Tabela SINAPI/AC, com adjudicação por item, assegurando competitividade, economicidade, exequibilidade, transparência e segurança jurídica.

20. CONCLUSÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Após a análise dos elementos técnicos, jurídicos, econômicos, operacionais, logísticos, orçamentários e ambientais envolvidos, conclui-se que a contratação pretendida se mostra necessária, viável, adequada e vantajosa para a Administração Pública Municipal.

O presente Estudo Técnico Preliminar demonstrou que o Município de Tarauacá/AC enfrenta demanda concreta, recorrente e tecnicamente identificada relacionada à manutenção, recuperação, recomposição e melhoria da malha viária urbana, especialmente em razão das condições climáticas da região amazônica, da sazonalidade do inverno, da deficiência de drenagem em determinados pontos, da existência de vias com buracos, lama, erosões, alagamentos e da necessidade de assegurar melhores condições de trafegabilidade, mobilidade urbana, segurança viária e qualidade de vida à população.

A solução proposta, consistente no Registro de Preços para futura e eventual contratação, sob demanda, de empresa especializada no fornecimento de insumos asfálticos e, quando necessário, na execução de serviços de pavimentação asfáltica, manutenção, recuperação, recomposição, drenagem e conservação viária, revela-se compatível com a natureza variável, progressiva e territorialmente dispersa das demandas municipais.

A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada porque permite à Administração atuar de forma planejada, flexível e controlada, sem obrigação de

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

contratação integral dos valores estimados, possibilitando o acionamento da ata conforme a necessidade pública efetivamente demonstrada, a disponibilidade orçamentária, a priorização técnica das vias, a janela climática favorável e a emissão das respectivas Ordens de Fornecimento ou Ordens de Serviço.

Também restou demonstrado que a modelagem escolhida permite compatibilizar a execução direta pelo Município com a contratação de empresa especializada, consolidando modelo híbrido de atuação administrativa. Dessa forma, a Administração poderá utilizar insumos adquiridos para intervenções de menor complexidade, urgentes ou localizadas, quando dispuser de equipe, máquinas e condições operacionais, e acionar a empresa registrada nas hipóteses em que a intervenção exigir maior escala, produtividade, equipamentos específicos, responsabilidade técnica ou execução integral dos serviços.

A utilização da Tabela SINAPI/AC como referência oficial de custos, associada ao critério de julgamento por maior percentual de desconto, confere objetividade, transparência, comparabilidade e controle à formação dos preços, reduzindo riscos de sobrepreço, defasagem de valores e perda de economicidade. Ao mesmo tempo, exige da Administração análise rigorosa da exequibilidade dos descontos ofertados, especialmente diante da realidade logística de Tarauacá/AC, da dependência da BR-364, dos custos de transporte, mobilização, desmobilização, encargos, riscos climáticos e demais despesas indispensáveis ao cumprimento do objeto.

O estudo também demonstrou que os valores estimados possuem natureza de parâmetro técnico-financeiro máximo de planejamento da Ata de Registro de Preços, não constituindo obrigação de contratação integral. A execução dependerá sempre de demanda concreta, levantamento técnico, definição da solução adequada, composição SINAPI aplicável, disponibilidade orçamentária, emissão de ordem formal, medição, fiscalização e recebimento.

Foram analisadas alternativas possíveis, incluindo execução direta, contratação por obra específica e adesão a atas de outros órgãos, concluindo-se que o Registro de Preços próprio representa a solução mais adequada ao caso concreto, por permitir maior aderência à realidade local, integração com a estratégia municipal de execução direta, controle da exequibilidade, flexibilidade operacional e capacidade de resposta progressiva às demandas da malha viária.

A análise de riscos evidenciou que a contratação envolve riscos econômico-financeiros, logísticos, climáticos, técnicos e de governança, todos previsíveis e mitigáveis por meio das medidas delineadas neste ETP e a serem detalhadas no Termo de Referência, especialmente: análise de exequibilidade, fiscalização técnica, emissão de ordens individualizadas, controle por medição efetiva, relatório fotográfico, observância das normas técnicas, aplicação criteriosa do BDI quando cabível e utilização adequada das composições referenciais.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Os impactos ambientais identificados também se mostram compatíveis com a natureza dos serviços pretendidos, podendo ser mitigados mediante controle de resíduos, limpeza das áreas afetadas, proteção de dispositivos de drenagem, prevenção de derramamentos, organização das frentes de serviço, sinalização adequada e fiscalização efetiva. Além disso, a contratação tende a produzir impactos ambientais e urbanos positivos, especialmente pela redução de lama, buracos, pontos de alagamento, sedimentos e melhoria do escoamento das águas pluviais.

Dessa forma, conclui-se que a contratação pretendida atende ao interesse público, encontra respaldo na Lei nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 129/2023, nos regulamentos aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços, nas diretrizes de planejamento, economicidade, eficiência, governança e controle, bem como nas políticas públicas de infraestrutura urbana, mobilidade, segurança viária, salubridade e qualidade de vida.

Assim, recomenda-se o prosseguimento da fase preparatória da contratação, com a elaboração e consolidação do Termo de Referência, minuta do edital, minuta contratual ou instrumento equivalente e demais peças necessárias ao regular processamento do certame, observando-se as diretrizes, cautelas, requisitos técnicos, medidas de mitigação e fundamentos constantes deste Estudo Técnico Preliminar.

Tarauacá/AC, 20 de março de 2026.

Termo de Referência Elaborado por:

ETP Autorizado por:

LÍDIA DO NASCIMENTO CASTRO

Auxiliar administrativo
Matrícula nº 7729

FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA SOUZA

Secretário Municipal Interino de Obras e Serviços Urbanos
Decreto nº 013/2026

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Cel. Juvêncio de Menezes, nº 395, Centro, CEP 69970-000, Tarauacá/AC, inscrita no CNPJ sob o nº 34.693.564/0001-79, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. Rodrigo Damasceno Catão, empossado em 1º de janeiro de 2025, conforme publicação no Diário Oficial do Estado do Acre, edição nº 13.939, de 08 de janeiro de 2025, considerando o julgamento do Pregão Eletrônico SRP nº 90017/2026, instaurado nos autos do Processo Administrativo nº ____/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) abaixo indicada(s) e qualificada(s), observada a ordem de classificação no certame, em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com o Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, com o Edital, o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência e as propostas julgadas e aceitas, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto é a Contratação, mediante Sistema de Registro de Preços, de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de insumos asfálticos e, quando necessário, para a execução de serviços de pavimentação, manutenção, recuperação, recomposição, drenagem e conservação viária, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos do Município de Tarauacá/AC, conforme especificações, condições, quantitativos máximos estimados e demais exigências constantes do Termo de Referência, anexo do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 90017/2026, o qual integra esta Ata para todos os fins.

1.2. Integram igualmente esta Ata, independentemente de transcrição:

- I. O Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 90017/2026 e seus anexos;
- II. O Estudo Técnico Preliminar;
- III. O Termo de Referência;
- IV. A proposta adjudicada da(s) fornecedora(s) registrada(s), inclusive no que se refere à marca, modelo, fabricante, especificações técnicas, catálogos, fichas técnicas, documentos de comprovação, prazos, garantia e demais condições aceitas na fase de julgamento.

1.3. O registro de preços formalizado nesta Ata não obriga a Administração à contratação, constituindo-se em instrumento vinculativo, obrigacional e orientador para futuras contratações, observada a conveniência administrativa, a disponibilidade orçamentária e as condições estabelecidas no Edital e em seus anexos.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, as marcas, os modelos, os fabricantes, as unidades de fornecimento, os quantitativos máximos estimados, os quantitativos mínimos, quando cabíveis, os prazos de garantia, os fornecedores registrados e as demais condições constantes da proposta aceita são os que seguem:

Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)								
Lote e itens do TR	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2.2. Os elementos constantes do quadro acima vinculam o fornecedor registrado e deverão guardar plena correspondência com a proposta apresentada, com a documentação técnica aceita no julgamento e com as especificações definidas no Termo de Referência, não sendo admitida, nas contratações decorrentes desta Ata, a substituição do produto registrado por outro de marca, modelo ou características diversas, salvo hipótese excepcional expressamente admitida pela Administração e desde que mantida a equivalência técnica, a vantajosidade e a compatibilidade com o objeto licitado, na forma da legislação aplicável.

2.3. Os quantitativos indicados nesta Ata possuem natureza estimativa e representam o limite máximo de contratação durante sua vigência, não gerando, por si sós, direito subjetivo à contratação integral, nem obrigação da Administração de consumir a totalidade registrada.

2.4. A relação dos licitantes integrantes do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços constará em anexo próprio desta Ata, observada a ordem de classificação do certame e as condições estabelecidas no Edital e na legislação de regência.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Durante a vigência desta Ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não tenham participado do procedimento de Intenção de Registro de Preços poderão aderir a esta Ata na condição de não participantes, observados os requisitos e limites estabelecidos na legislação aplicável.

3.1.1. A adesão dependerá, cumulativamente, de:

I – Justificativa formal da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;

II – Demonstração de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, na forma do art. 23 da Lei nº 14.133/2021;

III – consulta prévia ao órgão gerenciador; e

IV – Aceitação expressa do fornecedor beneficiário da Ata.

3.2. A autorização do órgão gerenciador somente será concedida após a anuência do fornecedor registrado.

3.2.1. O órgão gerenciador poderá indeferir o pedido de adesão sempre que verificar que a contratação pretendida pelo órgão ou entidade não participante poderá prejudicar a execução das contratações próprias decorrentes desta Ata ou comprometer a adequada gestão do registro de preços.

3.3. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a contratação em até 90 (noventa) dias, observado, em qualquer caso, o prazo de vigência desta Ata.

3.4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, excepcionalmente, mediante solicitação devidamente justificada do órgão ou entidade não participante e expressamente aceita pelo órgão gerenciador, desde que a prorrogação não ultrapasse a vigência desta Ata.

3.5. O órgão ou entidade que figure como participante desta Ata poderá aderir, na condição de não participante, apenas aos itens para os quais não tenha quantitativo originalmente registrado, desde que observados os requisitos previstos neste item.

3.6. Dos limites para as adesões

3.6.1. As aquisições ou contratações adicionais decorrentes de adesão não poderão exceder, por órgão ou entidade não participante, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados nesta Ata para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

3.6.2. O quantitativo total decorrente das adesões realizadas por órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado nesta Ata para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de adesões efetivadas.

3.6.3. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não se sujeita ao limite previsto no subitem 3.6.2.

3.6.4. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não se sujeitando ao limite previsto no subitem 3.6.2, desde que destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado, na forma do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

3.7. Da vedação a acréscimos de quantitativos

3.7.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A vigência desta Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante anuência do fornecedor registrado, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

4.1.1. A prorrogação da vigência da Ata dependerá de manifestação formal da Administração, de concordância expressa do fornecedor e de demonstração, em processo administrativo próprio, de que os preços registrados permanecem vantajosos.

4.1.2. A existência desta Ata não obriga a Administração à contratação, constituindo-se em instrumento de registro formal de preços e de vinculação obrigacional do fornecedor, observadas a conveniência administrativa e a disponibilidade orçamentária.

4.2. As contratações decorrentes desta Ata serão formalizadas pelo órgão ou entidade interessada mediante contrato administrativo, nota de empenho, autorização de compra, ordem de fornecimento ou outro instrumento hábil, na forma admitida pela legislação aplicável.

4.2.1. O instrumento de contratação de que trata o subitem anterior deverá ser formalizado dentro do prazo de vigência desta Ata.

4.2.2. No momento da formalização da contratação e em cada exercício financeiro, deverão ser observadas a disponibilidade de créditos orçamentários, a indicação da dotação pertinente e, quando cabível, a compatibilidade com o plano plurianual.

4.3. Os contratos decorrentes desta Ata terão vigência própria, definida no respectivo instrumento, e poderão ser alterados, observadas as hipóteses e os limites estabelecidos no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

4.4. Após a homologação da licitação, serão observadas as seguintes condições para a formalização desta Ata:

4.4.1. serão registrados nesta Ata os preços, as especificações, as marcas, os modelos, os fabricantes, os quantitativos e as demais condições constantes da proposta adjudicada, admitida a hipótese de o licitante ter ofertado quantitativo inferior ao máximo estimado, hipótese em que ficará obrigado nos limites de sua proposta;

4.4.2. será incluído, em anexo próprio, o registro dos licitantes que comporão o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação do certame, abrangendo:

4.4.2.1. os licitantes que aceitarem fornecer os itens com preços iguais aos do adjudicatário; e

4.4.2.2. os licitantes que mantiverem sua proposta original.

4.4.3. nas futuras contratações e nas convocações decorrentes desta Ata, será observada a ordem de classificação dos fornecedores registrados e dos integrantes do cadastro de reserva.

4.5. O cadastro de reserva referido no subitem 4.4.2 tem por finalidade viabilizar a convocação de licitantes remanescentes nas hipóteses de impossibilidade de atendimento pelo fornecedor signatário da Ata.

4.6. Para fins de ordem de preferência no cadastro de reserva, os licitantes que aceitarem cotar os itens com preços iguais aos do adjudicatário terão precedência sobre aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7. A habilitação dos licitantes integrantes do cadastro de reserva será exigida apenas quando houver necessidade de sua convocação, notadamente nas seguintes hipóteses:

4.7.1. quando o adjudicatário não assinar esta Ata no prazo e nas condições estabelecidos no Edital; ou

4.7.2. quando houver cancelamento do registro do fornecedor ou dos preços registrados, nas hipóteses previstas nesta Ata e na legislação aplicável.

4.8. O extrato desta Ata, com a identificação do fornecedor registrado, dos preços, dos itens e das demais condições essenciais, será divulgado no PNCP e permanecerá disponível durante toda a sua vigência.

4.9. Após a homologação do certame, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar esta Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no Edital, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação do convocado apresentada dentro do prazo originalmente concedido, desde que devidamente justificada e aceita pela Administração.

4.10. Esta Ata poderá ser assinada por meio físico ou eletrônico, inclusive com utilização de assinatura digital, e será disponibilizada nos meios oficiais pertinentes.

4.11. Quando o convocado não assinar esta Ata no prazo e nas condições estabelecidos no Edital, e observado o disposto no subitem 4.7, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes integrantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições do primeiro classificado ou, quando cabível, nas condições resultantes de negociação ulterior.

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes referidos no subitem 4.4.2.1 aceitar a contratação nos termos do subitem anterior, a Administração, observados o valor estimado da contratação e sua eventual atualização, poderá:

4.12.1. convocar os demais licitantes remanescentes cujos preços tenham sido registrados sem redução, observada a ordem de classificação, para fins de negociação e eventual obtenção de condição mais vantajosa; ou

4.12.2. formalizar a contratação nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, respeitada a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.13. A existência de preços registrados nesta Ata implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência da superveniência de fatos que justifiquem a revisão do equilíbrio econômico-financeiro da Ata ou da redução dos preços praticados no mercado, observadas a legislação aplicável e as condições estabelecidas no Edital.

5.2. A alteração ou atualização dos preços registrados poderá ocorrer, especialmente, nas seguintes hipóteses:

- I. Em caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata tal como pactuada, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021;
- II. Em caso de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, bem como na superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão nos preços registrados;
- III. Em caso de redução superveniente dos preços praticados no mercado, hipótese em que o órgão gerenciador promoverá a negociação para adequação dos valores registrados;
- IV. Na hipótese de previsão, no Edital ou no instrumento de contratação decorrente desta Ata, de cláusula de reajustamento, hipótese em que deverão ser observados a anualidade e o índice definido para a contratação.

5.3. Na hipótese de reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice oficialmente previsto no Edital, no Termo de Referência ou no instrumento contratual decorrente desta Ata.

5.4. A eventual atualização ou revisão dos preços registrados dependerá de instrução processual regular, da demonstração analítica da causa que a justifica e de decisão formal do órgão gerenciador.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado, de modo a adequá-lo à realidade de mercado.

6.2. Caso o fornecedor não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas, desde que a recusa decorra exclusivamente da impossibilidade de manutenção do valor registrado nas condições supervenientes apuradas.

6.3. Na hipótese prevista no subitem anterior, o órgão gerenciador convocará os fornecedores integrantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam assumir o item pelos valores compatíveis com o mercado, vedada a convocação daqueles que já tiverem tido seu registro cancelado.

6.4. Não obtendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do registro do item ou, se for o caso, da Ata, adotando as medidas necessárias à obtenção de contratação mais vantajosa.

6.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem formalizado contratações decorrentes desta Ata para que avaliem a conveniência e a oportunidade de promover a correspondente alteração contratual, observada a legislação aplicável.

6.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas nesta Ata, poderá requerer ao órgão gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que tenha tornado inviável a manutenção do valor originalmente pactuado.

6.7. O pedido de alteração deverá ser instruído com documentação comprobatória idônea, inclusive planilhas, notas fiscais, cotações, demonstrativos de custos ou outros elementos que evidenciem a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente apto a inviabilizar o cumprimento do preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, devendo o fornecedor cumprir integralmente as obrigações assumidas, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

6.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do subitem anterior, o órgão gerenciador convocará os fornecedores integrantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, observadas as disposições do item 4 desta Ata, para verificar se aceitam assumir o fornecimento nas condições admissíveis.

6.10. Não obtendo êxito nas negociações com o cadastro de reserva, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do registro do respectivo item ou, se necessário, da própria Ata, adotando as providências cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

6.11. Comprovada a superveniência de circunstância que justifique a atualização do preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora poderá promover a adequação do valor, de acordo com os preços efetivamente praticados no mercado, observados a legislação vigente, a vantajosidade administrativa e a devida motivação do ato.

Efetivada a alteração do preço registrado, o órgão gerenciador comunicará o fato aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratações decorrentes desta Ata, para que avaliem a necessidade de promover eventual alteração contratual, na forma da legislação aplicável.

7. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta Ata poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos ou entidades participantes e, quando cabível, para órgãos ou entidades não participantes, observadas as condições e os limites estabelecidos na legislação aplicável.

7.2. O remanejamento somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

7.2.1. de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2. de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3. Para fins de remanejamento, o órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante.

7.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, deverão ser observados, além das condições previstas neste item, os limites aplicáveis às adesões à Ata de Registro de Preços.

7.5. Compete ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a correspondente redução do quantitativo originalmente atribuído ao órgão ou entidade participante que cederá a parcela remanejada, condicionada à prévia anuência do órgão ou entidade que sofrer a redução.

7.6. Quando o remanejamento ocorrer entre órgãos ou entidades de entes federativos distintos, caberá ao fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento.

7.7. Na hipótese de compra centralizada, caso não haja prévia indicação, pelo órgão gerenciador, dos quantitativos individualizados dos participantes, a distribuição das quantidades para execução descentralizada poderá ser realizada por meio de remanejamento, observadas as disposições deste item.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou entidade gerenciadora quando o fornecedor:

8.1.1. descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços, sem motivo devidamente justificado;

8.1.2. não retirar a nota de empenho, não assinar o instrumento contratual ou não aceitar outro instrumento hábil equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa razoável;

8.1.3. não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese legalmente prevista de redução obrigatória para adequação aos valores praticados no mercado; ou

8.1.4. sofrer sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos dos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

8.1.4.1. Na hipótese prevista no subitem anterior, caso a sanção aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência desta Ata, poderá o órgão ou entidade gerenciadora, mediante decisão expressamente fundamentada, optar pela manutenção formal do registro de preços, ficando vedadas as contratações derivadas desta Ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas no subitem 8.1, será formalizado por despacho do órgão ou entidade gerenciadora, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

8.3. Cancelado o registro do fornecedor, o órgão ou entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes integrantes do cadastro de reserva, observada a ordem de classificação e as condições estabelecidas nesta Ata, no Edital e na legislação aplicável.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo órgão ou entidade gerenciadora, total ou parcialmente, relativamente a item específico ou à integralidade desta Ata, desde que devidamente comprovado e motivado, nas seguintes hipóteses:

8.4.1. por razão de interesse público devidamente justificada;

8.4.2. a pedido do fornecedor, em decorrência de caso fortuito, força maior ou fato superveniente devidamente comprovado que inviabilize o cumprimento das obrigações assumidas; ou

8.4.3. quando não houver êxito nas negociações promovidas pela Administração, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, na forma da legislação aplicável.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento das obrigações assumidas nesta Ata de Registro de Preços sujeitará o fornecedor registrado às sanções administrativas cabíveis, na forma da Lei nº 14.133/2021, do Edital, do Termo de Referência e, quando houver contratação decorrente, do respectivo instrumento contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9.1.1. As sanções previstas neste item também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, regularmente convocados, recusarem-se injustificadamente a assumir a obrigação nas condições estabelecidas no Edital, nesta Ata e na legislação de regência.

9.1.2. A aplicação de penalidades não ocorrerá de forma automática, devendo ser precedida de regular processo administrativo, com motivação expressa e observância dos princípios da proporcionalidade, razoabilidade, segurança jurídica e interesse público.

9.2. Compete ao órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações assumidas no âmbito desta Ata de Registro de Preços, inclusive aquelas relacionadas:

- I. À recusa injustificada em assinar a Ata ou em manter as condições registradas;
- II. Ao descumprimento das condições do registro de preços;
- III. À recusa injustificada em formalizar a contratação decorrente desta Ata, quando regularmente convocado;
- IV. Às condutas que ensejem o cancelamento do registro do fornecedor ou dos preços registrados.

9.3. Nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito à execução de contratação específica firmada por órgão participante ou por órgão aderente, caberá ao respectivo órgão contratante a apuração da infração e a aplicação da penalidade correspondente, na forma prevista no instrumento contratual, no Termo de Referência e na legislação aplicável.

9.3.1. As infrações relacionadas à execução contratual, inclusive aqueles referentes a atraso, inadimplemento, inexecução total ou parcial, fornecimento em desconformidade, inadequação técnica, reincidência, dano à Administração e demais ocorrências verificadas na fase de execução, observarão a disciplina específica constante do Termo de Referência e do contrato administrativo decorrente.

9.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar formalmente ao órgão gerenciador toda ocorrência que possa repercutir no registro de preços, especialmente nas hipóteses de inadimplemento grave, recusa injustificada, conduta reiterada, aplicação de sanções restritivas ou situações aptas a ensejar o cancelamento do registro do fornecedor.

9.5. Sem prejuízo das sanções aplicáveis no âmbito das contratações decorrentes desta Ata, poderão ser adotadas pelo órgão gerenciador as providências necessárias ao cancelamento do registro do fornecedor ou dos preços registrados, nos termos desta Ata e da legislação de regência.

9.6. A eventual aplicação de multa no âmbito das contratações decorrentes desta Ata observará os critérios, parâmetros de proporcionalidade, gradação, base de cálculo e hipóteses de incidência previstos no Edital, no Termo de Referência e no respectivo contrato, podendo ser descontada de valores devidos ao contratado, compensada administrativamente ou cobrada pelos meios legais cabíveis.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, inclusive aquelas relativas a prazos de entrega, recebimento, garantia, substituição de bens, obrigações da Administração e do fornecedor registrado, critérios de fiscalização, hipóteses de inadimplemento, penalidades e demais condições do ajuste, são as estabelecidas no Edital, no Termo de Referência, na proposta registrada e, quando houver contratação específica, no respectivo instrumento contratual ou instrumento equivalente.

10.2. Esta Ata deverá ser interpretada e executada em consonância com a Lei nº 14.133/2021, com o Decreto nº 11.462/2023, com o Edital do certame e com os seus anexos, prevalecendo, em caso de divergência material, as disposições legais e regulamentares, seguidas do Edital e do Termo de Referência.

10.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo ou lote, somente será admitida a contratação parcial de itens que o componham quando houver prévia justificativa técnica e administrativa, acompanhada de pesquisa de mercado e demonstração formal de vantajosidade para a Administração, sem prejuízo da coerência funcional do conjunto e da preservação das condições que fundamentaram o julgamento da proposta.

10.4. Os casos omissos decorrentes da execução desta Ata serão resolvidos pelo órgão gerenciador, à luz da Lei nº 14.133/2021, do Decreto nº 11.462/2023, do Edital, do Termo de Referência e dos princípios gerais aplicáveis à Administração Pública.

10.5. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata será assinada pelas partes, preferencialmente por meio eletrônico, e disponibilizada nos meios oficiais cabíveis, produzindo seus efeitos na forma da legislação aplicável.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)

ANEXO I

CADASTRO DE RESERVA

Em observância à ordem de classificação do certame, integram o cadastro de reserva da presente Ata de Registro de Preços os licitantes abaixo relacionados, nos termos do Edital, desta Ata e da legislação aplicável.

I – LICITANTES QUE ACEITARAM COTAR OS ITENS COM PREÇOS IGUAIS AOS DO ADJUDICATÁRIO

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ, endereço, contatos e representante legal)	Especificação do Objeto	Marca	Modelo	Fabricante	Unidade	Quantidade Máxima Estimada	Quantidade Mínima	Valor Unitário Registrado	Prazo de Garantia/Validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

II – LICITANTES QUE MANTIVERAM SUA PROPOSTA ORIGINAL

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ, endereço, contatos e representante legal)	Especificação do Objeto	Marca	Modelo	Fabricante	Unidade	Quantidade Máxima Estimada	Quantidade Mínima	Valor Unitário Registrado	Prazo de Garantia/Validade

DISPOSIÇÕES DO CADASTRO DE RESERVA

1. A convocação dos integrantes do cadastro de reserva observará a ordem de classificação do certame e as hipóteses previstas no Edital, nesta Ata e na legislação de regência.
2. Os licitantes que aceitaram cotar os itens com preços iguais aos do adjudicatário terão precedência sobre aqueles que mantiveram sua proposta original, para fins de eventual convocação.
3. A habilitação dos integrantes do cadastro de reserva será exigida apenas quando houver necessidade de sua convocação, nos termos da legislação aplicável e das condições previstas na Ata de Registro de Preços.
4. A eventual contratação de integrante do cadastro de reserva dependerá da manutenção das condições de aceitabilidade da proposta, da compatibilidade do preço com o valor estimado e com os preços de mercado, bem como do atendimento às exigências de habilitação, quando cabível.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
(Processo Administrativo nº ____/2026)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TARAUACÁ/AC, POR INTERMÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ, E A EMPRESA _____.

O MUNICÍPIO DE TARAUACÁ/AC, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ, com sede na Av. Cel. Juvêncio de Menezes, nº 395, Centro, CEP 69970-000, Tarauacá/AC, inscrito no CNPJ sob o nº 34.693.564/0001-79, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Rodrigo Damasceno Catão, empossado em 1º de janeiro de 2025, conforme publicação no Diário Oficial do Estado do Acre, edição nº 13.939, de 08 de janeiro de 2025, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, neste ato representada por _____, conforme _____, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 2.105/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Ata de Registro de Preços nº ____/2026, decorrente do Pregão Eletrônico SRP nº 90017/2026, e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato Administrativo, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto é a Contratação, mediante Sistema de Registro de Preços, de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de insumos asfálticos e, quando necessário, para a execução de serviços de pavimentação, manutenção, recuperação, recomposição, drenagem e conservação viária, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos do Município de Tarauacá/AC, conforme especificações, condições, quantitativos e exigências estabelecidos no Termo de Referência, no Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 90017/2026, na Ata de Registro de Preços nº ____/2026 e na proposta da CONTRATADA, que integram este instrumento para todos os fins.

1.2. Integram o objeto da contratação os itens abaixo discriminados:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. o Termo de Referência;

1.3.2. o Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 90017/2026;

1.3.3. a Ata de Registro de Preços nº ____/2026;

1.3.4. a proposta da CONTRATADA, inclusive quanto à marca, modelo, fabricante, especificações técnicas, garantia e demais condições ofertadas e aceitas;

1.3.5. os eventuais anexos dos documentos acima indicados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência deste contrato será de [indicar o prazo], contado da data de sua assinatura, observada sua eficácia legal após a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.1.1. A vigência contratual deverá guardar conformidade com o prazo previsto no Edital, na Ata de Registro de Preços e neste instrumento, observando-se, no momento da contratação e em cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários e, quando cabível, a compatibilidade com o plano plurianual.

2.1.2. Eventual prorrogação somente poderá ocorrer, mediante termo aditivo e decisão formalmente motivada da Administração, nas hipóteses legalmente admitidas e desde que demonstrado o interesse público, vedada a prorrogação automática.

2.2. O contrato não poderá ser prorrogado, nem mantido em execução, caso a CONTRATADA venha a ser alcançada por sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, observadas a abrangência, a extensão e os efeitos jurídicos da penalidade aplicada.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. A execução contratual observará o modelo de fornecimento, os mecanismos de gestão e fiscalização, os prazos, as condições de entrega, recebimento, conferência, aceite, substituição de bens em desconformidade, garantia contratual e demais parâmetros operacionais previstos no Termo de Referência, anexo a este Contrato, cujas disposições integram este instrumento independentemente de transcrição.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É vedada a subcontratação total do objeto contratual.

4.1.1. A subcontratação parcial somente será admitida em relação a parcelas acessórias, instrumentais ou complementares à execução do objeto, desde que haja previsão no Termo de Referência, prévia e expressa autorização do CONTRATANTE e manutenção integral da responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do ajuste.

4.1.2. A eventual subcontratação não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA perante o CONTRATANTE quanto à qualidade, conformidade, prazo de entrega, garantia, assistência técnica e demais obrigações assumidas neste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____), conforme os itens, quantitativos e valores unitários constantes da Cláusula Primeira e da proposta adjudicada da CONTRATADA.

5.1.1. No valor contratual estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à integral execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, fretes, seguros, embalagens, transporte, carga, descarga, garantia, assistência técnica e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre o fornecimento.

5.1.2. Os valores unitários registrados e contratados vinculam a CONTRATADA e somente poderão ser alterados nas hipóteses legalmente admitidas, observadas as disposições deste Contrato e da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado no prazo de até [indicar o prazo previsto no Termo de Referência], contado do recebimento definitivo do objeto, da atestação da nota fiscal/fatura pelo setor competente e do cumprimento das demais condições exigidas para liquidação da despesa, na forma estabelecida no Termo de Referência e neste Contrato.

6.1.1. A nota fiscal/fatura deverá corresponder exatamente aos bens efetivamente entregues e aceitos, devendo estar acompanhada da documentação exigida para fins de liquidação e pagamento.

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/XXXX

6.1.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura, circunstância que impeça a liquidação da despesa ou pendência atribuível à CONTRATADA, o prazo para pagamento ficará sobrestado até a regularização, sem ônus para o CONTRATANTE.

6.2. Em caso de atraso no pagamento por culpa exclusiva da Administração, o valor devido à CONTRATADA será atualizado financeiramente desde a data final do período de adimplemento da obrigação até a data do efetivo pagamento, observando-se a variação do IPCA/IBGE, nos termos do art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

6.2.1. A atualização financeira será calculada pela seguinte fórmula:

$$AF = VP \times (IPCA/100)$$

onde:

AF = atualização financeira devida;

VP = valor da parcela em atraso;

IPCA = variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, apurada entre a data final do período de adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

6.2.2. Quando o período de atraso for inferior a um mês, a atualização financeira será apurada pro rata die, observada a variação proporcional do índice adotado.

6.2.3. A incidência da atualização financeira não afasta a apuração de responsabilidade do agente causador da mora, nem prejudica a adoção das demais providências administrativas cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços contratados poderão ser reajustados, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data-base vinculada ao orçamento estimado da contratação, na forma prevista no Edital, no Termo de Referência e na legislação aplicável.

7.1.1. O reajuste será calculado com base na variação do IPCA/IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, observada a periodicidade anual e a data-base fixada para a contratação.

7.1.2. O reajuste dependerá de requerimento da CONTRATADA, quando cabível, e de análise formal do CONTRATANTE, vedada sua aplicação automática em desacordo com a legislação e com as condições estabelecidas no instrumento convocatório.

7.2. Permanecem ressalvadas as hipóteses de revisão ou restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos casos legalmente cabíveis, desde que devidamente comprovados e processados na forma da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo de outras previstas no Edital, no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e na legislação aplicável:

8.1.1. exigir o cumprimento integral de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com este Contrato e seus anexos;

8.1.2. receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência, promovendo o recebimento provisório e definitivo, quando cabível, após a devida verificação de conformidade;

8.1.3. rejeitar, no todo ou em parte, os bens entregues em desconformidade com as especificações técnicas, determinando sua substituição, correção ou complementação, às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

8.1.4. notificar a CONTRATADA, por escrito, acerca de vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução contratual, fixando prazo para saneamento;

8.1.5. acompanhar, gerir e fiscalizar a execução do contrato, por meio de servidores formalmente designados, anotando em registro próprio as ocorrências relacionadas à execução do objeto e determinando as medidas necessárias à regularização das falhas verificadas;

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/XXXX

8.1.6. efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao objeto regularmente fornecido e recebido, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. aplicar à CONTRATADA as penalidades legal e contratualmente cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

8.1.8. emitir decisão expressa sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou desprovidos de fundamento;

8.1.8.1. O CONTRATANTE terá o prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados do protocolo do requerimento, para decidir, admitida prorrogação motivada, por igual período;

8.1.9. apreciar e decidir os pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato apresentados pela CONTRATADA, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da instrução completa do requerimento, admitida prorrogação motivada quando a complexidade da matéria assim o exigir;

8.1.10. comunicar ao órgão de assessoramento jurídico ou de representação judicial do Município a ocorrência de fatos que demandem adoção de medidas administrativas ou judiciais cabíveis;

8.1.11. notificar os emitentes de garantias, quando exigidas, acerca do início de processo administrativo destinado à apuração de descumprimento contratual;

8.1.12. prestar as informações e disponibilizar as condições necessárias à adequada execução do objeto, nos limites de suas atribuições.

8.2. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução deste Contrato, nem por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato, omissão, culpa ou dolo da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. A CONTRATADA deverá cumprir integralmente todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo, com exclusividade, os riscos e as despesas decorrentes da perfeita execução do objeto, observando, além das demais disposições contratuais e legais, as obrigações a seguir estabelecidas.

9.2. Fornecer os bens contratados em estrita conformidade com as especificações técnicas, marcas, modelos, fabricantes, padrões de qualidade, quantitativos, prazos, condições de garantia e demais exigências estabelecidas no Termo de Referência, no Edital, na Ata de Registro de Preços e na proposta aceita.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal, gestor do contrato ou autoridade competente, prestando, nos prazos assinalados, todos os esclarecimentos e informações solicitados acerca da execução contratual.

9.4. Entregar os bens no prazo, local, condições e forma estabelecidos neste Contrato e no Termo de Referência, devidamente acondicionados, identificados e acompanhados da documentação técnica, manuais, certificados, catálogos, relação de assistência técnica autorizada e demais elementos exigidos para o regular recebimento do objeto.

9.5. Substituir, reparar, corrigir ou complementar, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, os bens entregues em desconformidade com as especificações exigidas, com vícios, defeitos, avarias, incorreções, falhas de fabricação, inadequações técnicas ou qualquer irregularidade que comprometa sua utilização, qualidade, segurança ou funcionalidade.

9.6. Responsabilizar-se integralmente pelos vícios e danos decorrentes do objeto fornecido, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros em razão da execução contratual, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento exercidos pelo CONTRATANTE, podendo este descontar dos pagamentos devidos os valores correspondentes aos prejuízos apurados, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

9.7. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação e qualificação na licitação, apresentando, sempre que solicitado, a documentação comprobatória pertinente.

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/XXXX

9.8. Quando não for possível ao CONTRATANTE verificar eletronicamente a regularidade da CONTRATADA nos sistemas oficiais aplicáveis, deverá esta apresentar, para fins de pagamento, juntamente com a nota fiscal/fatura, os documentos comprobatórios de sua regularidade fiscal, social e trabalhista exigidos pela legislação e pelo instrumento convocatório.

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias, logísticas e demais encargos incidentes sobre a execução do objeto, não se transferindo ao CONTRATANTE qualquer responsabilidade por sua inadimplência.

9.10. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito e de forma imediata, qualquer fato superveniente que possa comprometer a execução do contrato, inclusive atraso previsível na entrega, indisponibilidade de insumos, descontinuidade de fabricação, alteração de especificação do fabricante ou qualquer circunstância capaz de afetar o fornecimento, a qualidade ou a conformidade do objeto.

9.11. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antes do termo final originalmente previsto para a entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo contratual, com a devida comprovação, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação das sanções cabíveis.

9.12. Não substituir, por iniciativa própria, a marca, o modelo, o fabricante ou as especificações do produto contratado, salvo prévia e expressa autorização do CONTRATANTE, desde que demonstrada formalmente a equivalência técnica ou superioridade do bem ofertado e preservadas a vantajosidade, a compatibilidade com o objeto licitado e as condições aceitas no julgamento da proposta.

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto a custos diretos e indiretos, despesas acessórias, fretes, embalagens, seguros, tributos, garantia e assistência técnica, exceto nas hipóteses legalmente caracterizadas de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.

9.14. Observar, no que couber, as normas federais, estaduais e municipais aplicáveis ao objeto, inclusive aquelas relacionadas à segurança do produto, transporte, acondicionamento, rastreabilidade, sustentabilidade, certificação e descarte adequado.

9.15. Não empregar, na execução contratual, mão de obra em desconformidade com a legislação trabalhista, previdenciária e de proteção à criança e ao adolescente, vedada a utilização de trabalho infantil em qualquer hipótese ilícita e de trabalho degradante, forçado ou em condições análogas à escravidão.

9.16. Cumprir, durante toda a execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz, quando aplicável, bem como comprovar seu atendimento sempre que solicitado pela fiscalização contratual.

9.17. Guardar sigilo sobre todas as informações a que tiver acesso em razão da execução contratual, utilizando-as exclusivamente para o cumprimento do objeto, vedada sua divulgação, reprodução ou compartilhamento indevido.

9.18. Observar a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, adotando medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais a que tiver acesso em razão da execução do contrato, responsabilizando-se por tratamento indevido, vazamento, perda, extravio ou uso irregular dessas informações.

9.19. Orientar seus prepostos, empregados, representantes e eventuais subcontratados autorizados quanto aos deveres de sigilo, confidencialidade e proteção de dados aplicáveis à execução contratual, respondendo integralmente por sua atuação.

9.20. Entregar, quando exigido para o item, o objeto acompanhado de manual do usuário em língua portuguesa, termo de garantia, certificado de autenticidade, certificações técnicas aplicáveis e indicação da rede de assistência técnica autorizada.

9.21. Responsabilizar-se pela garantia contratual e legal dos bens fornecidos, promovendo, sem ônus adicional para o CONTRATANTE, os reparos, substituições, correções ou providências necessárias durante o respectivo prazo de cobertura.

9.22. Responder pelos custos de logística reversa, retirada, recolhimento, substituição e nova entrega do bem, quando necessária a correção de defeito, vício, avaria, desconformidade técnica ou recusa justificada no recebimento.

9.23. Abster-se de praticar qualquer ato que comprometa a lisura da execução contratual, a boa-fé objetiva, a confiabilidade do ajuste ou a segurança da Administração, inclusive mediante apresentação de informação inverídica, documentação falsa, produto diverso do cotado ou conduta que frustre o caráter competitivo ou a execução regular do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA- GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não será exigida garantia de execução contratual, nos termos da legislação aplicável e das condições definidas no instrumento convocatório.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DOS BENS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

11.1. A CONTRATADA deverá assegurar garantia mínima de 12 (doze) meses para todos os bens fornecidos, contados do recebimento definitivo, salvo se houver prazo superior de garantia ofertado pelo fabricante ou constante da proposta vencedora, hipótese em que prevalecerá o maior prazo.

11.2. A garantia deverá abranger a integralidade do bem fornecido, inclusive seus componentes, peças, acessórios, partes integrantes, funcionamento, desempenho e a mão de obra necessária à correção de defeitos, vícios ou irregularidades.

11.3. Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA ficará obrigada, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE, a promover a substituição, o reparo, a correção ou a regularização dos bens que apresentarem defeitos, vícios, falhas, avarias, inadequações técnicas ou desconformidade com as especificações contratuais, incluindo todas as despesas com retirada, transporte, remessa, devolução, reinstalação e demais encargos necessários.

11.4. Quando o defeito, vício ou irregularidade não puder ser sanado em prazo razoável, ou quando houver comprometimento da funcionalidade, da segurança ou da utilidade do bem, a CONTRATADA deverá substituí-lo por outro novo, equivalente ou superior, com as mesmas características técnicas exigidas no certame e aceitas na contratação, sem prejuízo da renovação da garantia quanto ao item substituído.

11.5. Para os bens que demandem suporte técnico especializado, especialmente os equipamentos eletroeletrônicos, tecnológicos e de informática, a CONTRATADA deverá assegurar a prestação de assistência técnica durante todo o período de garantia.

11.6. A assistência técnica deverá observar, no mínimo, os seguintes parâmetros:

- I. Atendimento no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da abertura formal do chamado pelo CONTRATANTE;
- II. Adoção das providências necessárias à solução do problema em prazo compatível com a natureza e a complexidade do defeito;
- III. Substituição do bem por outro equivalente ou superior, sempre que o reparo não puder ser realizado em prazo razoável ou quando a manutenção comprometer a continuidade da utilização do objeto;
- IV. Prestação do atendimento diretamente pela CONTRATADA ou por rede autorizada previamente indicada, desde que haja cobertura compatível com a localização do Município de Tarauacá/AC.

11.7. A CONTRATADA deverá informar, no ato da entrega ou da formalização contratual, conforme o caso, a rede de assistência técnica autorizada, os canais de atendimento, os meios de abertura de chamado e os procedimentos operacionais para acionamento da garantia.

11.8. A recusa injustificada em atender às solicitações formuladas pelo CONTRATANTE no período de garantia, a inexistência de assistência técnica adequada, a demora injustificada na solução do problema ou a omissão quanto à substituição do bem defeituoso caracterizarão inadimplemento contratual, sujeitando a CONTRATADA às sanções previstas neste Contrato, no Termo de Referência e na Lei nº 14.133/2021.

11.9. A garantia contratual prevista nesta cláusula não exclui nem reduz a incidência da garantia legal aplicável ao objeto, nem afasta a responsabilidade da CONTRATADA por vícios ocultos, defeitos de fabricação ou desconformidades constatadas na forma da legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como a prática de qualquer ação ou omissão que comprometa a regular execução contratual, a conformidade do objeto, o cumprimento dos prazos, a qualidade dos bens fornecidos, a garantia contratual, a assistência técnica ou a confiabilidade da relação contratual, sujeitará a CONTRATADA às sanções administrativas previstas nos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2. Constituem sanções administrativas aplicáveis, conforme a natureza e a gravidade da infração apurada:

- I. Advertência;
- II. Multa;
- III. Impedimento de licitar e contratar;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública.

12.3. A aplicação das penalidades observará os princípios da legalidade, proporcionalidade, razoabilidade, motivação, devido processo legal, contraditório e ampla defesa, devendo a autoridade competente considerar, entre outros elementos, a gravidade da infração, a extensão do dano causado, a vantagem auferida, a reincidência, o grau de culpa ou dolo e o impacto da conduta na continuidade e regularidade da execução contratual.

12.4. As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, quando cabível, inclusive com desconto de valores devidos à CONTRATADA, compensação administrativa ou cobrança pelos meios legalmente admitidos, sem prejuízo da apuração de perdas e danos e da adoção das demais medidas cabíveis.

12.5. A multa, quando aplicada, observará os critérios, parâmetros de gradação, hipóteses de incidência e bases de cálculo definidos no Termo de Referência e no Edital, vedada a imposição automática e desmotivada de penalidade dissociada da gravidade do descumprimento.

12.6. A recusa injustificada em substituir bens defeituosos, em cumprir a garantia contratual, em prestar assistência técnica, em sanar irregularidades apontadas pela fiscalização ou em observar as especificações técnicas do objeto poderá caracterizar infração contratual apta a ensejar a aplicação das sanções cabíveis, sem prejuízo da eventual rescisão contratual.

12.7. As regras complementares acerca da tipificação das infrações, dos critérios de mensuração, da matriz de classificação das condutas e da dosimetria das sanções são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato, que integra o presente instrumento para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas integralmente as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo inicialmente estipulado.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do cumprimento integral de seu objeto ou antes do término de sua vigência nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como por acordo entre as partes, desde que observados os requisitos legais e assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando cabíveis.

13.3. Aplicam-se à extinção contratual, no que couber, as disposições dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

13.4. Na hipótese de descumprimento contratual imputável à CONTRATADA, ficará esta constituída em mora, sujeitando-se às sanções administrativas cabíveis e, conforme o caso, à extinção do contrato, sem prejuízo da adoção das medidas legalmente admitidas para assegurar a continuidade da contratação ou para resguardar o interesse público.

13.5. A alteração social, a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa contratada não ensejarão, por si sós, a extinção do contrato, desde que não comprometam sua capacidade de executar o objeto contratado.

13.5.1. Se a operação implicar alteração da pessoa jurídica contratada, deverá ser analisada sua admissibilidade jurídica e, quando cabível, formalizado o respectivo termo aditivo para alteração subjetiva,

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/XXXX

observada a legislação aplicável.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e dos ainda devidos;

13.6.3. Apuração de eventuais indenizações, glosas, retenções, compensações e multas.

13.7. A extinção do contrato não impedirá o reconhecimento de eventual direito ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, desde que regularmente requerido, comprovado e apurado em processo administrativo próprio, hipótese em que poderá ser formalizado termo indenizatório, quando cabível.

13.8. O CONTRATANTE poderá reter créditos devidos à CONTRATADA, limitadamente ao montante necessário à compensação de multas aplicadas, ao ressarcimento de prejuízos causados à Administração ou à satisfação de obrigações contratuais inadimplidas, observada a prévia apuração administrativa e a legislação aplicável.

13.9. O contrato poderá ser extinto caso se verifique a ocorrência de vício grave de legalidade, conflito de interesses ou situação que evidencie a manutenção, pela CONTRATADA, de vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha atuado na licitação, na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, desde que tal circunstância comprometa a regularidade, a moralidade ou a legitimidade da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações deste Contrato reger-se-ão pelo disposto nos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

14.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, observado o art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes poderão exceder o limite previsto no subitem anterior, na forma da legislação aplicável.

14.4. As alterações contratuais serão formalizadas, quando cabível, por meio de termo aditivo, devidamente motivado e instruído no processo administrativo correspondente, observados os pressupostos legais, a preservação do interesse público e a manutenção das condições de habilitação e execução contratual.

14.5. Não caracterizam alteração do contrato e poderão ser formalizados por apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, os registros que se enquadrem nas hipóteses do art. 136 da Lei nº 14.133/2021, inclusive aqueles relacionados à variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à atualização financeira prevista neste instrumento, às compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento e ao empenho de dotações orçamentárias suplementares.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Tarauacá/AC, referentes ao exercício financeiro correspondente, na dotação abaixo discriminada:

Unidade Gestora/Órgão: _____;

Unidade Orçamentária: _____;

Função: _____;

Subfunção: _____;

Programa: _____;

Projeto/Atividade/Ação: _____;

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/XXXX

Elemento de Despesa: _____;

Fonte/Destinação de Recursos: _____;

Nota de Empenho: (se já houver emitida).

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, quando necessária, será indicada após a aprovação da respectiva Lei Orçamentária Anual e a liberação dos créditos correspondentes, podendo ser formalizada por apostilamento, na forma da legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos decorrentes da execução deste Contrato serão resolvidos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições da Lei nº 14.133/2021, das demais normas legais e regulamentares aplicáveis, das cláusulas contratuais, do Edital, do Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços que lhe deu origem e, subsidiariamente, pelas disposições da Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor, bem como pelos princípios gerais do direito administrativo e dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a divulgação do presente contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma e no prazo previstos no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, bem como promover sua disponibilização no sítio oficial do Município, em observância aos deveres de transparência e publicidade administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Tarauacá, Estado do Acre, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios oriundos da execução deste Contrato que não puderem ser solucionados por consenso entre as partes, nos termos do art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

Tarauacá-AC, XX de XXXXX de 2026.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-